

Paisagem Rural e Reativação da comunidade Maciço de Sicó: espaços coletivos de aldeias

Ana Rita Branco Neves

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(mestrado integrado)

Orientador: Prof.^a Doutora Inês Daniel de Campos

outubro de 2025

Declaração de Integridade

Eu, Ana Rita Branco Neves, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 45924 do Mestrado Integrado em Arquitetura da Faculdade de Engenharia, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 08 /10/25

Agradecimentos

Em especial à minha família, principalmente aos meus pais por terem tornado este percurso possível, pelo apoio sistemático e predisposição em tudo. À minha irmã, pelo carinho, compreensão e disponibilidade constante em todos os momentos. Ao amigo de quatro patas que me mostrou que a companhia é o melhor aliado.

À minha orientadora, Inês Daniel de Campos por toda a ajuda no desenvolvimento deste trabalho, desde a partilha de conhecimentos, acompanhamento do mesmo e à máxima predisposição em melhorá-lo.

À professora Patrícia Santos Pedrosa, responsável por lecionar a unidade curricular de Introdução à Dissertação, por todo o apoio no desenvolvimento de um plano organizacional de pesquisa para esta dissertação. Mas acima de tudo, por se mostrar sempre compreensiva quanto aos desafios que este processo revela.

Ao município de Pombal por me terem dado oportunidade de contactar com a arquiteta Vera Domingues, responsável pelo conhecimento interno no projeto da Rede de Aldeias Calcárias, e a responsável de turismo Ivânia Monteiro, coordenadora do projeto do centro interpretativo Explore Sicó. Acrescento um agradecimento especial a Ivânia Monteiro por todo o conhecimento prestado e acesso a informações internas e confidenciais, sujeitas a uma utilização cuidada.

À Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó pela partilha de conhecimentos de projetos e investimentos realizados nas aldeias que compõem o maciço.

À população da aldeia de Ereiras e da aldeia de Poios, acima de tudo a todos os que se mostraram disponíveis para partilhar o seu testemunho enquanto membros da comunidade, relatando o que a população necessita e valoriza no território.

Por fim, a todos os amigos que este percurso académico me deu, principalmente ao Francisco Silva e a Gabriela Gomes. Em especial agradeço à minha amiga Leticia Mendes por ter sido e ser uma amiga de todas as horas e por todas as memórias que levamos juntas.

Resumo

A paisagem rural de Sicó, reflexo das interações entre o ser humano e o meio natural ao longo do tempo, manifesta significados culturais, históricos e sociais que salvaguardam o caráter próprio da sua estrutura vernacular. No entanto, atualmente, verificam-se grandes desafios, nomeadamente o despovoamento, o abandono agrícola, bem como a degradação do património arquitetónico e ambiental, contribuindo para uma fraca identidade do lugar. Não obstante, observa-se uma crescente desvalorização da paisagem devido a uma insuficiente gestão territorial, política, social e de recursos, que anuncia uma ameaça à singularidade das suas malhas rurais.

Neste contexto, recorre-se ao estudo da relação de reciprocidade entre as aldeias de Ereiras e de Poios, pertencentes à freguesia de Redinha, Pombal, vistas como realidades sociais distintas, mas representativas da diversidade de dinâmicas sociais e territoriais desta paisagem. Enquanto na leitura da estrutura de Ereiras sobressai a urgência de promover o património edificado face ao sistemático abandono, o tecido rural de Poios ilustra o papel do turismo, quando bem articulado às especificidades da população, como instrumento de resiliência comunitária.

As leituras únicas de cada povoamento permitem delinear princípios transversais de intervenção que conciliem as práticas vernaculares com as necessidades da comunidade, garantindo a coesão do tecido rural e a continuidade da identidade do lugar. A reativação de comunidades emerge, deste modo, como uma resposta estratégica para mitigar os efeitos do sistemático abandono e, acima de tudo, promover territórios firmes e participativos, onde a prevenção do património, a leitura da paisagem e a valorização social se articulam com as novas dinâmicas sociais. Para tal, a arquitetura assume-se como disciplina capaz de transformar os espaços comunitários em lugares de coesão social, através de uma prática consciente que, unida com a perspetiva da comunidade, se revela crucial para compreender a vitalidade social e desenvolver medidas que salvaguardem o futuro da paisagem rural de Sicó.

Palavras-chave

Paisagem-Rural; Identidade-do-Lugar; Sicó; Aldeias; Espaços-de-Comunidade

Abstract

The rural landscape of Sicó, shaped by the enduring interaction between human activity and the natural environment, embodies cultural, historical, and social values that preserve the distinctive character of its vernacular structure. However, this landscape now faces major challenges, namely depopulation, agricultural abandonment, and the deterioration of architectural and environmental heritage, factors that have contributed to an erosion of local identity. Furthermore, the landscape's value is increasingly undermined by inadequate territorial, political, social, and resource management, posing a threat to the uniqueness of its rural fabric.

Within this context, this research examines the reciprocal relationship between the villages of Ereiras and Poios, located in the parish of Redinha, Pombal. Although socially distinct, these villages represent the diverse of social and territorial dynamics that characterize the Sicó region. While the analysis of Ereiras reveals the urgent need to promote built heritage in the face of systematic abandonment, the rural fabric of Poios illustrates how tourism, when aligned with local specificities, can serve as a tool for community resilience.

The distinct readings of each settlement enables the formulation of overarching principles for intervention that reconcile vernacular practices with community needs, ensuring the cohesion of the rural fabric and the continuity of local identity. The reactivation of communities thus emerges as a strategic response to mitigate the effects of ongoing abandonment and, above all, to foster engaged and resilient territories where heritage preservation, landscape interpretation, and social value intersect with new social dynamics. Within this framework, architecture is understood as a discipline capable of transforming community spaces into places of social cohesion, through mindful practice that, when aligned with the community's perspective, becomes fundamental to understanding social vitality and developing strategies to safeguard the future of Sicó's rural landscape.

Keywords

Rural-Landscape; Local-Identity; Sicó; Villages; Community-Spaces

Índice

Introdução	1
I. A problemática da Paisagem Rural	5
I.I. Da subsistência à modernização agrícola do século XX	6
I.I.I. A paisagem nos diferentes séculos	7
I.I.I.I. A paisagem nos finais do século XIX.....	7
I.I.I.II. A paisagem nos inícios do século XX.....	9
I.I.I.III. A paisagem nos finais do século XX	10
I.I.I.IV. A pluralidade da paisagem rural	14
I.I.II. Paisagem como valor identitário do espaço rural.....	15
I.II. A Paisagem como motor de estratégia de reativação	18
I.II.I. Novas dinâmicas nos territórios rurais.....	19
I.II.II. Desafios da reconfiguração do mundo rural	21
I.II.III. Pressupostos para dinamizar o território rural	22
I.II.III.I. Revitalizar o território rural	23
I.II.III.II. Técnica e Sensibilidade Social na Transformação Territorial	25
I.II.III.III. Caso de estudo: Vila de Óbidos	25
I.II.III.IV. Ponte com a Paisagem de Sicó.....	32
I.II.III. Problemática da resposta de promoção turística.....	32
I.II.III.I. Caso de estudo: Aldeia Histórica, Aldeia de Piódão	33
I.II.III.II. As problemáticas que servem de ponte à Paisagem de Sicó.....	38
II. Sicó: Paisagem e Identidade Rural	41
II.I. Paisagem rural observada e Paisagem existente	43
II.I.I. Paisagem de Sicó como uma unidade territorial	44
II.I.I.I. A génese do Maciço de Sicó.....	46
II.I.II. Património natural e cultural de Sicó.....	49
II.I.III. Memória Cultural – Património construído	52

II.I.III.I. Património cultural da romanização em Sicó.....	54
II.I.III.II. Património cultural do Período Medieval em Sicó	56
II.I.IV. Património construído não monumental em pedra solta.....	58
II.I.IV.I A pedra	58
II.I.IV.II. Muros rurais de pedra seca.....	60
II.I.IV.III. Os abrigos agrícolas ou de pastor.....	62
II.I.IV.IV. Os <i>moroços</i> ou <i>morouços</i>	63
II.I.IV.V. As eiras rupestres	64
II.I.IV.VI. Moinhos de Vento Rotativos	65
II.I.IV.VII. Captação de águas pluviais.....	66
II.I.IV.VIII. Técnicas e mecanismos tradicionais e elevação de água	66
II.II. Identidade rural: Construção de uma comunidade.....	69
II.II.I. Posicionamento das áreas populacionais no Maciço de Sicó	70
II.II.I.I. Arquitetura Vernacular em Sicó.....	71
II.II.II. Classificação das áreas populacionais de Sicó.....	74
II.II.II.I. Demografia e Empregabilidade	75
II.II.II.II. Serviços Essenciais que servem a população e ajudam no dinamismo de Sicó	75
II.II.III. Ação social para a promoção do reconhecimento.....	76
II.II.III.I. Rotas Turísticas	80
III. Espaços de comunidade com valor identitário	83
III.I. Tecido rural de duas aldeias	84
III.I.I. Enquadramento da freguesia de Redinha	84
III.I.I.I. Seleção e justificação das duas aldeias em estudo	90
III.I.II. Paisagem rural de Ereiras - Contextualização territorial	91
III.I.III. Paisagem rural de Poios - Contextualização territorial	98
III.II. Valorização territorial através de espaços coletivos.....	108
III.II.I. Processo de recolha da perspetiva da comunidade	109
III.II.I.I. Aldeia de Ereiras.....	109

III.II.I.II. Aldeia de Poios.....	110
III.II.II. Dinamização dos espaços comunitários.....	112
III.II.II.I. Estratégias para os espaços coletivos da aldeia de Ereiras.....	112
III.II.II.II. Estratégias para os espaços coletivos da aldeia de Poios.....	119
III.II.III. Dinâmicas transversais de coesão territorial.....	124
Considerações finais	125
Bibliografia	129
Bibliografia de fontes	133
Anexos	141

Lista de Figuras

Fig. 1_ Mapa de Portugal repartido por zonas, limites do maciço de Sicó	4
Fig. 2_ Apanha de cereais no séc. XIX, em Bragança, Trás-os-Montes, retirado de uma publicação de 1826, Henrique Martins (2020)	8
Fig. 3_ Embarcação do séc. XIX de vinho, conhecida como barco rabelo, em Peso da Régua, no rio Douro publicado na Rádio Regional (2020)	8
Fig. 4_ Parcela sujeita ao processo de <i>despedregar</i> do terreno para a prática agrícola, na serra de Sicó, fotografia da atualidade de José da Silva (s.d.)	8
Fig. 5_ Terreno serrano de Sicó preenchido praticamente por pedra calcária, na serra de Sicó, (2025)	8
Fig. 6_ Antigo sistema de elevação de água de um poço coletivo na aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)	11
Fig. 7_ Zona habitacional em ruínas da aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)	11
Fig. 8_ Campo de trigo, apanha da espiga com auxílio de maquinaria, aldeia de Redinha, (2025)	11
Fig. 9_ Rasto de um incêndio na serra de Sicó onde prevalece apenas a marca dos seus muros de pedra, fotografia de Manuel Malva (2018)	13
Fig. 10_ Parte de um carvalhal destruído convertido numa plantação de eucaliptos, Manuel Malva (2018)	13
Fig. 11_ Zona habitacional em ruína, na aldeia de Ereiras (2025)	20
Fig. 12_ Casa do palheiro, no alojamento local Quinta de S. João, na aldeia de Poios, fotografia publicada em Quinta de S. João (s.d.)	20
Fig. 13_ Muralha que envolve o centro histórico da vila de Óbidos, fotografia de Julia Discacciati, (2018)	27
Fig. 14_ Fachada da Igreja de Santa Maria, em Óbidos, fotografia de Manuel Botelho (2014)	27
Fig. 15_ Porta principal da Igreja da Misericórdia, em Óbidos, fotografia de Manuel Celestino (s.d.)	27

Fig. 16_ Parque tecnológico de Óbidos, projetado pelo arquiteto Jorge Mealha, fotografia de João Morgado (2020)	30
Fig. 17_ Óbidos Vila Natal, evento anual que enaltece marca do chocolate, fotografia de Valter Leandro (2024)	30
Fig. 18_ Marca de marketing territorial da vila de Óbidos (2024)	30
Fig. 19_ Mapa esquemático da rede das AHP, autor Fábio Santos (2022).....	34
Fig. 20_ Aldeia de Piódão, fotografia de António Campos (2023)	36
Fig. 21_ Capela de São Pedro destacada das Habitações que compõem a paisagem de Piódão, fotografia de Ana Vazão (2007)	36
Fig. 22_ Antiga escola primária de Piódão, requalificada atualmente como um espaço multifuncional, fotografia publicada pela CM Arganil (2021).....	36
Fig. 23_ Mapeamento dos municípios da Paisagem de Sicó, identificação da freguesia de Redinha	40
Fig. 24_ Paisagem da aldeia de Casmilo, em Sicó, fotografia do Município de Condeixa (2017)	42
Fig. 25_ Capa do livro Construções Rurais De Pedra "Seca" no Maciço de Sicó, de Carlos Silva (2022).....	42
Fig. 26_ Capa do livro Ciclo da Broa e do Pão, em Terras de Ansião e Envolvertes de Eduardo Medeiros (2009).....	42
Fig. 27_ Unidades e Grupos de unidades de Paisagem em Portugal Continental, fotografia de D'Abreu, A. C., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004)	45
Fig. 28_ Limite de Unidade de Paisagem 67: Maciço Calcário Coimbra--Tomar, fotografia de D'Abreu, A. C.,Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004)	45
Fig. 29_ Marco de Sicó, pertencente à freguesia de Abiul (2025)	45
Fig. 30_ Vista do marco de Sicó para a vertente Este (2025)	48
Fig. 31_ Gruta do Soprador do Carvalho, com 3 km de extensão, considerada a mais significativa do Sistema Espeleológico do Rio Dueça, Município de Penela (s.d.).....	48
Fig. 32_ Depósito arenoso na serra de Alvaiázere, considerada a serra mais elevada do maciço de Sicó, fotografia do site Roteiro Terras de Sicó (s.d.).....	48
Fig. 33_ Perspetiva aérea do Poio Novo, da freguesia de Redinha, fotografia do site do Município de Pombal (s.d.).....	50

Fig. 34 _ Campos de produção agrícola, na sua maioria de sequeiros, aldeia de Redinha, fotografia de C.M. de Pombal (s.d.)	50
Fig. 35 _ Parte da planície de Sicó, localidade de Estrada de Anços da freguesia de Redinha (2024).....	51
Fig. 36 _ Mapa da área zona Sicó/Alvaiázere, correspondente ao código 45 da Rede Natura 2000, imagem retirada do site Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (s.d.)	51
Fig. 37 _ Dolina da N. ^a Sra. Estrela na época de verão, aldeia de Poios (2025)	53
Fig.38 _ Buracas do Casmilo, município de Condeixa-a-Nova, fotografia de Davino Martinho (2025)	53
Fig. 39 _ Cascata no Canhão do rio dos Mouros, município de Condeixa-a-Nova, fotografia de Miguel Eloi (2020)	53
Fig. 40 _ Nascente de Anços conhecido como Olhos d'água, aldeia de Anços, freguesia de Redinha (2025).....	53
Fig. 41 _ Vista aérea da <i>Villa</i> do Rabaçal, do município de Penela, fotografia de Flávio Simões (2021)	55
Fig. 42 _ Paço dos Vasconcelos, <i>villa</i> tardo-romana, zona sul do grande corredor, fotografia de Rodrigo Marques (s.d.).....	55
Fig. 43 _ Casa dos Repuxos, ruínas de Conímbriga, fotografia de Carlos Cruz (2011) ..	55
Fig. 44 _ O <i>peristilo</i> e o <i>ninfeu</i> da Casa de <i>Cantaber</i> , ruínas de Conímbriga, fotografia de Hugo Marques (2022).....	55
Fig. 45 _ Castelo de Penela, fotografia de Rafael Lara (2017).....	57
Fig. 46 _ Castelo do Germanelo, pertencente ao município de Penela, fotografia publicada no Queijos do centro de Portugal (s.d.)	57
Fig. 47 _ Castelo de Pombal, fotografia publicada no Município de Pombal (s.d.).....	57
Fig. 48 _ Ruínas do Castelo de Soure, no distrito de Coimbra, fotografia de Dias dos Reis (2013).....	57
Fig. 49 _ Habitação em ruínas na aldeia de Eireiras, freguesia de Redinha (2025)	59
Fig. 50 _ Campos agrícolas delimitado por muros de pedra solta, aldeia de Casmilo, município de Condeixa-a-Nova (2025)	61
Fig. 51 _ Pastorícia em superfícies rochosas (campo de lácias), município de Soure (s.d.)	61

Fig. 52_ Casina comunitária, atualmente abandonada, na serra de Sicó (2025).....	62
Fig. 53_ Presença de <i>moroços</i> , conhecidos, também, como <i>morouços</i> , no terreno, aldeia do Outeiro, município de Ansião (2025).....	63
Fig. 54_ Eira rupestre identificada no trilho PR1 - Rota do Paleolítico, zona do Poio Velho, fotografia de João Fernandes (2022)	64
Fig. 55_ Moinhos de Vento Rotativos, em Outeiro, Ansião, fotografia de Maria Paula (2020).....	65
Fig. 56_ <i>Picota</i> na aldeia de Salgueiro, município de Ansião, fotografia de Sérgio Medeiros (2008), (Medeiros, 2009, p. 46)	68
Fig. 57_ <i>Nora</i> na aldeia Chão de Couce, Ansião, fotografia de Eduardo Medeiros (2008), (Medeiros, 2009, p. 48)	68
Fig. 58_ Paisagem de Sicó segundo o aglomerado populacional da aldeia de Pousadas Vedras (2025).....	70
Fig. 59_ Terrenos de produção de oliveiras, Freguesia de Redinha (2025)	70
Fig. 60_ Pequena habitação na aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)	72
Fig. 61_ Pequena habitação em ruína com acesso ao piso superior por escadas em pedra, aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025).....	72
Fig. 62_ Molduras em pedra calcária de portas e janelas de habitações na aldeia de Jagardo (2025).....	72
Fig. 63_ Zona de lareira destinada a cozedura do pão e de alimentos, na aldeia de Jagardo (2020).....	73
Fig. 64_ Capela revestida por cal branca na aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025).....	74
Fig. 65_ Queijo do Rabaçal, produzido em Sicó, fotografia do site Rota do queijo do Rabaçal (2017).....	79
Fig. 66_ Mel produzido nas terras de Sicó, fotografia do site Villa Sico (s.d.)	79
Fig. 67_ Produção de Chícharo em Alvaiázere, fotografia do site Revista Comunidades (2029).....	79
Fig. 68_ Azeite Galgas, produzido em Ansião, fotografia do site Azeite Galgas (s.d.)..	79
Fig. 69_ Caminhadas em grupo, trilho do Poio Velho, freguesia de Redinha (2023) ..	81

Fig. 70_ Escalada na encosta da N. Sra. da Estrela, freguesia de Redinha, Gabriela Gomes (2025)	81
Fig. 71_ Grande Rota 26, ponto de informação, fotografia de Miguel Eloi (2023)	81
Fig. 72_ Mapeamento da freguesia de Redinha, identificação das aldeias em estudo .	82
Fig. 73_ Mapeamento geográfico das freguesias que compõem o município de Pombal	85
Fig. 74_ Ponte romana de Redinha sobre o rio de Anços, na perspetiva frontal da rua da Lâmpada, pertencente ao município de Pombal, fotografia de Jorge Bastos (s.d.)	87
Fig. 75_ Pelourinho assente no fuste de secção octogonal rematado com uma cruz de Cristo, em Redinha (2025)	87
Fig. 76_ Encenação histórica anual e caricata das invasões francesas no território de Redinha (2025).....	87
Fig. 77_ Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Redinha, fotografia do município de Pombal (s.d.).....	89
Fig. 78_ Antigo moinho de água, nascente da aldeia de Estrada de Anços (2025).....	89
Fig. 79_ Campos agrícolas junto da linha de água do rio de Anços (2024).....	89
Fig. 80_ Muro de pedra solta, na aldeia de Ereiras, (2025).....	90
Fig. 81_ Paisagem serrana da perspetiva da aldeia de Poios (2025).....	90
Fig. 82_ Mapeamento da aldeia de Ereiras, identificação dos elementos de cariz coletivo	92
Fig. 83_ Associação Cultural e Recreativa de Ereiras (A.C.R.E.) (2025)	93
Fig. 84_ Capela de Ereiras (2025)	93
Fig. 85_ Antiga escola primária, aldeia de Ereiras (2025)	95
Fig. 86_ Telhas canudo em habitação abandonada, aldeia de Ereiras (2025).....	95
Fig. 87_ Habitação abandonada com paredes exteriores, revestidas por cal, aldeia de Ereiras (2025).....	95
Fig. 88_ Eira privada que outrora servia de secagem de cereais, aldeia de Ereiras (2025)	95
Fig. 89_ Mapeamento da aldeia de Ereiras, identificação dos elementos com valor identitário	96
Fig. 90_ Muros de pedra solta numa zona de cultivo, aldeia de Ereiras (2025).....	97

Fig. 91_ Moroiços em áreas de cultivo, aldeia de Ereiras (2025).....	97
Fig. 92_ Mapeamento da aldeia de Poios, identificação dos elementos de cariz coletivo	99
Fig. 93_ Perspetiva elevada sobre a aldeia de Poios (2025)	100
Fig. 94_ Falha natural de N ^a Sra. da Estrela (2025)	100
Fig. 95_ Escarpa de N ^a Sra. Estrela, fotografia de João Fernandes (2022)	100
Fig. 96_ Capela de N ^a Sra da Estrela (2025)	100
Fig. 97_ Poio Novo, perspetiva poente, fotografia de Milene Balula (2022)	102
Fig. 98_ Poio Velho, perspetiva norte (2023)	102
Fig. 99_ Estrela Poiense, Associação Cultural e Recreativa, na aldeia de Poios (2025)	102
Fig. 100_ Mapeamento da aldeia de Poios, identificação dos elementos com valor identitário.....	104
Fig. 101_ Capela de São João, ampliada pelo povo em 1988, na aldeia de Poios (2025)	105
Fig. 102_ Antiga escola primária de Poios, reconvertida numa habitação social, na aldeia de Poios (2025).....	105
Fig. 103_ Elementos da arquitetura vernacular, na aldeia de Poios (2025).....	105
Fig. 104_ Habitação reabilitada, preservando os seus elementos vernaculares, na aldeia de Poios (2025)	105
Fig. 105_ Presença de eiras, na aldeia de Poios (2025)	107
Fig. 106_ Presença de muros de pedra solta, na aldeia de Poios (2025).....	107
Fig. 107_ Perspetiva superior do novo museu Explore Sicó, na aldeia de Poios (2025)	107
Fig. 108_ Reabilitação de habitações que preservam a imagem vernacular de Poios (2025).....	107
Fig. 109_ Muros de pedra solta, aldeia de Ereiras (2025).....	114
Fig. 110_ Parcelas agrícolas delimitadas por muros de pedra, aldeia de Ereiras (2025)	114
Fig. 111_ Campos de cultivo sem plantação, aldeia de Ereiras (2025).....	114

Fig. 112_ Caminhada pedestre organizada pela A.C.R.E., fotografia publicada na página de Ereiras Redinha (2024)	116
Fig. 113_ Espaço exterior com potencial para desempenhar funções de uma praceta (2025)	116
Fig. 114_ Zona verde junto à antiga Escola Primária de Ereiras,(2025)	116
Fig. 115_ Estrutura rural de Ereiras inserida na paisagem de Sicó, fotografia publicada na página de Ereiras Redinha (2020).....	118
Fig. 116_ Sistema construtivo da arquitetura vernacular, na aldeia de Ereiras (2025)	118
Fig. 117_ Eira privada, na aldeia de Poios (2025).....	121
Fig. 118_ Caminhada pedestre organizada pelos membros da E.P.A.C.R, fotografias da página da EPACR (2024).....	121
Fig. 119_ Habitação reabilitada com os princípios vernaculares, na aldeia de Poios (2025)	123
Fig. 120_ Espaço junto à E.P.A.C.R com potencial para criar um parque na aldeia de Poios (2025).....	124

Introdução

A presente dissertação desenvolve-se segundo a visão de uma paisagem repleta de várias potencialidades, mas para quem a vivencia, desde a infância, carece de atenção. Fala-se, portanto, da necessidade urgente de investigar e valorizar o potencial de comunidades rurais que revelam uma paisagem única em união com o seu património identitário. Isto é, repensar e criar estratégias de intervenção capazes de conciliar a qualidade de vida das comunidades com o desenvolvimento sustentável das suas paisagens naturais.

A leitura de Sicó traduz-se pelo seu forte processo cársico, de relevo acidentado, que se entrelaça a uma narrativa de resiliência e identidade das comunidades que foram, ao longo de milhares de anos, ocupando a sua paisagem. Assim, a marca profunda da relação entre o ser humano e a natureza de Sicó é anunciada pelos vestígios arqueológicos e pela presença de muros de pedra, que não só denunciam o posicionamento de aldeias, como revelam práticas agro-pastoris. No entanto, as aldeias que compõem Sicó, à semelhança dos territórios rurais nacionais, enfrentam fenómenos de despovoamento, abandono agrícola e transformação das funções tradicionais, colocando em risco a perda total do seu valor identitário. Estes fatores são analisados de forma mais detalhada pelo estudo de duas aldeias, Ereiras e Poios, que compõem a freguesia de Redinha, do concelho de Pombal, incidindo a sua escolha nos vários elementos identitários de Sicó e nas características de ocupação e valorização díspares.

De acordo com o exposto, para analisar e interpretar esta realidade rural expõem-se, no primeiro capítulo, uma perceção generalizada do território nacional, visto que é uma ocupação total muito superior à área urbana. Esta investigação revela períodos controversos que modificaram a estrutura social e, por sua vez, levaram a mudanças significativas nas dinâmicas rurais. Para tal, registam-se, nas últimas décadas, as consequências de uma incorreta gestão, não só a nível social, como a nível das necessidades que salvaguardaram o território e os seus recursos. Estas áreas, convertidas, atualmente, num cenário eminente do turismo, afirmam os valores de identidade territorial e de marketing cultural como motores de reativação da comunidade.

Em virtude disto, esta reflexão é sustentada por dois casos de estudo, a vila de Óbidos e a aldeia de Piódão, que revelam dois cenários divergentes. Ambas são capazes de anunciar tanto medidas que possam ser transportadas para um plano de reativação da comunidade de Sicó, como apresentar chamadas de atenção para os riscos que, facilmente, podem ser cometidos quando se pretende valorizar um património e uma identidade própria. Nesta primeira fase é importante perceber os principais processos e dinâmicas que marcam o mundo rural português contemporâneo e a forma como são enquadrados na análise desta paisagem.

Em consonância, a leitura da paisagem rural de Sicó assume-se como matéria primordial no desenvolvimento desta investigação, cuja caracterizações territoriais, naturais, culturais e socioeconómicas permitem denunciar, em simultâneo, os problemas que a mesma apresenta, expressas no segundo capítulo. Ao perceber as dinâmicas sociais e culturais que marcaram a

evolução da paisagem em causa, compreende-se os fenómenos que geraram a sua identidade própria. Só assim, é possível debruçar-se sobre as potencialidades que a singularizam, nomeadamente através da riqueza patrimonial, da forte identidade cultural e da aptidão para formas de turismo sustentável. Acima de tudo, pretende-se avaliar as áreas rurais segundo os principais recursos naturais e dinâmicas sociais, com objetivo claro de fomentar o desenvolvimento local. Em paralelo, questiona-se o modo como os processos de desenvolvimento, que já atentam no território, conseguem articular-se com as necessárias medidas de conservação do património natural e cultural. Desta forma, procura-se assegurar a valorização e consciencialização das qualidades e características que compõem as áreas territoriais, com vista a reaproximar a comunicação de todos os elementos que compõem o seu meio rural.

No terceiro capítulo é retratada a leitura de duas estruturas rurais, Ereiras e Poios, que, mais do que casos isolados, afirmam premissas para atuar nestes meios que transcendem o local e, como tal, detém da capacidade de se projetarem no conjunto das aldeias da freguesia, favorecendo uma lógica de rede e de coesão territorial. Nesta abordagem divulga-se a problemática da perda demográfica e da degradação do património presente no território de Ereiras e, em contrapartida, no meio rural de Poios, salienta-se a presença de dinâmicas turísticas e associativas que potenciam o desenvolvimento sustentável, ainda que detenham alguns riscos de descaracterização.

Com esta abordagem procura-se afirmar princípios para uma correta manutenção da memória coletiva e da preservação de elementos identitários e, ainda, avaliar o impacto das dinâmicas turísticas sem que se comprometa a identidade cultural e a qualidade de vida comunitária destas. Paralelamente, questiona-se a função dos espaços de comunidade que compõem as duas aldeias, sendo estes associativos, escolares, de romarias e pracetas, na promoção da coesão social e da vitalidade local. Com tal, reconhece-se a importância de integrar as perspetivas da população na identificação de estratégias de reativação. Com base nesta análise, identifica-se as necessidades e as expectativas dos habitantes, que incidem diretamente no contributo dos seus espaços coletivos, que não só fomentam a vida comunitária, como reforçam princípios de promoção territorial transversais ao restante território.

Assim, propõem-se modelos de intervenção que articulam tradição com inovação, inerentes a uma resposta da arquitetura, integrando práticas construtivas locais com os novos usos capazes de reativar o tecido social das comunidades rurais. Mais do que se centrar na urgência de contribuir para o debate sobre o futuro dos territórios rurais portugueses, reconhece-se a necessidade de olhar para estes espaços não apenas como heranças a preservar, mas como realidades vivas em constante transformação. Neste sentido, há uma procura em defender a importância da arquitetura, enquanto disciplina capaz de articular dimensões culturais, espaciais e sociais, desenvolvendo um papel essencial na definição de estratégias de intervenção que ultrapassem a visão meramente funcionalista ou turística do rural.

Em nota final, ao integrar a memória coletiva, os modos de vida tradicionais e os recursos materiais e imateriais de um território, a arquitetura pode propor soluções que assegurem a continuidade cultural e a identidade própria. Em simultâneo, esta deve salvaguardar uma boa

resposta às exigências contemporâneas de sustentabilidade e ao dinamismo económico. A valorização da paisagem e do património, associada a novos usos adaptados às comunidades locais, permite encarar o mundo rural não como um espaço residual, mas como um laboratório de inovação e um campo privilegiado de experimentação de modelos de desenvolvimento territorial alternativos.

Fig. 1_ Mapa de Portugal repartido por zonas, limites do maciço de Sicó



I. A problemática da Paisagem Rural

Neste primeiro capítulo expõe-se uma reflexão sobre a evolução da paisagem rural nacional, de modo a percecioná-la como um motor de revitalização e afirmação identitária. Em virtude disso denunciam-se as profundas transformações, desde o início do séc. XX até à atualidade, que permitiram construir uma paisagem cultural e simbólica capaz de integrar os valores, as memórias e as práticas sociais, desempenhando um papel fundamental na configuração das dinâmicas comunitárias. Deste modo, como afirmam os autores Mitchell (1991) e Harner (2001) no documento *A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento* (2005), o conceito de identidade territorial é visto como recurso estratégico que combina os elementos fixos, referindo-se ao património e aos fluxos dinâmicos, como a mobilidade de pessoas, bens e costumes. A paisagem, enquanto construção simbólica, é em simultâneo uma realidade material enraizada no território.

Estes elementos permitiram concluir que o meio rural, deixou de ser entendido exclusivamente como um espaço agrícola de subsistência e passou a configurar-se como um território multifuncional, onde se articulam as atividades económicas diversificadas, os processos de valorização cultural e as práticas de consumo simbólico. Contudo, salienta-se assimetrias oriundas das diversas áreas rurais presentes no território nacional que refletem a problemática do despovoamento e a perda de serviços sociais. Fruto do exposto, torna-se importante a análise do documento intitulado de *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia* (Cordovil *et al.*, 2013), que fornece estratégias que apontam para a importância da sustentabilidade, do envolvimento comunitário e de modelos participativos, excluindo projetos impostos desajustados à realidade.

O marketing territorial é apresentado como instrumento para a promoção e diferenciação dos territórios, desde que se assente numa visão integrada e partilhada com todos os elementos que compõem o tecido rural, como exemplificado no caso de estudo da Vila de Óbidos, que reflete uma marca territorial bem-sucedida. Em contrapartida, destacam-se o contributo do geógrafo João Ferrão (2000), que problematiza a transição da dicotomia rural-urbano para a distinção entre as ruralidades modernas e tradicionais, e do geógrafo Álvaro Domingues (2003), que denuncia o rural convertido num “recreio” para as populações urbanas. É, portanto, selecionado o caso de estudo da aldeia de Piódão como um exemplo ilustrativo das tensões do turismo no meio rural. Embora sejam evidentes a requalificação e o fluxo turístico neste território, a escassa participação da população e a transformação da aldeia num cenário turístico artificial levantam questões quanto à sustentabilidade social e identitária.

Este primeiro momento de pesquisa tem como objetivo construir um enquadramento nacional que facilite a compreensão dos fenómenos sociais e territoriais, expressos no seguinte capítulo, que moldaram a leitura da paisagem de Sicó. A par disso, reúne-se os contributos que impactem diretamente na forma, consciente e adequada, como a arquitetura intervém no território, dado que é a mediadora do processo que relaciona a memória coletiva com as novas vivências.

I.I. Da subsistência à modernização agrícola do século XX

No ramo da arquitetura paisagística e com um vasto conhecimento em ordenamento e gestão de áreas de conservação da natureza, o autor Henriques Pereira dos Santos apresenta uma obra literária que revela a evolução da paisagem rural e a sua biodiversidade em Portugal no séc. XX, intitulada de *Portugal: Paisagem Rural* (2017).

Segundo o autor, a paisagem é definida pela capacidade de combinar o clima e a geologia, promovendo a produção de nutrientes e água no solo, essenciais para a sobrevivência dos organismos vivos. Com base nisto, a oferta dos recursos do território tanto são explorados pelo ser humano para o seu proveito, como são preservados e salvaguardados para que permaneçam na paisagem, anunciando um exercício de ambos para obtenção de fertilidade. Desde os finais do séc. XIX até à atualidade, o território nacional foi palco de profundas alterações nas práticas agrícolas, nos padrões de povoamento e nas dinâmicas sociais, traduzindo-se em transformações nos sistemas produtivos e na organização do espaço rural (Santos, 2017, p. 9 e 10).

Face ao exposto, este subcapítulo procura traçar uma leitura evolutiva da paisagem rural, observando como esta se reconfigura em três principais períodos distintos. Em cada um desses momentos históricos as escolhas políticas, económicas e sociais influenciaram decisivamente a organização do território, a relação com os recursos naturais e o modo como o espaço rural foi sendo apropriado e transformado pelo ser humano. Ao longo deste percurso evidencia-se a forma como o mundo rural passou de uma estrutura agrícola de subsistência para uma realidade marcada por dinâmicas de abandono, reconversão e simbolismo identitário. Assim, esta evolução ajuda a compreender os desafios atuais de muitos dos territórios de baixa densidade, reforçando a importância de estratégias de valorização que respeitem as especificidades locais, o património cultural e as novas exigências de sustentabilidade e inovação territorial.

Paralelamente às razões que originaram estas transformações económicas e sociais, é de extrema importância perceber o papel da arquitetura enquanto disciplina capaz de intervir no território e, acima de tudo, de articular os processos naturais e culturais da paisagem com a vivência humana. O arquiteto, para além de ser um agente direto nas intervenções rurais, revela-se um intérprete crítico do tempo e da natureza, uma vez que é capaz de ler as paisagens e intervir de forma sustentável na estrutura rural, planeando não só as áreas de espaços agrícolas, como a manutenção de estruturas ecológicas. Se o autor Santos afirma que o “caráter de uma paisagem é sempre profundamente marcado pela sua capacidade de produzir vida [...]” (2017, p. 9), então cabe ao arquiteto percecioná-la como “[...] instantes artificialmente suspensos de um movimento perpétuo” (2017, p. 9).

I.I.I. A paisagem nos diferentes séculos

I.I.I.I. A paisagem nos finais do século XIX

As paisagens humanizadas, que preenchem o território nacional no final do séc. XIX, assumiam, na sua maioria, uma economia de subsistência. Assim, o cenário geral surgia em torno da necessidade de salvaguardar o consumo direto de alimentos vegetais para toda a sua população, optando por uma agricultura que permitisse armazenar alimentos durante todo o ano, privilegiando os cereais e as batatas [Fig.2]. Nos solos mais ricos que assumiam paisagens mais férteis verificou-se o desenvolvimento primário de algumas agriculturas comerciais, através de investimentos de capitalistas da época (Santos, 2017, p. 10 e 11).

Os campos de trigueiros do Ribatejo, Estremadura e Alentejo foram apoiados por investimentos de capitalistas de Lisboa, devido à sua confortável situação económica e com o intuito de se afirmar socialmente, comprando terras e financiando a sua produção agrícola e pecuária (Santos, 2017, p. 10). Neste cenário nacional destacou-se, também, o território vinhateiro do Douro que se formalizou, exclusivamente, com uma resposta comercial e exportadora [Fig.3] (Santos, 2017, p. 10).

Portugal era, nesta época, um país predominantemente rural e agrícola, onde a paisagem refletia o avanço da atividade humana sobre as áreas arborizadas. Este desmatamento resultava da necessidade urgente de expandir as suas terras cultiváveis e da tentativa de maximizar a escassa fertilidade do solo para garantir a produção de pão, o principal alimento da população. Neste sentido, sabe-se que a predominância da produção de cereais representava um testemunho sobre a evolução do consumo e a gestão da paisagem (Santos, 2017, p. 12).

Face a este panorama nacional destacavam-se as áreas com sérios problemas de erosão nas encostas, causados por fenómenos naturais, com um impacto direto nas suas áreas agrícolas que assumiam uma acumulação de areias e pedras nas zonas de cultivo [Fig.4]. A falta de cobertura vegetal era ainda reconhecida diante destes cenários rurais, o que acentuava ainda mais estes efeitos, deixando o solo desprotegido e vulnerável. Esta leitura é revista no panorama da paisagem de Sicó, que se analisa no seguinte capítulo, onde se constata que a população, recorrendo da expressão do autor, “[...] se esforçava para fazer das pedras pão” [Fig.5] (Santos, 2017, pp. 12 e 13).



Fig. 2 Apanha de cereais no séc. XIX, em Bragança, Trás-os-Montes, retirado de uma publicação de 1826, Henrique Martins (2020)



Fig. 3 Embarcação do séc. XIX de vinho, conhecida como barco rabelo, em Peso da Régua, no rio Douro publicado na Rádio Regional (2020)



Fig. 4 Parcela sujeita ao processo de *despedregar* do terreno para a prática agrícola, na serra de Sicó, fotografia da atualidade de José da Silva (s.d.)



Fig. 5 Terreno serrano de Sicó preenchido praticamente por pedra calcária, na serra de Sicó, (2025)

I.I.I.II. A paisagem nos inícios do século XX

No início do séc. XX, Portugal apresentava uma estrutura económica assente numa lógica produtiva de base orgânica, com claras evidências de uma desarticulação entre o crescimento demográfico e a capacidade produtiva. Este desfasamento impulsionou fortes movimentos migratórios que contribuíram para atenuar, temporariamente, os efeitos da pobreza endémica. Em acréscimo, a crise sanitária, provocada pela gripe espanhola de 1918 (2017, p. 11), agravou ainda mais a fragilidade demográfica e social do país. Neste cenário de instabilidade política e económica instala-se o regime do Estado Novo, em 1926 (2017, p. 11), com uma orientação assente na autossuficiência económica, na contenção do consumo e na valorização da produção nacional. Esta estratégia intensificou-se com a crise económica mundial de 1929, o encerramento da emigração durante a década de 1930 e a Segunda Guerra Mundial (Santos, 2017, p. 47).

A nível rural, este enquadramento repercute-se diretamente na manutenção de um modelo agrícola tradicional, centrado na produção cerealífera protegida. Embora se garanta a estabilidade da produção, não se promove uma verdadeira modernização do setor. A utilização de fertilizantes químicos rompeu com o equilíbrio entre a pecuária e a agricultura, contribuindo para a rutura dos ecossistemas e para a degradação da paisagem, nomeadamente com a perda de vegetação autóctone nas serras e a diminuição de arvoredos nos campos cultivados. No entanto, a adoção generalizada de fertilizantes industriais surge como resposta à limitação de nutrientes nos solos, permitindo uma intensificação produtiva mesmo em contextos de baixa fertilidade.

Face ao mesmo, entre 1914 e 1934 (2017, p. 49), verificou-se uma intensificação da produção de trigo e de milho em detrimento de centeio. Este processo implicou uma reorganização dos usos do solo com uma maior pressão sobre os matos e as charnecas para que servissem de pastoreio e fertilização. Simultaneamente, registou-se um aumento das culturas de leguminosas e de batata, que assumiram particular relevo nas serras tanto para consumo humano, como para a alimentação animal. Esta presença nas áreas serranas permite a criação de colónias agrícolas dinamizadas pela Junta de Colonização Interna¹, cuja missão era garantir o abastecimento alimentar num período de escassez e de restrições à emigração (Santos, 2017, pp. 47 à 53).

Este processo de mudança foi marcado por uma tensão entre a estagnação estrutural e a adoção de ajustamentos pontuais. A conjugação entre a política protecionista, a limitação das migrações, as transformações agrícolas e as alterações demográficas refletiu um impacto prolongado no mundo rural português, permitindo uma resposta eficaz aos desafios da época, ainda que limitada na sua capacidade de inovação (Santos, 2017, p. 53).

¹ A Junta de Colonização Interna foi um organismo autónomo criado em 1936 pelo Decreto-Lei n.º 27 207, de 16 de novembro. Nas suas principais atribuições destacava-se a gestão de terrenos, o reconhecimento e reserva de baldios pertencentes ao Estado e a aquisição de terras para fins de colonização. A sua atividade cessou oficialmente em 1974, com a publicação do Decreto-Lei n.º 539/74 de 12 de outubro, que determinou a sua extinção. Disponível em <https://adgrd.dglab.gov.pt/documento-em-destaque-42/>

I.I.I.III. A paisagem nos finais do século XX

A partir da segunda metade do séc. XX, observam-se profundas alterações nos padrões alimentares e nos sistemas agrícolas portugueses. Ao nível da alimentação verificou-se uma redução significativa no consumo de leguminosas secas, tradicionalmente associadas à alimentação das classes populares, substituídas progressivamente por produtos que outrora eram considerados complementares e menos acessíveis. Esta mudança foi influenciada pelas condições sociais, económicas e ambientais do país, caracterizado por climas irregulares e economias de subsistência, onde o aproveitamento integral dos recursos era imperativo (Santos, 2017, p. 35).

Uma das características mais marcantes da paisagem mediterrânica é o forte contraste entre as áreas férteis, onde a água pode ser utilizada durante a estação seca, e as zonas não férteis [Fig.6]. Nas regiões férteis, o uso de mecanismos para elevação da água permitia uma irrigação controlada, operados quer pela força do vento, animal ou humana, como pela força hidráulica. Todas estas práticas tiveram importância na gestão deste recurso sustentado na atividade agrícolas de pequena escala, sobretudo hortícolas. Em contrapartida, os espaços que separam estas zonas privilegiadas poderiam revelar-se áridos, inóspitos e praticamente despovoados, traduzindo-se em claras preocupações para a produção agrícola (Santos, 2017, pp. 35 à 36).

Mais do que a simples presença desta matriz dual no cenário de Sicó, analisada nos seguintes capítulos, a paisagem que se pretende detalhar da freguesia de Redinha demonstra como os diferentes tecidos rurais se apropriam no território face à presença da nascente de Anços. A fertilidade das suas margens favorece a consonância de áreas agrícolas extensas com um tecido rural mais denso e uniforme, que contrasta com a modesta estrutura rural das aldeias em estudo de Eireiras e de Poios. Estas, por se situarem nas encostas serranas, permanecem mais isoladas e revelam um percurso histórico de grandes dificuldades de fixação e de instabilidade demográfica [Fig.7], colocando em causa a perda de valores identitários muito próprios na atualidade.

Ainda nos finais do séc. XX reconhece-se o novo impulso no enquadramento agrícola, proveniente da promoção da “Lei da Fome²” em 1899 (2017, p. 13), por iniciativa de Elvino de Brito, que incitou a proteção estatal da produção cerealífera. Esta medida gerou um grande impacto ao longo do século tornando-se determinante para a transformação das paisagens agrícolas, promovidas pela expansão de searas de trigo e pela intensificação do uso de fertilizantes e de maquinaria agrícola [Fig.8]. Paralelamente, regista-se melhorias nas redes de transportes, através da criação do caminho de ferro, o que contribuiu para a mecanização do trabalho agrícola. No entanto, a consequente intensificação agrícola levou ao aumento da produção de trigo, denunciando uma maior necessidade de mão-de-obra que, por sua vez, gerou resultados na especialização da população rural e no crescimento demográfico de áreas cerealíferas (Santos, 2017, pp. 13 à 19).

² Segundo José Adelino Maltez (1899), “Surge a lei do trigo de Elvino de Brito, marcada pelo princípio do protecionismo, onde se prevê um processo de tabelamento dos preços do pão. Em nome da defesa da produção agrícola nacional, o pão aumenta cerca de 40%, pelo que os detratores do diploma lhe vão chamar a Lei da Fome (14 de julho)”. Disponível em <https://maltez.info/respublica/portugalpolitico/anuario/1899.pdf>



Fig. 6_ Antigo sistema de elevação de água de um poço coletivo na aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)



Fig. 7_ Zona habitacional em ruínas da aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)



Fig. 8_ Campo de trigo, apanha da espiga com auxílio de maquinaria, aldeia de Redinha, (2025)

Após a Segunda Guerra Mundial, seguiram-se períodos de pressão sobre o território intensificados pela grande expansão de área agrícola e pela da exploração das terras em todo o país. Esta ampliação ocorreu, sobretudo, pela conversão de matos, pastagens pobres e terras consideradas incultas, acompanhada de um crescimento simultâneo de área florestal. Apesar do aumento da mancha florestal, persistia uma forte pressão sobre os recursos naturais, dado que o uso intensivo das pastagens e a recolha de mato para estrumar os solos refletiam práticas agrícolas tradicionais que mantinham o contexto de frágil modernização. Ao mesmo tempo, a neutralidade de Portugal na guerra permitiu assegurar a estabilidade demográfica, contudo a fraca industrialização e a falta de alternativas económicas nas colónias mantiveram grande parte da população no mundo rural (Santos, 2017, pp. 55 à 56).

Com o avanço da mecanização e a expansão da cultura do milho verificou-se uma transição para a pecuária bovina em detrimento de pequenos ruminantes, menos compatíveis com o novo modelo produtivo. Neste sentido, a segunda metade do séc. XX fica, progressivamente, marcada por uma mudança aliada à racionalização do trabalho agrícola, que levou à redução de culturas como a cevada e a fava, bem como à intensificação da tração animal e da produção de leite, sobretudo nas regiões mais férteis. Neste sentido, entre as décadas de 1950 e o início de 1970 assiste-se a um período conhecido como a Idade de Ouro da agricultura portuguesa marcado por uma expansão moderada da área cultivada e pela introdução de maquinaria agrícola. Ainda assim, manteve-se a pressão sobre as áreas de menor valor económico como as pastagens pobres, frequentemente desvalorizadas pelas elites políticas e técnicas influenciadas por modelos estrangeiros (Santos, 2017, pp. 57 à 66).

O primeiro choque petrolífero, em 1973 (2017, p. 66), representou um ponto de viragem com o início do declínio das ideologias puramente produtivistas e a progressiva recuperação de ecossistemas naturais em zonas de menor pressão agrícola. Em comparação com a década de 50 regista-se uma forte inversão demográfica, fruto da queda populacional nas zonas rurais, ainda que sem impacto imediato na produção agrícola, sustentada pela introdução de tecnologias como os adubos químicos, o regadio, a mecanização e a genética vegetal. Deste modo, ao nível da economia nacional regista-se um acelerado aumento do rendimento disponível, graças à adesão da Associação Europeia de Comércio Livre³ (Santos, 2017, pp. 66 à 67).

O processo de transição da produção de subsistência, sentida até então, prolongou-se até atingir a produção voltada para o mercado, devido à difícil resposta em mudar a forte orientação histórica. Com a subida dos rendimentos urbanos induzida pelo desenvolvimento industrial verificaram-se mudanças sociais que levaram a melhorias na dieta alimentar e libertação de mão-de-obra, que foi canalizada para tarefas mecanizadas. Com a intensificação agrícola e o abandono de zonas de baixa produtividade, o uso do solo tornou-se mais desigual [Fig.9], constatando-se

³ A Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), fundada em 1960 por uma convenção intergovernamental, é conhecida por ser uma organização que visa facilitar o comércio livre e promover a integração económica entre os países membros. Portugal é considerado um dos países fundadores da mesma, tendo aderido no ano de 1995. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/glossary/european-free-trade-association-efta.html>

algumas áreas abandonadas e criando paisagens fragmentadas. Tudo isto está na origem do aumento dos incêndios florestais [Fig.10] persistentes que se verificam desde os anos 70 até à atualidade (Santos, 2017, pp. 69 à 75).

Estas mudanças anunciadas conduziram a uma clara dicotomia territorial, separando as dinâmicas populacionais do litoral, concentrando grandes núcleos urbanos, das do interior do país. Se por um lado o litoral tornou-se o centro da atividade económica, por outro lado o interior presenciou constante abandono de áreas rurais, registando uma grande perda de produção agrícola ao longo do último quartel do séc. XX. Esta reorganização espacial formaliza um panorama de paisagem nacional dual, onde se assiste a um aumento de produção e de riqueza, bem como um abandono de grande parte do território com baixa produtividade em zona centrais (Santos, 2017, p. 77).



Fig. 9_ Rasto de um incêndio na serra de Sicó onde prevalece apenas a marca dos seus muros de pedra, fotografia de Manuel Malva (2018)



Fig. 10_ Parte de um carvalhal destruído convertido numa plantação de eucaliptos, Manuel Malva (2018)

I.I.I.IV. A pluralidade da paisagem rural

No contexto atual verifica-se um panorama nacional com grandes manchas rurais que possuem uma baixa densidade, refletindo mutações provenientes dos modelos de desenvolvimento e políticas setoriais desadequadas ao seu meio. A ruralidade contemporânea passou, então, a ser entendida como um conjunto de territórios de baixa densidade, a nível demográfica e relacional, refletindo diretamente na leitura dos seus tecidos rurais. A escassa presença populacional nestes meios fragmenta a malha habitacional, conduzindo a cenários de dispersão e abandono das suas estruturas, provenientes do aumento de uma população envelhecida e da descontinuidade de práticas agrícolas. Mediante este enfraquecimento das estruturas rurais acresce, igualmente, a perda de vitalidade social, fazendo da arquitetura existente um motor de memória identitária, mais do que um suporte para novas dinâmicas de ocupação.

Como referido anteriormente, as transformações profundas do meio rural estão intimamente ligadas ao modelo de desenvolvimento económico, à modernização da agricultura e ao êxodo rural iniciado na década de 1960 (2012, p. 4). A estas dinâmicas somaram-se os efeitos das políticas agrícolas e territoriais, impostas ao longo da integração do país na União Europeia⁴, as aplicações dos fundos estruturais europeus, que vieram recuperar a fraca economia proveniente das reformas e contrarreformas agrárias, e o pós-25 de Abril de 1974⁵, refletindo um período de instabilidade (Reis, 2012, p. 4).

Como forma de complemento, o autor João Ferrão, geógrafo e investigador português, apresenta um documento designado de *Relações entre mundo rural e mundo urbano* (2000), onde expressa a leitura do rural referente à sua evolução, assumindo uma urgente resposta às problemáticas que lhe dizem respeito. Neste sentido, afirma que a dicotomia rural-urbana, sentida até aos finais do século passado, é substituída, gradualmente, pela distinção entre ruralidades modernas e tradicionais. Tudo isto surge de uma sociedade centrada na cidade e na indústria com impactos marcantes no mundo rural. Enquanto o rural perdeu progressivamente a sua relevância económica, social e simbólica, visto que é frequentemente associado a formas de vida ultrapassadas, os centros urbanos, por sua vez, começaram a ser vistos como os principais motores do progresso (Ferrão, 2000, p. 46).

Face ao exposto, nos finais dos anos 80 constatou-se uma nova visão direcionada para as problemáticas presentes nos territórios rurais, procurando estabelecer o seu dinamismo assente em medidas de valorização ambiental, de multifuncionalidade das atividades agrícolas e de diversificação económica. Desta forma, muitas destas áreas deixaram de ser exclusivamente locais

⁴ A União Europeia (UE) é uma organização que lida com questões climáticas, ambientais e de saúde, bem como de relações externas, de segurança, de justiça e de migração de países europeu que lhe pertençam. Em 1977, Portugal inicia o processo e pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) e, em 1985, é assinado o Tratado de Adesão, em Lisboa, integrando oficialmente em 1986. Disponível em https://portugal.representation.ec.europa.eu/quem-somos/portugal-na-ue_pt

⁵ A revolução ocorrida a 25 de Abril de 1974 culminou num golpe de Estado conduzido por jovens capitães, que resultou no fim da ditadura em Portugal, que dominava há mais de quatro décadas. Disponível em <https://50anos25abril.pt/o-25-de-abril/>

de produção, para se tornarem palco para o consumo turístico, gastronómico e cultural. Com esta transição gerou-se novas lógicas territoriais, onde os valores patrimoniais e simbólicos ganharam centralidade, combatendo a preocupação pelas questões de sustentabilidade que lhes estão sujeitas. Em muitos casos, estas mudanças deram origem a processos tanto de reconversão, como de reinvenção funcional e simbólica, segundo a implementação de políticas e de programas transversais a vários setores (Reis, 2012, p. 4).

Paralelamente a rápida modernização das cidades, fruto do processo de expansão das infraestruturas e de serviços sociais que permitiram desenvolver centros privilegiados de acesso ao bem-estar e à qualidade de vida, registou um acentuado enfraquecimento das ligações orgânicas entre a cidade e o campo. Este afirmou distinções entre territórios rurais com maior ou menor grau de modernização. Assim, a proximidade aos centros urbanos passou a ser determinante para o reconhecimento destas malhas rurais, surgindo categorias como áreas rurais centrais, periféricas e marginais. Nas zonas mais próximas das cidades continuam a existir relações de interdependência de ambos os meios, ainda que com fortes desigualdades entre si. Já nas áreas mais afastadas e menos acessíveis, onde se verifica uma acentuada perda populacional e uma escassez de recursos, as ligações com os centros urbanos tornam-se cada vez mais ténues (Ferrão, 2000, p. 47).

Os territórios rurais, encontrando-se numa posição limitante, enfrentam um paradoxo entre a valorização simbólica e a ausência de resultados concretos. Tudo isto é fruto dos condicionamentos impostos pelas dinâmicas urbanas que, muitas vezes, não são sujeitos a um controlo dos impactos gerados pela sua procura e intervenção, comprometendo a vitalidade e a sustentabilidade das múltiplas ruralidades existentes (Ferrão, 2000, pp. 48 e 49).

Com um rural cada vez menos homogéneo, há uma crescente sensibilização para que a prática de arquitetura seja capaz de se reinventar como mediadora entre a tradição e a inovação. Diante do referido, a preservação do património, a requalificação dos usos comunitário e a crescente dinamização socioeconómica nestes meios são fatores que impactam diretamente no papel do arquiteto enquanto sujeito que intervém. A acrescente pluralidade dos meios rurais impulsiona o desenvolvimento de estudos concretos das suas realidades locais, reconhecendo no existente a base para projetar. O mencionando acompanha a visão do arquiteto Álvaro Siza que sublinha que “os arquitetos não inventam nada; eles transformam a realidade” (Siza, cit. por Smithson, 2021).

I.I.II. Paisagem como valor identitário do espaço rural

As transformações decorrentes da modernização agrícola não tiveram apenas impactos económicos, mas também repercussões na forma como as comunidades se relacionam com o seu território. A mancha rural nacional, como apresentado anteriormente, revela oscilações que traduzem formas díspares de atuar no território para combater as desigualdades e as vulnerabilidades locais, acentuadas pela falta de serviços públicos de resposta à população. Deste modo, a valorização da identidade territorial surge como um vetor estratégico cada vez mais

direcionado para a promoção de uma identidade própria e de uma afirmação de singularidades locais.

A identidade de cada lugar e região constitui, assim, um eixo primordial para colmatar as problemáticas presentes, dado que combina os seus recursos materiais com os imateriais. De acordo com o pensamento do geógrafo David Harvey, a identidade de um lugar detém a capacidade de integrar sistemas em rede, sejam eles locais ou globais, incluindo os ciclos naturais, as redes sociais, o capital humano e físico, os modos de produção e de consumo, assim como os fluxos de informação. Estes elementos distinguem-se entre os componentes fixos, como estruturas físicas ancoradas no território, e os fluxos dinâmicos, geralmente associados à mobilidade de pessoas, bens e ideias. A interação entre estes componentes, moldada por agentes dominantes ou contestatários e por forças favoráveis ou adversas, promove constantes reconfigurações das identidades territoriais, expressas na tradição, na modernidade ou na fusão de ambas (Roca & Oliveira, 2005, p. 1).

Neste âmbito, as paisagens são entendidas pelo seu papel central na construção identitária tanto por revelar aspetos físicos observáveis, como por evocar emoções e memórias coletivas. Em virtude da seguinte citação dos autores Barracho & Dias, mais do que “[...] uma porção de espaço visível que se pode ver, sentir, absorver e «consumir; não é apenas um estímulo visual, mas também um valor [...]” (2010, p. 114), as paisagens tornam-se instrumentos de mediação entre a perceção individual e os significados coletivos. Ao caracterizar uma paisagem reconhece-se as eventuais ameaças, como o abandono e a degradação, que sustentam, por sua vez, oportunidades para a afirmação identitária dos diferentes contextos, quer do domínio natural, social ou económico. Juntamente com o mencionado, através da perspetiva dos autores Mitchell (1991) e Harner (2001), reconhece-se oportunidades em afirmar a paisagem como uma construção simbólica, que expressa significados e valores, e uma realidade concreta, moldada pelas condições materiais vividas no território (Roca & Oliveira, 2005, pp. 1 e 2).

No entanto, os fenómenos como a globalização, a deslocalização e os efeitos do tempo sobre o território têm desvalorizado muitos elementos identitários. Ainda assim, a identidade territorial continua a ser essencial para fortalecer a autoestima local, especialmente entre aqueles que reconhecem a necessidade da integração global alinhada às singularidades locais. Nas últimas décadas, a paisagem, enquanto expressão da identidade territorial e fator de sustentabilidade, tem ganho crescente atenção na aplicação de políticas públicas, sobretudo em zonas rurais europeias com perda de dinamismo social e económico. Em Portugal, esta preocupação é amplamente refletida em programas e projetos de desenvolvimento que identificam as consequências da perda de identidade, tais como a diminuição populacional, a degradação paisagística e a decadência das atividades tradicionais (Roca & Oliveira, 2005, pp. 2 e 3).

Apesar do discurso político valorizar a identidade territorial, afirmando-a como elemento-chave para revitalizar a competitividade local, observa-se um desfasamento entre a retórica e a prática. Os esforços para proteger e valorizar as paisagens e os patrimónios têm sido insuficientes face à sua destruição, agravando, ainda mais, as desigualdades de poder entre os atores públicos e privados, os pequenos e os grandes produtores, bem como os agentes locais e globais. Como

afirmado anteriormente, a estes fatores soma-se a agravante perda de população, a degradação paisagística e a decadência de atividades tradicionais que comprometem, seriamente, a viabilidade de estratégias de desenvolvimento sustentável (Roca & Oliveira, 2005, p. 3).

Perante esta perspetiva, propõe-se a necessidade de converter o conceito de identidade territorial numa ferramenta analítica eficaz, capaz de traduzir preocupações simbólicas e paisagísticas em políticas concretas de planeamento regional (Roca & Oliveira, 2005, p. 4). Consequentemente, deve ser prestado particular atenção às pequenas e médias empresas, cuja capacidade de inovar e cooperar em rede é determinante para o fortalecimento da produção de bens transacionáveis e para o sucesso das exportações. Por fim, a gestão ativa da informação e da comunicação constitui um recurso fundamental para promover eficazmente os produtos, o património natural, a cultura e a identidade das comunidades, integrando-os como elementos estratégicos na construção de um posicionamento competitivo dos territórios (Cordovil *et al.*, 2013, p. 18).

As abordagens discutidas ao longo da investigação deste primeiro subcapítulo traçaram uma leitura da evolução histórica do território nacional, marcada pelas oscilações e pelas transformações da malha rural ao longo do séc. XX. Esta análise denunciou períodos controversos que modificaram a estrutura social e, por sua vez, provocaram mudanças significativas nas dinâmicas rurais. O cenário atual, resultado destas alterações, revela as consequências de uma incorreta gestão, não só a nível social, como a nível das necessidades de proteger o território e os seus recursos.

Graças a esta reflexão aqui construída, emerge um caminho para a discussão subsequente sobre a íntima relação entre a paisagem rural e a identidade territorial, sobretudo no modo como ambas assentam nas práticas de arquitetónicas. Diante do exposto, explorar-se-á algumas das estratégias já aplicadas em território nacionais, mostrando princípios que salvaguardam uma boa reativação rural. Neste processo atender-se-á às dinâmicas sociais deste meio segundo uma leitura dos seus espaços coletivos, enquanto instrumentos capazes de tecer vínculos entre tradição e inovação. Mais do que reativar comunidades rurais, procura-se traçar premissas que desenvolvam a sustentabilidade do meio e, acima de tudo, respeitem a memória singular de cada lugar.

I.II. A Paisagem como motor de estratégia de reativação

Na maioria das estruturas rurais, a crescente desertificação humana, o despovoamento e a fragilidade institucional revelam uma urgência em promover estratégias de revitalização que combinem o desenvolvimento económico, a coesão territorial e a sustentabilidade. Neste contexto, o presente subcapítulo propõe refletir sobre as novas dinâmicas no mundo rural, explorando os modelos de intervenção que conciliem inovação com valorização identitária.

Face ao exposto, desenvolve-se uma análise de revitalização, segundo sete fatores essenciais, que prioriza as dinâmicas de aldeias, respeitando os critérios de sustentabilidade e promovendo o envolvimento das comunidades locais. Este modelo procura responder à complexidade atual dos territórios rurais, expressando uma frontalidade entre os traços do passado com os desafios emergentes, como a diversificação económica, a reconfiguração dos padrões de povoamento e a valorização de novas atividades, como o turismo. Contudo, esta transformação não é uniforme, dado que se nalgumas áreas rurais a agricultura ainda desempenha um papel vital, noutras verifica-se uma perda desse mesmo protagonismo, abrindo espaço à multifuncionalidade e à emergência de promover novos residentes e dinâmicas sociais.

No entanto, estas transformações são acompanhadas por sérios desafios. A persistência de assimetrias territoriais, a perda de serviços públicos essenciais e a pressão dos modelos urbanos sobre o espaço rural criam obstáculos significativas à coesão e à sustentabilidade. Diante do mesmo, acresce uma tendência para reproduzir, no meio rural, os modelos urbanos de intervenção, frequentemente inadequados à sua realidade. Em muitos casos registam-se projetos promovidos externamente que acabam por provocar falhas nos ritmos, nos valores e nos saberes das comunidades locais. Neste contexto, é fundamental que a intervenção rural seja orientada por uma nova governança participativa baseada na autonomia local, na ação coletiva e na valorização dos recursos simbólicos e sociais das comunidades.

A este propósito, destaca-se a reflexão de Pedro Saraiva, que utiliza a metáfora da “hidroponia” (Cavaco, 2008) para denunciar os projetos desconectados da identidade dos territórios. A ausência de enraizamento cultural pode gerar intervenções aparentemente bem-sucedidas, mas estruturalmente frágeis. O autor defende que a verdadeira transformação territorial resulta da conjugação entre as condições técnicas e a sensibilidade social, através da promoção de iniciativas enraizadas na cultura e nas vivências locais. Numa fase posterior perceber-se-á que o marketing territorial, quando fundado numa visão integrada e partilhada, pode ser um instrumento poderoso para dinamizar o espaço rural.

Porém, a problemática dos territórios rurais alerta para o risco de transformar aldeias vivas em cenários artificiais, reduzidos a imagens de consumo turístico e desprovidos das suas funcionalidades quotidianas. A progressiva transformação turística desconjuntada provém da escassa articulação dos planos territoriais com a participação da população local. Apesar de reconhecerem melhorias nas condições de vida, os residentes apontam problemas de ordem funcional e simbólica que comprometem a vivência comunitária. Mediante o exposto, esta análise serve sobretudo de base para interpretar as dinâmicas em curso num território específico da Serra

de Sicó, tendo como objetivo compreender os fenómenos de abandono, de reconversão e de identidade que marcam o cenário atual dos seus tecidos rurais. Acima de tudo, torna-se imprescindível entender a arquitetura não apenas como um exercício formal de reconfiguração do espaço, mas como disciplina crítica na reativação de uma estrutura rural. A sua verdadeira potência reside no gesto que reconcilia a memória, a matéria e a vivência, recusando leituras simplistas que transformam o rural em mercadoria turística ou em cenários de património encenado.

I.II.I. Novas dinâmicas nos territórios rurais

Para projetar pressupostos estratégicos de intervenção num contexto de aldeia, como se pretende na elaboração desta dissertação, atende-se, numa primeira fase, à análise do documento intitulado de *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia*, desenvolvido pelos autores Cordovil, Hespanha e Ferreira (2013). Neste documento identifica-se a necessidade que os territórios rurais atravessam, perante a persistência de traços do passado e a emergência de novas dinâmicas, com vista a uma abordagem diferenciada face à pluralidade das suas realidades.

Esta complexidade impõe um olhar atento, centrado na valorização dos recursos e especificidades de cada paisagem rural, através de políticas públicas ajustadas, que promovam o desenvolvimento sustentável, a coesão territorial e a revitalização das comunidades locais. Um território rural, ainda que inserido num contexto amplo, nunca pode ser reduzido a uma generalidade abstrata. Cada tecido rural exige uma leitura própria, enraizada nos seus valores, costumes e modos de vida, pois é dessa matriz singular que emergem as possibilidades de permanência, de transformação e de reinvenção arquitetónica do espaço comunitário.

A diversificação da economia rural é identificada como uma das principais transformações sentidas, ainda que com expressões e intensidades variáveis. Assim, em determinados territórios rurais introduziam-se novas atividades, nomeadamente ao nível dos serviços e do turismo, refletindo uma resposta face à procura pelas populações urbanas. Estas iniciativas contribuíram para a revitalização económica local e para o reforço da atratividade rural, enquanto destinos turísticos ou espaços de residência alternativa. Apesar da tendência generalizada de despovoamento, observa-se uma reconfiguração dos padrões de povoamento, onde os ritmos e formas deste processo manifestam-se de maneira assimétrica (Cordovil *et al.*, 2013, p. 11).

No território nacional identificam-se aldeias que desapareceram quase por completo, enquanto outras se conseguiram manter ou até recuperar parte da sua população, beneficiando de fatores como a proximidade a centros urbanos ou a presença de recursos patrimoniais e naturais valorizados. Diante disto, a presença de novos residentes, ainda que possam ser temporários, têm igualmente contribuído para o dinamismo local, através do consumo, da reabilitação de habitações e, por vezes, da criação de pequenas iniciativas económicas (Cordovil *et al.*, 2013, p. 11).

A região de Sicó, que será posteriormente detalhada, constituiu um exemplo expressivo desta discrepância rural. Se por um lado algumas das suas freguesias afirmam um novo crescimento demográfico, ainda que circunscrito a certas aldeias, por outro subsiste o abandono progressivo de núcleos habitacionais que fragiliza a coesão de freguesias e acentua um maior isolamento. O estudo comparativo, presente no último capítulo desta dissertação, das aldeias de Poios e de Ereiras, ambas pertencentes à freguesia de Redinha, ilustra de forma clara esta dualidade. Enquanto a aldeia de Ereiras apresenta um processo sistemático de despovoamento [Fig.11] que se traduz em sérios problemas de valorização e preservação contruído, a aldeia de Poios revela, em contrapartida, um crescimento proveniente da valorização associados à dinamização turística, com uma visível aposta na reabilitação do edificado antigo [Fig.12].

Acresce ainda as questões referentes à coesão social e aos vínculos comunitários, tradicionalmente fortes no meio rural, podendo estes serem fragilizados pela crescente heterogeneidade das populações e pela mudança dos modelos de vida (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 11 e 12). Também no território de Sicó são identificados muitos destes desafios traduzidos pelo abandono progressivo de socalcos agrícolas e de pastagens tradicionais, que resultam em paisagens fragmentadas que hoje se encontram em risco de desaparecer.



Fig. 11_ Zona habitacional em ruína, na aldeia de Ereiras (2025)



Fig. 12_ Casa do palheiro, no alojamento local Quinta de S. João, na aldeia de Poios, fotografia publicada em Quinta de S. João (s.d.)

I.II.II. Desafios da reconfiguração do mundo rural

As assimetrias regionais em Portugal são profundas sobretudo entre zonas urbanas e rurais e entre o litoral e o interior. Neste contexto marcado pela crescente desertificação humana e funcional, impõem-se reflexões profundas sobre os obstáculos estruturais que comprometem o seu desenvolvimento. Estas zonas enfrentam, simultaneamente, desafios críticos de sustentabilidade e limitações enraizadas em condicionamentos históricos e sistémicos que, por sua vez, impactam negativamente a revitalização do território. Assim, qualquer estratégia de intervenção eficaz exige uma compreensão abrangente e articulada aos diversos fatores que contribuem para a crise persistente do meio rural.

A viabilidade do desenvolvimento local enfrenta entraves profundas decorrentes do esvaziamento progressivo das infraestruturas e serviços públicos. Durante décadas, observou-se uma distribuição desigual do investimento do Estado entre áreas as urbanas e as rurais, o que conduziu ao encerramento sistemático de serviços sociais essenciais à qualidade de vida, como escolas, centros de saúde, estações de correios e transportes públicos. Consequentemente, intensificou-se o isolamento das populações por pequenos núcleos, salientando-se o sentimento de abandono e marginalização. A par do referido, agrava-se a situação do despovoamento, pelo acentuado envelhecimento populacional e o claro êxodo de jovens motivados pela falta de oportunidades (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 12 e 13).

Em simultâneo, verifica-se um impacto profundo das dinâmicas urbanas sobre o quotidiano rural. A constante presença dos valores urbanos, através dos medias, das políticas fiscais e do consumo massificado, introduz uma pressão uniformizadora que ameaça os modos de vida tradicionais, enfraquecendo as redes comunitárias e a autossustentabilidade cultural e económica local. Assim, a aldeia exposta, mas sem se integrar plenamente na urbanidade, mergulha numa identidade ambígua e em rotinas pouco estimulantes, apenas desafiadas por iniciativas pontuais ou pela chegada de novos residentes. Em acréscimo, verificam-se políticas profundamente enraizadas que, em vez de desenvolver um pluralismo democrático, geram bloqueios à cooperação e ao progresso coletivo. Frequentemente, assiste-se a projetos promovidos ou travados com base em fidelidades partidária e não na sua relevância para a comunidade. Em virtude disto, torna-se urgente promover órgãos locais responsáveis que cativem a participação e inclusão da própria população neste processo de valorização identitária (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 13 e 14).

Outro aspeto crítico prende-se com a lógica centralizadora da intervenção estatal, orientada por modelos urbanos de prestação de serviços, constantemente desajustados à realidade local. Os programas de apoio e de financiamento tendem a apresentar critérios normativos rígidos e exigências burocráticas que excluem os pequenos agentes locais. No mesmo sentido, as chamadas parcerias locais assumem, muitas vezes, uma forma meramente formal, respondendo a agendas institucionais alheias às necessidades e aspirações da população. Ao invés de catalisadores de transformação, este enquadramento externo impede que estas parcerias funcionem como verdadeiras forças mobilizadoras (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 14 e 15).

Adicionalmente, importa destacar a desarticulação frequente entre quem dinamiza e quem é alvo das iniciativas. A imposição de visões externas, sem o devido respeito pelas referências e pelos valores locais, cria resistências e quebra o potencial transformador da intervenção. Neste contexto, sobressai a tendência para o localismo, frequentemente associada ao isolamento, mas que pode, também, ser interpretado como uma forma de proteção identitária. Embora, por vezes, funcione como barreira à mudança, o localismo contém em si um potencial construtivo de valorização de práticas e de saberes locais, que podem fortalecer a autoestima coletiva e criar bases mais sólidas para uma transformação sustentada do tecido rural (Cordovil *et al.*, 2013, p. 15).

I.II.III. Pressupostos para dinamizar o território rural

Na mesma linha de pensamento, identifica-se um conjunto de princípios essenciais que formalizam intervenções capazes de alinhar as necessidades e as especificidades dos territórios rurais. Contudo, é importante reconhecer que o desenvolvimento rural exige, necessariamente, a transformação profunda das práticas institucionais, das formas de governação e das relações entre o Estado e os cidadãos. Face a isto, a intervenção no meio rural deve assentar numa abordagem processual, participativa e inclusiva, sustentada em princípios claros para toda a comunidade. Desde logo, a mudança só é viável se assente numa nova governança, baseada na autonomia local e na construção de um poder alternativo, representativo das aspirações da comunidade. Isso exige não apenas a presença física das populações nas iniciativas, como também a sua efetiva capacidade de decisão em todas as fases do processo, desde o diagnóstico à avaliação (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 16 e 17).

Perante o referido, a transformação deve ser encarada como um processo contínuo e prolongado, uma vez que estas mudanças estruturais requerem tempo e persistência, sendo fundamental diferenciar os impactos superficiais das transformações profundas. Importa assim, reconhecer que não se trata de uma iniciativa específica, como uma tradição cultural, um produto agrícola, uma oportunidade de financiamento ou a chegada de um novo agente comunitário, mas sim do potencial que as mesmas têm para provocar resultados significativos. No entanto, tudo isto só é possível se houver o envolvimento da comunidade e o desenvolvimento numa ação multidimensional. Por conseguinte, apesar do desenvolvimento sustentável depender das potencialidades locais, muitas aldeias só ganham novo fôlego com o impulso de agentes externos, como associações de desenvolvimento local, desde que estes se integrem verdadeiramente no contexto e saibam atuar de forma colaborativa com os residentes (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 17 e 18).

Além disso, é crucial abandonar a perceção das aldeias como realidades homogêneas, pois possuem uma pluralidade de interesses, tensões sociais, diferenças de poder e influência. A par do referido, as abordagens de intervenção devem ser sensíveis à complexidade intrínseca de cada lugar, incorporando estratégias ajustadas à gestão construtiva do conflito e pressupostos que reconheçam a diversidade etária das populações. Tal perspetiva implica reunir premissas

orientadas para a valorização dos saberes enraizados e das inquietações emergentes do território, percecionando o existente como fundamental. Do mesmo modo, a aceitação do imprevisto deve ser encarada como motor criativo de mudança na disciplina de arquitetura.

A revitalização das aldeias não se traduz num regresso ao passado, mas sim na construção de um presente renovado, de modo a obter um futuro sustentável. Isto pressupõe abertura ao exterior, troca de experiências e integração com redes solidárias e interterritoriais, para que o local se torne verdadeiramente universal, sem perder a sua essência. Com efeito, o trabalho em rede entre diferentes atores locais deve ser promovido com base na ação concertada, em vez de interesses institucionais isolados. Neste tecido social, o convívio, os afetos e o sentimento de pertença desempenham um papel tão fundamental quanto o dos recursos materiais (Cordovil *et al.*, 2013, pp. 18 e 19). Perante o referido, a presença de espaços de comunidade, como pracetas, instalações associativas e edifícios religiosos, traduz essa convivência social, atribuindo à arquitetura, neste caso, um papel mediador das relações sociais e do fortalecimento dos laços comunitários.

A emergência de lideranças locais agregadoras é outro vetor crucial, uma vez que devem apresentar um perfil capaz de unir, inspirar e neutralizar divisões, contrariando práticas clientelistas. No entanto, mais do que o financiamento, é a implicação cívica e o empenho voluntário que asseguram a vitalidade dos processos de requalificação. Neste contexto, o animador local assume uma função de mediação e construção afetiva, fomentando relações de confiança e promovendo, simultaneamente, a mudança e a identidade local. Embora nem todas as dinâmicas em curso incorporem estas dimensões, é fundamental reconhecer que uma requalificação rural sólida exige que a maioria destes princípios esteja presente e, como tal, permanentemente sujeita à reavaliação e adaptação entre todos os envolvidos. Só assim se poderá construir um futuro sustentável para as aldeias portuguesas (Cordovil *et al.*, 2013, p. 19).

I.II.III.I. Revitalizar o território rural

Com os princípios estratégicos essenciais apresentados, torna-se importante alinhá-los com ações aplicadas ao processo de revitalização de territórios rurais. Perante isto, debruça-se a análise para propostas concretas segundo planos de intervenção desenvolvidos nalgumas áreas rurais do território nacional, percebendo os seus efeitos nas mesmas.

Numa primeira instância, atendeu-se à interpretação presente no jornal *Pessoas e Lugares*⁶ (2008), da autoria de Cristina Cavaco (2008), com uma estratégia de valorizar áreas rurais através do marketing territorial. Segundo a diretora do Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo da Universidade de Aveiro, Elisabeth Kastenholz, em conformidade com o referido pelo chefe de

⁶ Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+, foi lançado em 1999, com o intuito de divulgar e promover as atividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa do LEADER II e reforçar os aspetos positivos do mundo rural. Segundo uma parceria entre a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a INDE e, como membro permanente do Conselho Editorial, a Federação Minha Terra. Disponível em <https://www.minhaterra.pt/pessoas-e-lugares.T10924.php>

Projeto PIC LEADER+⁷, Rui Veríssimo Batista, atualmente, o marketing assume um papel cada vez mais relevante no combate à competitividade de um mundo cada vez mais globalizado. Tal como se verifica, o poder que o mesmo afirma nas marcas comerciais, também os territórios, quer sejam aldeias, cidades, regiões ou países, podem e devem ser alvo destas estratégias de marketing. Esta lógica estende-se não apenas a produtos e a serviços, mas também a ideias, a ideologias e, até mesmo, à imagem pública dos indivíduos, como artistas, atletas ou figuras políticas. Contudo, para aplicar esta estratégia é necessário começar por desmistificar os equívocos em torno do conceito. Ainda que muitas vezes confundido com publicidade, o marketing é, na verdade, um processo estruturado, que começa pela definição clara de objetivos e do públicos-alvo, envolvendo um conjunto de ferramentas destinadas a posicionar a oferta face à concorrência (Cavaco, 2008, p. 3).

O marketing territorial é apresentado, segundo a autora, como uma premissa em que os territórios competem entre si pelos recursos, residentes, turistas, investimentos e atividades económicas. Neste contexto, torna-se, então, fundamental compreender as especificidades de cada zona e, mediante isto, trabalhar a sua atratividade com base numa estratégia bem definida, articulada com os diversos agentes locais. Tudo isto diz respeito à construção de uma identidade própria que se distinga pela sua marca territorial, desde que esta imagem reflita a realidade vivida e seja partilhada pelos seus habitantes. Este tipo de marketing exige, assim, uma abordagem integrada, onde participe a população residente, as autarquias, as empresas e as organizações sociais e culturais, chegando à definição precisa dos objetivos, e assim como de planos de ação. A criação de redes de cooperação locais e regionais, baseadas numa visão comum e na gestão eficiente de recursos escassos, é determinante para o sucesso destas estratégias, especialmente nos territórios rurais, muitas vezes marcados por fragilidades económicas e demográficas (Cavaco, 2008, p. 3).

O desenvolvimento sustentável é, então, entendido como o principal orientador da marca territorial, conjugando o crescimento económico com a coesão social e a valorização ambiental e cultural de uma área rural. Ao projetar uma imagem que revele os valores e características territoriais, reforça-se o sentimento de pertença da comunidade e cria-se uma proposta de valor, clara para os públicos externos. O carácter complexo e multifacetado dos territórios, que integram atividades económicas, serviços, património, estilos de vida e valores diferenciados, é essencial para que a imagem de marca identitária seja construída com base num conhecimento profundo da realidade local. Neste sentido, essa imagem deve ser capaz de gerar confiança, identificar oportunidades e estabelecer vantagens competitivas duradouras. Por fim, uma abordagem de marketing territorial bem-sucedida requer uma visão estratégica, uma articulação entre os diferentes intervenientes e um forte compromisso com o território. Quando bem aplicada, pode ser um instrumento poderoso para dinamizar o espaço rural, atrair novos públicos, valorizar

⁷ Uma apresentação sobre a iniciativa comunitária LEADER em Portugal, elaborada com base nos conteúdos da Federação Minha Terra, LEADER II, MADRP, Observatório Europeu e Comissão Europeia. Disponível em <https://www.minhaterra.pt/apresentacao-do-pic-leader-em-portugal.T10329.php>

recursos locais e criar condições para um desenvolvimento mais coeso e equilibrado (Cavaco, 2008, p. 3)

Por conta do referido, o arquiteto assume um papel central na materialização de estratégias de marketing territorial e, como tal, na concretização da revitalização rural. Para além de projetar intervenções físicas, é responsável por traduzir os valores culturais e a memória de cada lugar em soluções que promovam a coesão social a identidade local. Ao promover estes espaços, que impulsionam os encontros, as experiências e os usos diversificados da sua população, o arquiteto deve contribuir diretamente para a sustentabilidade económica, social e ambiental do território. Contudo, isto só é possível quando há uma articulação da disciplina de arquitetura com os diferentes agentes, como a comunidade, as autarquias, as empresas e as organizações culturais, assegurando projetos de reabilitação, de espaços coletivos ou de equipamentos comunitários que reflitam a realidade vivida e potenciem a atratividade do território. Assim, a transformação da malha rural só acontece quando se entrelaça os espaços comunitários resilientes e dinâmicos com as redes regionais de cooperação.

I.II.III.II. Técnica e Sensibilidade Social na Transformação Territorial

De acordo com o pensamento de Pedro Saraiva, expresso ainda no mesmo documento, o mesmo expressa uma visão que vem contradizer uma das premissas anteriormente apresentadas. Se por um lado afirmava-se uma ideia de criar um marketing territorial fundamentado nas especificidades da área rural, que reflita a realidade vivida e partilhada pelos seus habitantes. Por outro lado, este autor apresenta agora uma reflexão pouco convencional, onde associa a palavra “hidroponia” à técnica de um cultivo sem solo. Esta desconexão revela a necessidade de refletir sobre os modelos tradicionais de desenvolvimento local, onde a importância de conhecer as raízes, não só as físicas, mas sobretudo as simbólicas, culturais e sociais, com vista a sustentarem as comunidades. Esta analogia abriu caminho para pensar em diferentes enfoques de valorização territorial (Cavaco, 2008, p. 8).

Face ao mesmo, os modelos de atuar no território partem de duas bases distintas, uns de concordância com a identidade própria de uma área rural, tirando partido dos seus recursos, saberes e tradições, e outros que defendem estratégias com ligações frágeis ou inexistentes ao território em questão. Estes eventos ou iniciativas desconectadas das tradições arcaicas podem gerar um impacto inegável que culmina em envolvimento comunitário, dinamismo económico e espírito de pertença. Assim sendo, o sucesso não depende apenas do contexto original, mas da capacidade de reunir os fatores certos que resultam no empenho local, com uma visão estratégica, participação cívica e criatividade. Só se verifica toda esta transformação quando se combinam condições técnicas com sensibilidade social, reforçando a ideia expressa pelo autor Pedro Saraiva de “raízes culturais flutuantes, apoiadas em substratos inerte” (cit. por Cavaco, 2008, p. 8).

I.II.III.III. Caso de estudo: Vila de Óbidos

Para relacionar a perspetiva do autor Pedro Saraiva, referida anteriormente, com um caso de estudo concreto, seleciona-se a vila portuguesa de Óbidos [Fig.13], com vista a compreender a sua marca territorial promovida pelos seus eventos culturais. O município de Óbidos, constituído por

sete freguesias e pertencente ao distrito de Leiria, é circunscrito pelos municípios de Caldas da Rainha, Bombarral e Peniche, do mesmo distrito, e Lourinhã, pertencente ao distrito de Lisboa. Em acréscimo, salienta-se a sua posição geográfica que beneficia da proximidade com importantes centros urbanos, situada a cerca de 80 quilómetros (km) a norte da capital e a aproximadamente 245 km a sul da cidade do Porto. Tudo isto é salvaguardado pela boa qualidade das suas acessibilidades, mediante a presença de duas autoestradas (A), a 8 e a 15, e de ligações ferroviárias (Pedro, 2017, p. 13).

Ao nível da sua contextualização histórica, reconhece-se uma vila com uma longa trajetória histórica, com sucessivas ocupações desde o período calcolítico⁸. A sua fundação remota ao ano 308 a.C. (2017, p. 12) pela ocupação das tribos Celtas e Túrdulos, procedendo-se os povos Alanos, Suevos e Fenícios, até à presença do Império Romano no séc. I (2017, p. 12). Posteriormente, a 11 de janeiro de 1148 (2017, p. 12), acontece-se a reconquista da vila aos mouros, no reinado de D. Afonso Henriques⁹, o primeiro rei de Portugal. Deste modo, a vila mantém um vínculo estreito com figuras da realeza feminina, tendo sido entregue a D. Urraca por D. Afonso II, em 1210 (2017, p. 12), e mais tarde, D. Dinis ofereceu-a à sua esposa D. Isabel (Pedro, 2017, p. 12).

Este facto marcou o início de uma ligação duradoura entre Óbidos e a monarquia, destacando-se também a Rainha D. Leonor, que aí encontrou refúgio após a morte do filho e dinamizou o património local com intervenções na Igreja de Santa Maria [Fig.14] e com a criação da Igreja da Misericórdia [Fig.15]. D. Maria I reforçou as infraestruturas urbanas, nomeadamente com a canalização da Rua Direita e a construção de um chafariz. Durante o período das Invasões Francesas, Óbidos foi palco dos primeiros confrontos, ocorrendo, posteriormente, a Batalha da Roliça¹⁰, onde Napoleão sofreu uma das suas primeiras derrotas na Península Ibérica. Por fim, regista-se, como marco importante na contextualização histórica da vila, o papel relevante da mesma na preparação da Revolução de 25 de abril de 1974, tendo sido o palco de uma reunião crucial do Movimento dos Capitães (Pedro, 2017, p. 12).

⁸ Desde o final do IV milénio até meados do III milénio a.C., conhecido como o período Calcolítico, registam-se mudanças significativas na forma de ocupação humana ao território, sendo cada vez mais comuns os assentamentos tanto em abrigos como em zonas a céu aberto. Disponível em <https://www.museuddiogodesousa.gov.pt/pre-proto-historia/calcolitico/>

⁹ Em 1139, Afonso Henriques derrota os mouros na Batalha de Ourique e declara-se rei de Portugal. Segue-se, em 1179, o reconhecimento oficial de Portugal como um reino independente, por meio da *Burla Manifestis Probatum* declamada pelo Papa Alexandre III, afirmando D. Afonso Henriques como seu soberano. Disponível em <https://ensina.rtp.pt/explicador/a-ascensao-de-d-afonso-henriques-e-a-transformacao-do-condado-em-reino-h26/>

¹⁰ Em 1808, registou-se grandes movimentos de resistência, culminando no desembarque das tropas britânicas sob o comando de Wellesley. As forças aliadas vencem os franceses, obrigando-os à sua retirada, nas batalhas da Roliça e do Vimeiro, levando à assinatura da Convenção de Sintra. Disponível em <https://www.museumunicipalvfxira.pt/descobrir/linhas-de-torres/contexto-as-invasoes-francesas>



Fig. 13_ Muralha que envolve o centro histórico da vila de Óbidos, fotografia de Julia Discacciati, (2018)



Fig. 14_ Fachada da Igreja de Santa Maria, em Óbidos, fotografia de Manuel Botelho (2014)



Fig. 15_ Porta principal da Igreja da Misericórdia, em Óbidos, fotografia de Manuel Celestino (s.d.)

No que diz respeito à leitura da paisagem do concelho de Óbidos, esta destaca-se pela sua diversidade geológica, combinando áreas planas, como as várzeas e pequenas elevações cobertas por vinhas, pomares e manchas florestais. A sua paisagem natural gera, também, palco para momentos de água, como a emblemática lagoa, que delimita a fronteira com Caldas da Rainha, situada a cerca de 5 km da vila. Atualmente classificada como paisagem protegida, esta tem vindo a assumir um papel relevante na promoção de turismo natural, com práticas de golfe e desportos náuticos como a canoagem, a vela ou o *windsurf*. Para além disso, o litoral obidense é marcado por falésias imponentes originadas pela sua costa litoral (Pedro, 2017, p. 13).

Face ao exposto, em 2002, Telmo Faria, então presidente da Câmara Municipal de Óbidos, deu início ao projeto da sua marca territorial, hoje apontado como caso de sucesso nacional. Na articulação entre o texto sobre a marca Óbidos e a perspetiva crítica de Pedro Saraiva verifica-se uma reflexão mais profunda sobre as dinâmicas do marketing territorial, para fomentar o progresso económico, social e cultural da região. Estas estratégias devem considerar as aspirações de diferentes públicos, nomeadamente os residentes, os visitantes e os investidores, reconhecendo o papel central que o património desempenha na definição da identidade e no impulso do seu desenvolvimento, conforme sublinha a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO)¹¹ (Pedro, 2017, p. 19).

Fruto de uma necessidade urgente, de atender às problemáticas presentes nesta vila, desenvolve-se um modelo que assenta na valorização da identidade local, na integração da paisagem cultural, na realização de eventos e no envolvimento em redes de cooperação. Tudo isto define uma marca distintiva, caracterizada pela inovação e autenticidade, que procura afirmar-se no contexto competitivo da economia global. Os resultados deste percurso evidenciam-se, hoje, uma maior abertura da administração local e do setor privado à colaboração e ao investimento, ao mesmo tempo que estimulam a sua projeção internacional do território e atraem novos investidores, consolidando um processo de revitalização sustentável e de afirmação territorial (Pedro, 2017, p. 19).

A estratégia para a vila de Óbidos assumiu eventos que fazem parte de uma visão integrada que assenta em cinco vetores essenciais, sendo estes a educação, a economia, o ambiente, a coesão social, a regeneração urbana e, por último, a governação. De acordo com o analisado e indo ao encontro das premissas da UNESCO, reconhece-se que a criatividade só prospera se acompanhada por políticas públicas que incentivem a educação, as práticas culturais, a experimentação e a inovação. De tal forma, foram lançadas diversas iniciativas económicas que impulsionaram a indústria criativa local, fundamentada na afirmação de uma economia e de uma visão ousada de diferenciação (Pedro, 2017, pp. 20 e 21).

¹¹ A Organização das Nações Unidas (ONU) cria uma agência denominada por UNESCO, em 1972, onde a mesma desenvolve a Convenção sobre o Património Mundial para proteger bens de valor universal excecional. Em 1976, surgiram o Comité e o Fundo do Património Mundial, e, três anos depois, foram classificados os primeiros locais. No entanto, só em 1980 é que Portugal aderiu à Convenção. Disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial>

Importa referir que, a educação é reconhecida como um alicerce da promoção do desenvolvimento, onde o município de Óbidos renovou o ensino básico, através do encerramento de pequenas escolas primárias em prol de três complexos intermédios, distribuídos por todo o concelho. Ao criar estes espaços educativos, salvaguarda-se a aplicação de equipamentos tecnológicos e de equipas especializadas, que estimulam a criatividade infantil e melhoram o desempenho educativo (Pedro, 2017, p. 22). Neste momento, poderá questionar-se para que serviram as pequenas escolas que encerraram e os impactos que geraram para as pequenas populações que detinham desta vivência. Em certos casos, haverá a possibilidade de uma aposta na aplicação de diferentes programas para criar espaços que deem resposta às populações, mas acredita-se que na sua maioria, estes espaços se encontrem abandonados, como em muitos outros cenários idênticos no território nacional.

No que concerne ao crescimento económico local, verifica-se uma aposta na criatividade e inovação nas estratégias pensadas para o turismo e a cultura, segundo a projeção de um espaço que oferece infraestruturas para *start-ups* e indústrias criativas, conhecido como Parque Tecnológico de Óbidos [Fig.16], projetado pelo arquiteto Jorge Mealha. Salienta-se, ainda, a aposta na área do turismo com a instalação de infraestruturas, que originaram novos postos de trabalho e fixação de jovens residentes. Tudo isto contribui para gerar maior dinamismo, através de planos pensados ao nível da cultura e do entretenimento, organizados ao longo de todo o ano. Estes eventos servem, então, de atração quer aos investidores, quer à população residente, abrindo portas a programas de entretenimento.

Destaca-se com grande particularidade, a marca do chocolate que a vila adquiriu, através do evento de Natal conhecido como Óbidos Vila Natal [Fig.17], lançado pela primeira vez em dezembro de 2006, e do Festival Internacional de Chocolate, que ocorre desde 2002, entre fevereiro e março. Ambos os eventos têm palco na Cerca do Castelo, oferecendo uma programação variada que inclui esculturas em chocolate, oficinas temáticas, atividades lúdicas para todas as idades e jogos interativos (Pedro, 2017, pp. 23 e 24). Assim, a imagem emblemática do chocolate de Óbidos exemplifica um caso de “hidroponia”, em que as iniciativas, aparentemente desconectadas das tradições locais, conseguem gerar o envolvimento comunitário e fortalecer o espírito de pertença.

Com a atual tendência para fomentar o turismo segundo a comunicação e divulgação digital, abre-se caminho para garantir a partilha e distribuição de experiências à restante população. Com a consolidação sistemática de eventos na vila, salvaguarda-se a conservação da sua imagem e, por sua vez, aprimora-se a sua marca [Fig.18]. Os eventos culturais dinamizam o turismo e a economia local, dado que o seu desenvolvimento advém do investimento turístico e, especialmente, do conforto social da população residente.



a. Vista superior



b. Perspetiva exterior

Fig. 16_ Parque tecnológico de Óbidos, projetado pelo arquiteto Jorge Mealha, fotografia de João Morgado (2020)



Fig. 17_ Óbidos Vila Natal, evento anual que enaltece marca do chocolate, fotografia de Valter Leandro (2024)



Fig. 18_ Marca de marketing territorial da vila de Óbidos (2024)

Lino Romão, um dos responsáveis pela promoção do património de Óbidos, afirma que “[...] a organização de eventos reforça e qualifica a oferta turística, promove a visibilidade da vila, faz aumentar a autoestima dos habitantes e o sentimento de pertença e de coesão local [...]” (Migueis, Fernandes, & Ribeiro, 2017, p. 700). Esta marca de marketing gera a presença de uma dinâmica de organização da população em torno de uma mancha turística que é gerida pela empresa municipal Óbidos Criativa E.E.M. Para além de dinamizarem e serem responsáveis pela operacionalização destes eventos descritos, ficam encarregues da gestão turística, cultural e patrimonial do concelho. Desta forma, todas as ações que digam respeito à valorização do património são sempre sujeitas a um juízo crítico que contrabalance os aspetos positivos e negativos de um evento (Pedro, 2017, p. 26).

Seguidamente, para que esta marca territorial não se perca, é necessário a constante perceção do domínio social, atendendo às diferentes faixas etárias. O município assume doze programas que dinamizam as necessidades da comunidade, respeitando programas que atentam na terceira idade, na mobilidade, nas bolsas de estudo, nas terapias ocupacionais e no fortalecimento da identidade local. Além disso, acresce um espaço, conhecido como Espaço Ó¹², onde se promove o empreendedorismo comunitário, segundo amostras de produtos e ações de capacitação. Em acréscimo, desenvolve-se um apoio à reabilitação habitacional, com vista a incentivar a fixação de jovens, reforçando o objetivo de revitalização demográfica, segundo o trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Ativação do Território de Óbidos¹³ (Pedro, 2017, pp. 26 e 27).

Por último, para reforçar a proximidade com o município, a câmara aposta na governação participativa, interagindo e comunicando constantemente com os cidadãos para que se mantenham informados e envolvidos. Desta forma, conclui-se que o processo de transformação foi positivamente inserido numa estratégia estruturada, apostando na mobilização de diferentes atores locais como jovens, empresários, agentes culturais e criativos. Para além dessa visão estratégica, foi essencial o envolvimento da comunidade, que não apenas consome, mas também participa ativamente nas dinâmicas da vila, demonstrando grande adesão a eventos, no investimento turístico e na constante adaptação do comércio local.

A evolução de Óbidos tem respeitado a sua identidade histórica, cultural e social, integrando estas dimensões numa estratégia de inovação e criatividade que abrange todos os setores, num contexto onde os desafios sociais, económicos e políticos são constantes. A gestão territorial, normalmente exercida por entidades públicas e complementada por organizações locais, tem recorrido a ferramentas de marketing para destacar a vila como um cenário competitivo. A perceção dos visitantes contribui igualmente para o reforço da imagem de Óbidos, pelo constante

¹² O espaço Ó é uma associação para o Desenvolvimento Comunitário do Concelho de Óbidos que promove a criatividade e a inovação, oferecendo condições para novos projetos e empreendedores. Deste modo, esta associação procura melhorar as condições de vida de uma comunidade, respeitando os seus valores e aproveitando a riqueza histórica. Disponível em <https://espaco-o.com/associacao/>

¹³ O Gabinete de Ativação do Território de Óbidos (GATO) é uma organização que presta apoio técnico e informativo a proprietários e a empresas privadas para a reabilitação de estruturas presentes no concelho, com o intuito de atrair novos residentes. Disponível em <https://gatobidos.com/>

reconhecimento da beleza arquitetónica, do valor histórico e da oferta gastronómica, como a emblemática ginja (Pedro, 2017, pp. 27 à 30).

I.II.III.IV. Ponte com a Paisagem de Sicó

O sucesso da vila de Óbidos não ocorre somente pela riqueza patrimonial que possui, mas sobretudo na forma como essa herança foi convertida numa narrativa identitária coesa, comunicada de modo consistente e sustentada por estratégias integradas no turismo e no marketing territorial. Esta lógica de atuação no território ganha grande relevo quando se fala na urgência em reativar as áreas rurais que compõem a paisagem da Serra de Sicó, uma vez que também aqui existem recursos identitários distintos. O desafio central reside, portanto, em transformar esta herança em motor de dinamização socioeconómica, através da integração entre identidade, património e turismo.

A paisagem calcária de Sicó revela um património arqueológico marcado por milhares de anos de ocupação, nomeadamente com as pinturas rupestres que compõem as grutas dos seus canhões e o valor das ruínas de Conímbriga, apresentadas num próximo capítulo. Além disso, as tradições agrícolas de Sicó podem ser convertidas em ativos estratégicos, assumindo uma narrativa coesa, capaz de comunicar, de forma integrada, a autenticidade do território. Deste modo, esta narrativa poderia sustentar a criação de eventos temáticos, de rotas patrimoniais e gastronómicas e de produtos turísticos diferenciadores, reforçando tanto a atratividade externa, como o sentimento de pertença local.

No caso de estudo de Óbidos analisado, o sucesso de uma ação desenraizada da tradição local pôde revelar-se numa ferramenta valiosa, uma vez que conseguiu articular os fatores estratégicos, a participação cívica, a criatividade com as condições técnicas e a sensibilidade social. De igual modo, a promoção de iniciativas que unam o turismo cultural, a valorização de recursos endógenos e a participação comunitária permitiria projetar Sicó para além da sua condição periférica. Assim, também a paisagem de Sicó poderá deixar de ser apenas uma herança silenciosa do passado, para se afirmar como recurso estratégico capaz de impulsionar processos de revitalização.

I.II.III. Problemática da resposta de promoção turística

A ruralidade contemporânea ganhou uma vertente crescente direcionada para o setor do turismo como um dos principais motores de desenvolvimento, não apenas pela criação de emprego e rendimento, mas também pela valorização da cultura local, do património edificado e das tradições presentes. No entanto, estas intervenções têm desencadeado efeitos cada vez mais alarmantes pela falta do envolvimento das populações locais, resultando, muitas vezes, em cenários artificiais afastados da realidade vivida. Consequencialmente, este fenómeno tem convertido meios rurais em espaços lúdicos e palco de cenários de valorização extrema do património.

De acordo com o geógrafo Álvaro Domingues (2011, p. 146), que cita o autor Miguel Carvalho (2009), este fenómeno reforça a ideia de que “[...] as nossas aldeias estão condenadas a ser o recreio das pessoas da cidade [...]” (cit. por Reis, 2012, p. 5). Atualmente, o rural funciona como palco construído para satisfazer expectativas dos cidadãos, muitas vezes sem profundas ligações ao lugar e à identidade histórica local. Esta tendência, facilmente associada a uma recriação desajustada, cria ruturas entre os usos tradicionais e as recriações folclóricas, e acarreta tensão entre os visitantes, os investidores e os residentes. O sentimento de perda de pertença agrava-se quando os processos de desenvolvimento são conduzidos sem participação ativa das comunidades. Segundo o termo usado pela autora Paula Reis (2012, p. 6), a “museificação” do território, alimentada por programas que ignoram as dinâmicas internas, conduz frequentemente a um vazio funcional. As aldeias são, assim, transformadas em cenários, onde a comunidade fica desligada destes eventos, como é o caso de alguns programas aplicados em áreas rurais pertencentes às Aldeias Históricas de Portugal (AHP). Todo este dilema revela uma comunidade turística, onde o investimento em infraestruturas lúdicas não é desenvolvido para a população ativa local (2012, p. 6).

Seguidamente, a análise aponta para uma problemática grave, onde as intervenções externas e a pressão turística provocam um ciclo de esvaziamento populacional. Face a tudo isto, ao haver uma perda de população residente ocorre uma redução dos recursos e das fragilidades institucionais, gerando menos oportunidades de emprego e de estabilidade social. A proliferação de aldeias com programas lúdicos, eventos uniformizados e alojamentos turísticos com baixa diferenciação compromete a autenticidade do território. Apesar das dificuldades sentidas na aplicação de políticas públicas para o combate ao despovoamento, é necessário o contínuo investimento para combater a sistemática desvalorização dos recursos humanos e económicos, através da criação dos serviços e infraestruturas. No entanto, se a sobrevivência de muitos destes locais depende, quase exclusivamente, de apoios estatais e financiamento externo, é então urgente desenvolver estratégias que se adequem aos territórios rurais e às suas dinâmicas internas, promovendo uma verdadeira reconquista territorial (Reis, 2012, p. 6).

I.II.III.I. Caso de estudo: Aldeia Histórica, Aldeia de Piódão

De modo a perceber melhor o referido anteriormente, estruturam-se os impactos que o turismo apresenta no caso específico da aldeia de Piódão, pertencente à rede de AHP, expresso no trabalho académico (Correia, 2009), em complementaridade com a informação presente num documento intitulado de *Turismo e desenvolvimento rural*, publicado nos Cadernos de Geografia (Correia & Carvalho, 2009). Em acréscimo, atenta-se à informação presente na revista *Finisterra*, intitulada *O impacto do turismo das aldeias históricas de Portugal: um quadro de análise* (Natário *et al.*, 2019), com o intuito de perceber o desempenho dos impactos gerados na população ativa da aldeia.

Primeiramente, a rede das AHP é composta por doze áreas situadas na região Centro do país, sendo estas Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso [Fig.19]. Estas aldeias distribuem-se por três sub-regiões (NUTS III), sendo estas a Beira Interior, a Beira Baixa e Região

de Coimbra. Todo este território mencionado assume uma rede que se caracteriza pela sua reduzida densidade populacional e por núcleos habitacionais muito concentrados, mas fisicamente distantes entre si, o que intensifica o sentimento de isolamento, (Natário *et al.*, 2019, pp. 23 e 24). Neste sentido, o projeto mencionado consistiu numa estratégia integrada, articulada por múltiplos níveis de governação e financiada por fundos europeus, com vista à revitalização de territórios fragilizados, promovendo o seu património, a sua população e o seu desenvolvimento económico sustentável (Correia & Carvalho, 2009, p. 122).

Com um claro objetivo de identificar os principais desafios a destacar nestas áreas, esta rede procurou dar resposta à alarmante necessidade de atrair habitantes, gerar oportunidades de emprego e garantir uma maior diversidade e qualidade de serviços. Neste cenário, o setor do turismo foi primordial, tendo sido considerado como uma via promissora para fomentar o crescimento local. Tornou-se, portanto, urgente aplicar estratégias eficazes de inversão do declínio demográfico, com impactos diretos nas dimensões económicas e sociais, e, como tal, recorreu-se a indicadores específicos que refletissem a realidade destas localidades, possibilitando um planeamento mais rigoroso e adaptado às suas particularidades (Natário *et al.*, 2019, pp. 23 e 24).

O aprofundamento do conhecimento sobre os fatores de atratividade turística, os produtos locais e os agentes que dinamizam estes territórios, tanto residentes como empresários, justificam a compreensão da evolução da procura turística, os seus motivos e as suas repercussões económicas. Embora existam estudos que relacionam o turismo nas aldeias históricas com o desenvolvimento local, estes tendem a focar-se nas infraestruturas, ao invés da avaliação dos fluxos turísticos e dos respetivos impactos económicos. Por outro lado, os dados estatísticos disponíveis são geralmente apresentados em escalas geográficas demasiado amplas, impossibilitando uma análise detalhada ao nível da singularidade de uma aldeia (Natário *et al.*, 2019, p. 24).

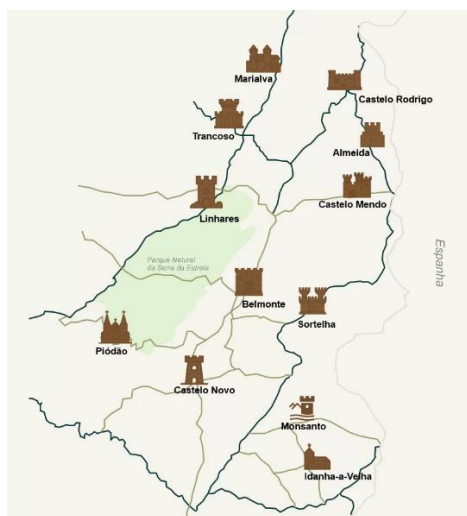


Fig. 19 Mapa esquemático da rede das AHP, autor Fábio Santos (2022)

Com especial atenção ao caso de estudo, a análise direciona-se, agora, para a aldeia de Piódão [Fig.20], localizada na Serra do Açor no centro do país e pertence ao concelho de Arganil do distrito de Coimbra. Com uma distinção dos dados de densidades populacional que se constata nas restantes dezoito freguesias pertencentes ao município, Piódão constitui uma aldeia que, ao longo das últimas décadas, foi e ainda é caracterizada pelo isolamento e afastamento. Proveniente do seu cenário agreste e dos moderados recursos naturais, esta povoação foi sempre marcada por condições adversas, onde a sobrevivência da sua população implicou constante resistência e esforço. A imagem de um território de difícil acesso tornou-se, assim, uma característica identitária da aldeia (Correia, 2009, p. 58).

A problemática associada à aldeia, que muitas vezes se relaciona com os territórios montanhosos do país, assume o testemunho transmitido ao longo de toda a contextualização histórica da aldeia. Desta forma, a imprensa regional, conhecida como *Comarca de Arganil*¹⁴ (1901, p. 5, cit. por Correia, 2009, p. 60), evidencia com clareza o isolamento e as condições adversas vividas ao longo dos tempos na aldeia. Desde 1901 (2009, p. 60), ano que marca a primeira edição, este jornal regionalista relata os diversos assuntos referentes à região, com especial destaque para o ano de 1930 em que se relatavam as dificuldades de acesso pela encosta íngreme, com apenas trilhos perigosos e sem estradas, descrevendo a aldeia como “terra mártir” (Comarca de Arganil, 1901, p. 5, cit. por Correia, 2009, p. 60). Anos mais tarde mantiveram-se estas condições, levando aos seus repórteres afirmarem as condições a que a comunidade vivia, citando uma freguesia “[...] incontestavelmente a mais pobre, atrasada e esquecida dos poderes públicos [...]” (Comarca de Arganil, 1951, p. 1, cit. por Correia, 2009, p. 60) da região de Coimbra, sublinhando a ausência de cuidados médicos e de vias de comunicação (2009, p. 60).

Em resultado, os finais do séc. XX revelam uma preocupação acrescida no combate do isolamento secular da aldeia, assumindo uma procura em protagonizar a paisagem natural e um património inigualável. Em 1994, falava-se, então, de uma aldeia interpretada como um

“[...] presépio plantado na vertente de encosta, cujas casas mantêm o aspecto original, com pedra viva e cobertas de lages de xisto [Fig.21]. Vê-la à noite, cá de longe, iluminada por focos de luz indirecta, é um espectáculo raro. [...] Para lá chegar a estrada curva em caracol pela serra abaixo, sempre com o Credo na boca, não vá o travão falhar ou qualquer descuido atraíçoar-nos, dada a impressão causada pela visão panorâmica.” (Machado, 1994, p. 19, cit. por Correia, 2009, p. 60).

Fruto do enunciado, o quotidiano difícil, sentido pela população, resultava no trabalho de campo, onde o cultivo e o pastoreio, muitas vezes proveniente do trabalho conjunto, salvaguardava a sobrevivência. Mais tarde, regista-se as primeiras associações, como as Comissões de Melhoramentos, que permitiram a implementação de infraestruturas básicas, nomeadamente a eletricidade, as redes de água canalizada, as comunicações telefónicas e o primeiro

¹⁴ Com a sua primeira edição a 1 de janeiro de 1901, em Arganil, este jornal teve uma publicação semanal, com uma primeira série entre 1901 até 2009, da autoria de A. José Rodrigues. Disponível em <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/edicoes-da-comarca/>

estabelecimento de ensino [Fig.22]. O papel destas coletividades foi crucial, pois preencheram lacunas que o Estado, particularmente sob o regime do Estado Novo, não colmatava. Paralelamente, o progressivo investimento em infraestruturas públicas, sobretudo na criação de estradas, de planos de reflorestação e de gestão de recursos hídricos, modificou a imagem desprovida da aldeia. Piódão deixou de ser visto como inóspito, para se valorizar como paisagem acessível e cuidada, com potencial para atrair visitantes e desenvolver atividades de turismo (Correia, 2009, pp. 65 e 66).



Fig. 20 _ Aldeia de Piódão, fotografia de António Campos (2023)



Fig. 21 _ Capela de São Pedro destacada das habitações que compõem a paisagem de Piódão, fotografia de Ana Vazão (2007)



Fig. 22 _ Antiga escola primária de Piódão, requalificada atualmente como um espaço multifuncional, fotografia publicada pela CM Arganil (2021)

Os estudos históricos e demográficos mostram que, ao longo dos tempos, a aldeia de Piódão perdeu grande parte da sua população. No entanto, a autora afirma que os residentes desenvolveram uma ligação forte com os emigrantes, que voltavam anualmente, trazendo apoio afetivo e financeiro, (Correia, 2009, p. 63). Posteriormente, pretende-se compreender quais os efeitos positivos da resposta turística para os habitantes e, por sua vez, entender se esta ligação se mantém atualmente (Correia, 2009, pp. 65 e 66).

A evolução funcional da aldeia de Piódão foi, então, refletida na inserção gradual dos circuitos turísticos e de lazer, tal como se observa nas diversas localidades de montanha, amplamente influenciadas pelas intervenções desenvolvidas no âmbito do Programa das Aldeias Históricas. Neste enquadramento, o papel da população local no processo de transformação territorial assume particular relevância, sendo pertinente questionar até que ponto os habitantes foram envolvidos na conceção e na execução destas mudanças, assim como a sua perceção sobre o rumo adotado para a aldeia (Correia, 2009, pp. 65 e 66).

Um estudo realizado revela, ainda que a informação detenha dados desatualizados devido ao ano em que foi recolhida, a principal problemática associada à exploração turística com consequências que se prolongam e agravam na atualidade. Mediante as questões anunciadas, foi realizado, entre junho e julho de 2008, um inquérito anónimo dirigido a residentes permanentes e a proprietários com habitação sazonal no Piódão, tendo sido obtidas 33 respostas, o que corresponde a cerca de 55% da população elegível, onde se excluiu as crianças e os jovens menores de 18 anos. O questionário foi estruturado em três grandes blocos, direcionados para a caracterização sociodemográfica dos participantes, a avaliação da aplicação do Programa das Aldeias Históricas e, por fim, recolha de opiniões e sugestões quanto aos efeitos e necessidades futuras da aldeia (Correia, 2009, pp. 89 e 90).

Face às informações obtidas, os termos de perfil sociodemográficos revelam que todos os inquiridos tinham nacionalidade portuguesa, no entanto com um acentuado envelhecimento, sendo que mais de metade dos participantes com mais de 65 anos. A estrutura social incide, predominantemente, nos reformados com baixos níveis de escolaridade, afirmando, na sua maioria, habilidades nas atividades agrícolas, na construção civil, no comércio e em serviços locais (Correia, 2009, p. 90).

Os indivíduos foram também confrontados quanto ao conhecimento e envolvimento no Programa das Aldeias Históricas, afirmando um afastamento generalizado da população, dado que 85%, não tinham conhecimento do plano de intervenção. Em virtude do referido, agrava-se as questões de envolvimento, uma vez que a população também não foi ouvida durante a elaboração e implementação do plano. Além disso, quase dois terços relataram uma fraca presença de acompanhamento técnico durante a execução das obras. Apesar deste afastamento, a avaliação global das intervenções foi relativamente otimista, classificando positivamente as ações desenvolvidas no espaço público e no património edificado. Tudo isto se deve ao facto de se ter registado melhorias nas infraestruturas básicas, desde redes de abastecimento de água, eletricidade, saneamento, mostrando-se, no conjunto, satisfeitos e agradados com as transformações realizadas (Correia, 2009, p. 91).

Seguidamente, na vertente privada registou-se apenas o benefício de uma minoria da população de apoios para a reabilitação dos seus imóveis e de questões de desenvolvimento de atividades económicas. Embora grande parte dos habitantes tenha feito obras nos seus imóveis, a maioria foi sem qualquer tipo de apoios, acarretando custos associados. Do ponto de vista das vantagens sentidas após a implantação do plano de melhoria, os residentes destacaram progressos significativos para a sua qualidade de vida. Contudo, expressaram também preocupações consideráveis referentes ao impacto do turismo sobre a tranquilidade local (Correia, 2009, p. 92).

As respostas obtidas apontam, igualmente, críticas a algumas alterações arquitetónicas que se desadequam à leitura da paisagem e às falhas de pensar o espaço de comunidade de acesso aos apoios públicos para obras particulares (Correia, 2009, p. 92). Ao introduzir técnicas construtivas desalinhas com a malha rural da aldeia corre-se o risco de desvalorizar os elementos identitários da comunidade. Assim sendo, intervir num meio rural exige compreendê-lo como um organismo social e cultural, onde cada ação deve respeitar a história, os valores e as relações que estruturam a vida coletiva.

Por fim, no que diz respeito às aspirações da população em relação às propostas, estas enfatizam a urgente necessidade de melhorar o acesso à saúde, ampliar novos acessos rodoviários, criar mais lugares de estacionamento e recuperar as condições da piscina fluvial. Há ainda um pedido para incluir a construção de um espaço comunitário dinâmico, a criação de mais postos de empregabilidade e a reabilitação de imóveis devolutos, contribuindo para melhorar as condições dos habitantes fixos em prol das medidas pensadas para os turistas. Apesar de reconhecerem melhorias substanciais em várias áreas, subsiste a perceção de que as intervenções priorizaram os visitantes, relegando as necessidades quotidianas dos residentes para segundo plano. A importância de incluir a população local em futuras estratégias de desenvolvimento é, portanto, uma conclusão inevitável (Correia, 2009, p. 92).

I.II.III.II. As problemáticas que servem de ponte à Paisagem de Sicó

A perspetiva crítica do autor João Ferrão, publicada na sua obra *Relações entre mundo rural e mundo urbano* (2000), torna-se pertinente para analisar as dinâmicas de desenvolvimento rural em Portugal. O autor propõe uma rutura na visão tradicional que associa o meio rural exclusivamente à produção agrícola, reconhecendo as novas funções associadas ao lazer, à gastronomia, ao património e à autenticidade cultural do local. Perante isso, identificam-se três tendências fundamentais direcionadas para a renaturalização ambiental, sendo elas a valorização simbólica, a valorização identitária dos territórios e, por último, a mercantilização da paisagem, com o turismo a desempenhar um papel central neste processo (Ferrão, 2000, pp. 47 e 48).

Este pensamento permite interpretar o caso de Piódão à luz de uma lógica mais ampla, que exige abordagens adaptadas às especificidades locais, em vez da importação de modelos urbanos frequentemente desajustados (Ferrão, 2000, p. 48). A tentativa de revitalização de aldeias como Piódão, ainda que legítima e necessária, deve evitar cair na armadilha da artificialidade, transformando comunidades vivas em cenários turísticos desenraizados. É precisamente este risco que se verifica quando os programas são conduzidos por entidades externas, ignorando os

tempos, os valores e as expectativas das populações residentes. A ausência de planeamento integrado e a chegada tardia de muitas destas intervenções dificultam a sustentabilidade dos projetos.

Como refere o autor João Ferrão (2000), sem uma base social forte, institucional e comunitária, torna-se inviável assegurar continuidade a longo prazo. Além disso, o desfasamento entre os ritmos das políticas públicas e os ciclos de vida locais comprometem os resultados. No caso do Piódão, embora se reconheça a melhoria das condições físicas e o incremento da atratividade turística, permanece uma sensação de exclusão por parte dos habitantes, que acreditam que estas mudanças foram pensadas sobretudo para os visitantes.

De forma a interpretar este caso de estudo e transpondo para a leitura da paisagem de Sicó, percebe-se que a aposta, que já se faz sentir nalgumas aldeias que a compõem, parte da dinamização turística. Neste sentido, deve haver um controlo na exploração patrimonial e natural enquanto produtos de consumo, evitando a armadilha da artificialidade, onde o território se converte em cenário desconectado da vida quotidiana das comunidades. Assim, o desafio central consiste em articular a atratividade externa com o bem-estar interno, garantindo que o turismo, em vez de impor dinâmicas alheias, reforce a coesão social, promova a fixação populacional e potencie os recursos endógenos.

A criação de mecanismos de participação comunitária, a disponibilização de apoios consistentes à reabilitação do edificado e ao empreendedorismo local, e a implementação de políticas de turismo sustentável constituem medidas fundamentais para evitar a exclusão dos habitantes e assegurar a continuidade dos projetos a longo prazo. Isso implica desenhar estratégias que combinem o dinamismo económico com a articulação social, a preservação da memória coletiva e o respeito pela identidade do lugar.

Em virtude do abordado, a análise decorrente do primeiro capítulo constituiu na perceção da evolução e das problemáticas da paisagem rural portuguesa, bem como algumas estratégias já testadas em diferentes contextos. Tudo isto permitiu construir um quadro de referência indispensável para interpretar a especificidade do maciço de Sicó, expresso no próximo capítulo, onde se sobrepõem os conceitos de memória, identidade e comunidade. Face ao referido segue-se uma leitura que atentará nos espaços comunitários enquanto motores de reativação de dois tecidos rurais.

Fig. 23_ Mapeamento dos municípios da Paisagem de Sicó, identificação da freguesia de Redinha



II. Sicó: Paisagem e Identidade Rural

O presente capítulo destina-se à contextualização da área de intervenção, fundamentando a sua relevância no âmbito desta dissertação. A paisagem e a identidade territorial, como analisado no primeiro momento, são elementos dinâmicos que refletem a interação contínua entre o ser humano e o meio, como abordado pelo autor Henrique Pereira dos Santos, na sua obra intitulada de *Portugal: Paisagem Rural* (2017). Ao longo dos séculos, esta relação tem sido moldada por fatores ambientais, históricos e sociais, resultando em paisagens com forte carga simbólica e cultural. No contexto específico da leitura da Serra de Sicó [Fig.24], esta manifesta-se através das diversas camadas de ocupação e do uso do solo, refletindo, simultaneamente, a resiliência das comunidades locais e os desafios impostos pelas mudanças socioeconómicas e ambientais. Neste enquadramento, serão considerados os estudos de identificação da paisagem em causa realizados pelos autores Carlos Silva [Fig.25], geógrafo e professor universitário, e Eduardo Medeiros [Fig.26], investigador e professor no ramo da geografia.

Por conseguinte, o capítulo explora, em profundidade, as características do contexto de intervenção, abordando a paisagem, a memória cultural e as formas de apropriação do espaço ao longo do tempo, apresentando dois subcapítulos denominados por *Paisagem rural observada e Paisagem rural existente* e *Identidade rural: Construção de uma comunidade*. O primeiro momento analisa o património geomorfológico e a memória cultural, destacando a importância do substrato geológico na definição da identidade do território e na preservação das práticas ancestrais. O segundo subcapítulo relaciona a transformação da paisagem rural em função das mudanças nas práticas agrícolas e do uso do solo que representam marcas tangíveis do passado, testemunhando as estratégias de sobrevivência e organização espacial das populações.

Contudo, como se poderá perceber, a gradual degradação da paisagem descrita denuncia a necessidade de estratégias eficazes de revitalização e de preservação patrimonial, atendendo aos elementos referidos no primeiro capítulo, de modo a garantir a continuidade da identidade local e a fomentar um desenvolvimento sustentável. Ao longo deste capítulo, procura-se, portanto, compreender como a paisagem e as formas de ocupação do território dialogam com a identidade das comunidades, destacando as tensões entre a permanência e a mudança. De igual modo, esta análise permite, também, reconhecer as oportunidades para um modelo de intervenção respeitador da memória coletiva e orientado para uma requalificação dos espaços de comunidade.

Mais do que um estudo, espera-se, acima de tudo, traçar, ainda que num território específico, propostas futuras que assegurem a coerência com a singularidade de cada lugar que compõem Sicó. Só assim é que será possível que a arquitetura encontre alicerces sólidos para dialogar com o contexto material e simbólico de um lugar, assumindo-se como mediadora entre a leitura da paisagem e a sua transformação projetual. Por ser uma disciplina crítica e interpretativa, a mesma deve traduzir as memórias coletivas nos espaços contemporâneos, ou seja, apropriar-se dos espaços de convivência e adaptá-los às necessidades atuais, sem que isso os descaracterize.



Fig. 24 Paisagem da aldeia de Casmilo, em Sicó, fotografia do Município de Condeixa (2017)

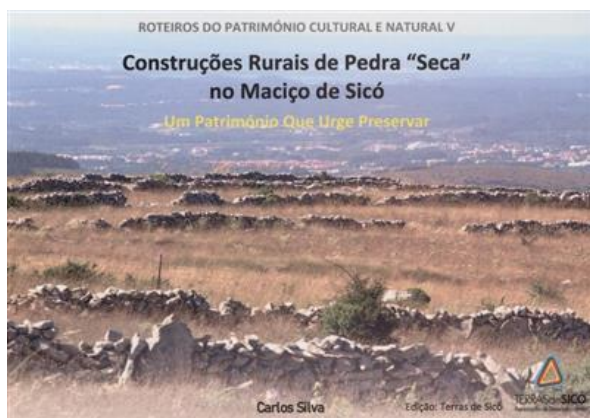


Fig. 25 Capa do livro Construções Rurais de Pedra "Seca" no Maciço de Sicó, de Carlos Silva (2022)

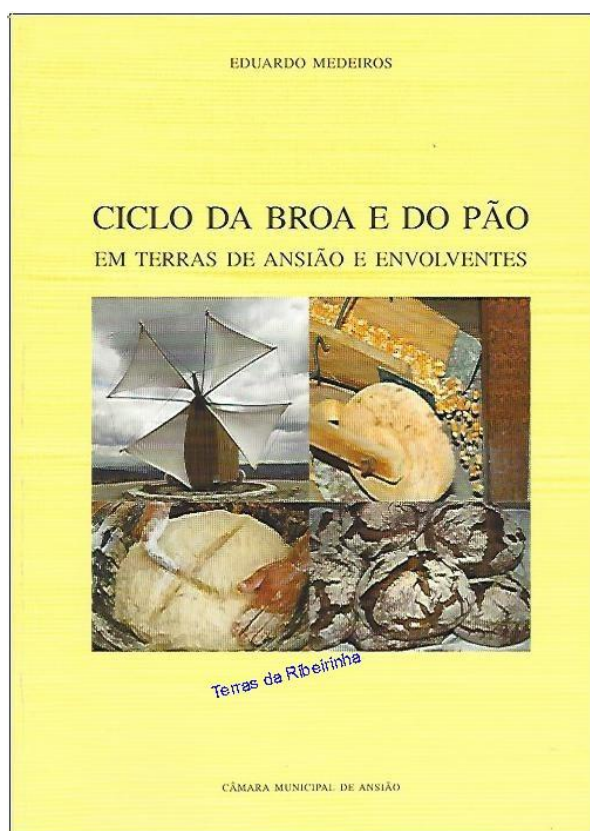


Fig. 26 Capa do livro Ciclo da Broa e do Pão, em Terras de Ansião e Envolventes, de Eduardo Medeiros (2009)

II.I. Paisagem rural observada e Paisagem existente

A evolução da paisagem reflete a apropriação da trajetória da humanidade ao longo do tempo e do espaço, traduzindo a relação física e simbólica entre o ser humano e o meio natural como afirma o autor Álvaro Domingues na sua obra intitulada de *Paisagem revisitada* (2003). Enquanto manifestação cultural, a paisagem resulta das diversas interpretações que as populações modificaram e experienciaram, convertendo-as de naturais para paisagens culturais. Esta perspetiva é afirmada pelo autor e geógrafo Orlando Ribeiro, que já em 1970 sublinhava a civilização como um “[...] poderoso agente de transformação das paisagens” (p.85, cit. por Santos, 2020, p. 13).

A interação contínua entre o ser humano e a natureza formaliza uma paisagem moldada por elementos que traduzem formas de vida e padrões de ocupação do território e, como tal, possibilita a leitura da evolução humana. A maneira como a natureza é apropriada e transformada permite compreender a origem dos espaços e a identidade dos lugares. Neste contexto, a arquitetura surge como uma das expressões mais evidentes dessa transformação cultural, refletindo não apenas as necessidades funcionais e tecnológicas das comunidades, mas também os valores simbólicos, estéticos e sociais que moldam o território. Assim, todo o tecido construído constitui uma camada material da paisagem cultural, na qual se inscrevem memórias históricas, identidades locais e práticas quotidianas.

Nos primeiros tempos de adaptação ao território, a existência humana estava intrinsecamente ligada à natureza, entendendo-a como sagrada e portadora de ciclos naturais com impacto direto no seu quotidiano. Esta relação simbiótica permitiu fundamentar uma identidade própria, orientada pelas estações do ano, que determinavam tanto os momentos de celebração como os dinâmicas de trabalho e subsistência, alternando entre períodos de escassez e abundância (Santos, 2020, p. 13 e 24). A persistência do mundo rural tradicional, trazida até aos tempos atuais, originou um cenário de contradições marcantes entre a continuidade e a rutura. Em simultâneo, devido ao êxodo populacional, ao abandono das terras e à perda da agricultura com base na economia das comunidades, como apresentado anteriormente, assiste-se a uma lenta evolução da paisagem rural. Perante esta transformação quase imediata na paisagem rural, não se verificou uma reflexão aprofundada sobre “[...] a paisagem trazida do passado – a paisagem *in visu* [...] e aquela que “realmente” existe - paisagem *in situ* [...]” (Roger, 1997, cit. por Domingues, 2003, p. 112), esta última em constante mutação e reflexo das dinâmicas sociais atuais.

Consequentemente, assiste-se a uma tentativa exagerada de reconstrução identitária ancorada a uma imagem idealizada de um passado rural e tradicional, que resulta numa dupla sensação de perda. Se por um lado se verifica a desagregação da sociedade e do território antigo, por outro não se constata um reconhecimento e valorização positiva, que atente nas mudanças em curso. A rápida transformação do território, da sociedade e da cultura em Portugal sobrecarregou o imaginário coletivo com uma valorização excessiva da paisagem, que se entrelaça com conflitos e crises identitárias (Domingues, 2003, p. 112).

O reconhecimento da paisagem, porém, levou à perda do seu próprio significado, assumindo um conceito moldável, onde se refletem as tensões e crises da relação da sociedade com o território. Como manifestação de um património natural, histórico e cultural, a paisagem adquire um papel essencial na formação das identidades coletivas, impulsionando a criação de normas para a sua preservação. Assim, procura-se conciliar a necessidade de proteção e valorização com a inevitável transformação a que está sujeita, promovendo uma gestão integrada e sustentável do espaço (Domingues, 2003, p. 113).

II.I.I. Paisagem de Sicó como uma unidade territorial

Em 1999, a Direção Geral do Ornamento do território e Desenvolvimento Urbano e o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, baseou-se nos princípios definidos na Convenção Europeia da Paisagem¹⁵ ocorrida em Florença, desenvolveram, em parceria com a Universidade de Évora, os estudos sobre a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental. Esta pesquisa consistiu numa publicação estruturada em cinco volumes, sendo estes do ano 2004 e intitulados de *Identificação e Caracterização das Paisagens em Portugal Continental*, que descrevem as características das diversas unidades de paisagem do território, com um total de 128 unidades segundo 22 grupos (Santos, 2020, p. 15) [Fig.27]. Face ao afirmado, sabe-se que o enquadramento da análise da paisagem presente no Maciço de Sicó insere-se na unidade de paisagem que integra as partes das zonas I e K, designadas, respetivamente, por Maciço Central e Maciços calcários da Estremadura. No âmbito destas zonas salientam-se as subunidades 60 e 67, com principal destaque nesta última subunidade.

Na perspetivas de Ribeiro (1993, cit. por D'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004, p. 9), a leitura da paisagem em estudo distingue-se, do ponto de vista morfológico, pela predominância de relevos calcários e, como tal, associados às condições de maior aridez, o que a diferencia significativamente das áreas envolventes, com especial contraste das zonas planas que se estendem até ao litoral. Além disso, neste grupo de unidade K verificam-se contrastes expressivos, resultando na delimitação de quatro subunidades distintas, com particular interesse na zona 67 [Fig.28]. As serras calcárias [Fig.29] são, segundo a perspetiva de Daveau (1995, cit. por D'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004, p. 9), assim descritas como áreas de difícil acesso, devido ao relevo compacto e aos solos pouco férteis. Com estas características próprias salienta-se uma paisagem singular onde predominam campos delimitados por muros de pedra solta, analisados posteriormente, que denunciam as consequências morfológicas da região e a abundância da rocha calcária na sua superfície (D'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004, p. 9).

¹⁵ O primeiro tratado internacional, realizado no ano de 2000, visa proteger, gerir e planear as paisagens europeias, reforçando o equilíbrio entre o ambiente, a economia e as necessidades sociais para um desenvolvimento sustentável. Por ser um tratado internacional cabe a cada estado-membro adaptar-se e aplicar os seus próprios princípios segundo o tipo de paisagem. Em Portugal, sabe-se ainda, que foi aprovado pelo Decreto n.º 4/2005 (Santos, 2020, p. 15).

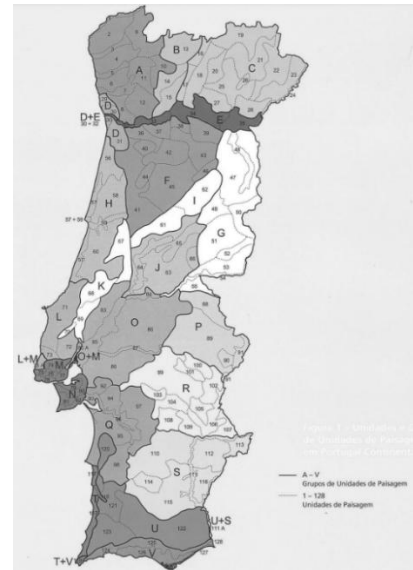


Fig. 27_ Unidades e Grupos de unidades de Paisagem em Portugal Continental, fotografia de D’Abreu, A. C., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004)



Fig. 28_ Limite de Unidade de Paisagem 67: Maciço Calcário Coimbra--Tomar, fotografia de D’Abreu, A. C., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004)



Fig. 29_ Marco de Sicó, pertencente à freguesia de Abiul (2025)

No que respeita as características de ocupação, a paisagem rural encontra-se condicionada pelas particularidades do relevo. Enquanto nas áreas mais elevadas, os solos são preenchidos por zonas de vegetação rasteira, devido aos seus solos áridos e pouco produtivos, associadas à presença de gado miúdo que facilitou, durante os últimos anos, a transformação e o acesso a vegetações primitivas. Nas áreas mais planas e de encostas suaves, em contrapartida, observam-se olivais mais produtivos, povoamentos florestais e pequenas explorações agrícolas, num padrão de ocupação mista que combina formas de ocupação dispersa com áreas aglomeradas (D'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004, p. 9 à 10).

Em virtude do referido, esta organização territorial revela uma ausência de uma articulação planeada entre os núcleos estruturais e as matrizes rurais envolventes, o que compromete a coerência de uma paisagem homogénea. Assim, do ponto de vista arquitetónico, expressam-se questões de escala, morfologia e integração visual dispersa que exigem soluções que consigam assegurar a integração harmoniosa do edificado no contexto paisagístico e reforcem a identidade cultural do território. No entanto, a configuração da paisagem dos tecidos rurais encontra-se ameaçada pela sistemática perda de população e de práticas que asseguravam as características referidas. Nas últimas décadas, assiste-se à constante substituição dos olivais por plantações de eucaliptos e à redução de rebanhos, que outrora subsistiam nas áreas áridas e difíceis, mantendo-as limpas (D'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004, p. 9 à 10). Face ao referido, a identidade desta unidade paisagística, profundamente ligada ao relevo calcário, manifesta-se de forma fragmentada, sobretudo pelo resultado da substituição da vegetação natural por extensas monoculturas florestais.

A gestão do território deve, por isso, responder de forma eficaz a estes desafios, promovendo um equilíbrio entre a conservação ecológica e a ocupação humana. Para tal, recorrendo à análise de algumas das propostas pensadas para o estudo em causa, salienta-se a implementação de medidas de proteção e de recuperação dos *habitats* naturais presentes nesta paisagem, como carvalhais, azinhais e sobreirais, que desempenham um papel essencial na biodiversidade e no equilíbrio dos ecossistemas calcários. Com destaque, também, para a implementação de um plano de controlo da expansão florestal desordenada, de forma a garantir a diversidade funcional da paisagem, devido à crescente disseminação de pinhais e eucaliptais, que aumenta o risco de incêndios e a degradação dos solos. Por fim, destaca-se a proposta que visa a regulação do crescimento urbano e infraestrutural, com vista à constante descontextualização de edificação que compromete a identidade do lugar. A imposição de diretrizes claras para novas construções, bem como para a reabilitação do edificado existente, pode contribuir para uma maior harmonia visual e para a valorização patrimonial do território (D'Abreu, Correia, & Oliveira, 2004, p. 17).

II.I.I.I. A génese do Maciço de Sicó

O conceito de Maciço de Sicó, situado na Região Centro de Portugal, surge para designar uma cordilheira composta por um conjunto de serras, planaltos e vales de litologia cársica [Fig.30], conforme definido nos estudos geomorfológicos realizados por Lúcio da Cunha que datam o ano de 1989 e intitulam-se de *As serras calcárias de Condeixa – Sicó – Alvaiázere: estudo de geomorfologia*, (Silva, 2019, p. 12). Com uma paisagem singular e de elevado interesse

geomorfológico, esta formação geológica caracteriza-se pelos seus relevos irregulares, solos calcários e sistemas de drenagem subterrânea, como se poderá perceber posteriormente.

Segundo o geógrafo Lúcio Cunha, a configuração geológica do Maciço de Sicó resulta, neste sentido, da fraturação e dos processos de erosão, originando áreas totalmente exumadas [Fig.31], onde a sua paisagem cársica conta com as Serras do Circo, do Rabaçal, de Alvaiázere e de Sicó. Em contraste, verificam-se zonas parcialmente cobertas por depósitos arenosos, que permitem o crescimento de formações florestais e favorecem uma agricultura de sequeiro com relevância económica. Nas áreas onde o carso permanece coberto por depósitos diversos, observa-se uma paisagem de influência fluvial, com redes de valeiros secos que se interligam e desestruturam grandes formas cársicas (Cunha, 2003, pp. 3 e 4).

Diante do referido, o maciço reúne partes paisagísticas de seis municípios com um estatuto de vila à exceção da cidade de Pombal, com características físicas e sociais semelhantes (Cardoso, 2023, p. 45). A paisagem revela, ainda, cavidades subterrâneas, embora a maioria não ultrapassa algumas centenas de metros (m), dando destaque para o Algar da Várzea e o Soprador do Carvalho [Fig.32], que já conta com mais de 3 km de galerias identificadas e com uma profundidade máxima conhecida que atinge 75 m. Esta organização do sistema cársico reflete-se na sua hidrogeologia, com drenagem predominante para o lado ocidental, onde se encontram as principais exsurgências permanentes, como as do Vale do Anços e do Rio dos Mouros, fundamentais para o abastecimento público de municípios como Condeixa, Soure e Pombal (Cunha, 2003, pp. 3 e 4).

Numa abordagem mais recente e integrada, a associação de desenvolvimento Terras de Sicó¹⁶ redefine este território ao concebê-lo como uma unidade intermunicipal que abrange, no distrito de Leiria, os municípios de Alvaiázere, de Ansião e de Pombal, e, no distrito de Coimbra, os municípios de Condeixa-a-Nova, de Penela e de Soure. Assim, este conceito transcende os limites físicos do maciço de Sicó, consolidando uma visão territorial unificada pelas semelhanças ao nível cultural, económico e ambiental da região (Silva, 2019, p. 14).

Tudo isto reúne um património natural com urgência em preservar, não só pelo seu valor intrínseco, mas pelo papel fulcral na definição de uma identidade própria (Silva, 2019, p. 46). Porém, a leitura da identidade de Sicó vai além da sua dimensão natural, nela permanecem as marcas das sucessivas presenças humanas, que souberam adaptar-se às condições singulares deste território, deixando testemunhos que, ainda hoje, se projetam na sua identidade. Portanto, será na análise dessa ocupação e dos vestígios que legaram, que se compreenderá a profundidade da relação entre o maciço e a história das comunidades que o habitam.

¹⁶ Fundada em 1995, esta associação de desenvolvimento é uma entidade privada que surgiu para fortalecer parcerias e impulsionar o desenvolvimento do território centrado no maciço da Serra de Sicó. Disponível em <https://www.terrasdesico.pt/associacao-quem-somos>



Fig. 30_ Vista do marco de Sicó para a vertente Este (2025)



Fig. 31_ Gruta do Soprador do Carvalho, com 3 km de extensão, considerada a mais significativa do Sistema Espeleológico do Rio Dueça, Município de Penela (s.d.)



Fig. 32_ Depósito arenoso na serra de Alvaiázere, considerada a serra mais elevada do maciço de Sicó, fotografia do site Roteiro Terras de Sicó (s.d.)

II.I.II. Património natural e cultural de Sicó

A paisagem natural [Fig.33] deve ser compreendida como uma articulação entre a interação constante do ser humano com a natureza, moldando, assim, uma paisagem transformada, composta por elementos que expressam formas de vida e ocupação do espaço. A ação humana sobre o meio natural revela não apenas a origem destes lugares, mas também a sua configuração atual. Em simultâneo, essa relação permite averiguar a noção de tempo e de espaço inscrita na própria trajetória humana, refletindo os hábitos, as tradições e as práticas no território, construídos ao longo dos séculos (Santos, 2020, p. 23).

No caso específico de Sicó define-se um território com uma presença humana que remota os milhares de anos, apoiada nas características oferecidas pelo próprio território. Nos primeiros tempos foi nas grutas e buracas que o ser humano habitou, refugiando-se na prática da caça para salvar a sua sobrevivência. Anos mais tarde, no alto das suas colinas construiu cercas de defesa (Silva, 2019, p. 11). A singularidade geológica de Sicó impôs, deste modo, condições de adaptação exigentes, que moldaram a vida das populações locais, a biodiversidade e os recursos hídricos.

A presença humana no território direciona-se para os períodos do Bronze e do Ferro, pelas populações castrejas, termo definido na obra de Carlos Silva (2022, p. 36), conhecidas pela sua organização em castros, ou seja em núcleos fortificados inseridos estrategicamente na paisagem, com preferência nos topos das colina. Estes núcleos populacionais apresentavam uma cultura material distinta, com habitações circulares de pedra, sustentados pela prática de agricultura e pecuária, revelando uma forte identidade comunitária. Posteriormente, aquando da ocupação das invasões dos povos indo-europeus, os muros de pedra seca foram utilizados para assegurar a proteção das populações (Silva, 2022, p. 36 à 38).

Seguidamente, os povos que foram ocupando e preenchendo o território do Maciço de Sicó denunciaram características comuns em torno da prática de produção de sequeiros [Fig.34] e das dificuldades a que estavam sujeitos. Retratar-se, assim, épocas de pobre produção realizada no fundo dos vales secos e das depressões cársicas, devido às exigentes condições topográficas. Em simultâneo, desenvolveu-se a atividade pastorícia [Fig.35], contando com rebanhos de ovinos e, principalmente, de caprinos que forneciam alimentos, principalmente o leite, e auxiliavam no processo produtivo (Medeiros, 2009, p. 23).

Face ao referido, a paisagem de Sicó distingue-se pela sua biodiversidade e pela sua relevância dos cursos de água subterrânea, conduzindo a fatores diferenciadores que contribuíram para a sua classificação como um território integralmente rural, através do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020)¹⁷ (Lopes *et.al.*, 2015, cit. por Cardoso, 2023, p. 45). Além de possuir estas particularidades naturais, que criam uma geologia singular e influenciam

¹⁷ Plano que apoia o desenvolvimento rural no continente, num período entre 2014 e 2020, através do lançamento de dois concursos para investimento *Exploração Agrícola e Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas*. Disponível em <https://anje.pt/move/apoios/programa-de-desenvolvimento-rural/>

diretamente a paisagem e os elementos que a compõem, destaca-se um vasto património ambiental, em que grande parte da área é integrada na Rede Natura 2000¹⁸, com um programa que abrange 62 Sítios de Importância Comunitária (SIC), entre os quais se destaca a zona Sicó/Alvaiázere, correspondente ao código 45 [Fig.36] (Gouveia, 2021, p. 16). Em acréscimo, verifica-se um relevante legado cultural, a nível do património arquitetónico e das construções tradicionais (Gouveia, 2021, p. 14 à 16). Além do mais, esta paisagem é, ainda, palco de um património monumental de cariz religioso, defensivo e histórico, uma vez que nas aldeias encontram-se espaços religiosos, desde pequenas capelas, alminhas e igrejas, enquanto nos núcleos de maiores dimensões subsistem castelos e edifícios de carácter militar, que revelam uma ocupação secular (Silva, 2022, p. 2).



Fig. 33_ Perspetiva aérea do Poio Novo, da freguesia de Redinha, fotografia do site do Município de Pombal (s.d.)



Fig. 34_ Campos de produção agrícola, na sua maioria de sequeiros, aldeia de Redinha, fotografia de C.M. de Pombal (s.d.)

¹⁸ A Rede Natura 2000 é uma estrutura ecológica europeia criada para preservar os *habitats* e espécies mais vulneráveis do continente. Resulta da implementação de diretrizes comunitárias. O seu principal objetivo é garantir a conservação a longo prazo da biodiversidade, travando a degradação dos ecossistemas naturais. Disponível em <https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=a158877a57eb4f5fbad767d36e261fab>



Fig. 35_ Parte da planície de Sicó, localidade de Estrada de Anços da freguesia de Redinha (2024)

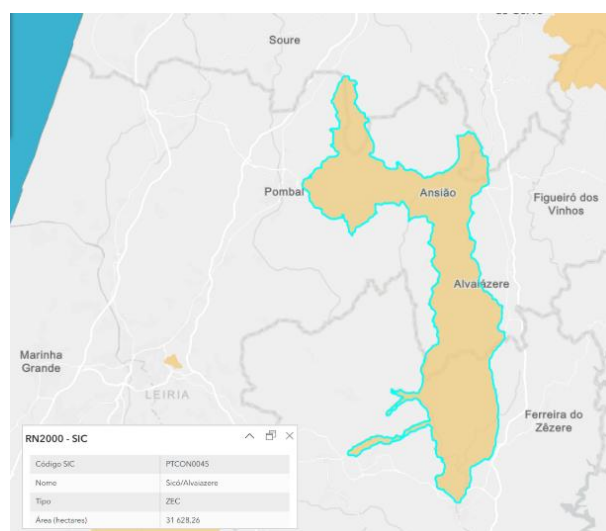


Fig. 36_ Mapa da área zona Sicó/Alvaiázere, correspondente ao código 45 da Rede Natura 2000, imagem retirada do site Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (s.d.)

II.I.III. Memória Cultural – Património construído

“A estrutura fundiária, a propriedade e uso da terra, os tipos de exploração agrícola, a diferenciação e mobilidade social tiveram contornos socioeconómicos precisos. Uns perdem significado e funções, outros aparecem e afirmam-se.” (Medeiros, 2009, p. 17).

A geologia desempenha, atualmente, um papel fundamental, não apenas na interpretação da evolução natural, mas também na proteção do património geológico e arqueológico, assim como no desenvolvimento sustentável das regiões. O património, há muito reconhecido como um pilar fundamental para a sustentabilidade e revitalização das comunidades, assume um papel crucial na dinamização das zonas rurais, frequentemente afetadas por desafios de coesão territorial e social (Santos, 2020, p. 90).

A ocupação humana nas terras de Sicó remota aos milhares de anos atrás, onde as investigações arqueológicas denunciam vestígios dos períodos pré e proto-históricos, enriquecendo o património cultural que alberga a região. No domínio da geologia e da geomorfologia enfatizam-se diversas formações associadas ao relevo cársico, caracterizado pela presença de estruturas complexas como dolinas [Fig.37], cavernas, algares e campos de lapiás, resultados de processos erosivos antigos e da presença de camadas impermeáveis. Em virtude do referido, o património geológico existente inclui formações naturais que representam a geodiversidade e os geossítios de elevado valor científico, preenchidos por minerais, rochas, fósseis, solos e formas de relevo com características particulares. A região conta, assim, com um total de seis geossítios identificados como as Buracas do Casmilo [Fig.38], a Maria Pares, os Tufos de Condeixa e o Vale do rio dos Mouros [Fig.39], situados em Condeixa-a-Nova. Ainda são identificados, no concelho de Pombal, as Nascentes de Anços [Fig.40] e o Vale dos Poios e, no município de Ansião, o deslizamento sinsedimentar da Ateanha e a formação Transversal Ateanha – Dueça (Terras de Sicó, 2022).

Portanto, a memória cultural de Sicó não se limita, apenas, aos vestígios dispersos e às marcas de antigas ocupações da sua estrutura geológica. Em cada ruína, geossítio e traço da ação humana traduz-se uma relação profunda entre o território e a comunidade, revelando testemunhos do tempo inscritos na paisagem, através da natureza e das sucessivas gerações que nela encontram refúgio, sustento e, acima de tudo, identidade. Deste modo, será na leitura do património arquitetónico e monumental que se descobrirá com maior clareza a forma como estes povos transformaram o espaço em lugar, perpetuando até aos dias de hoje a herança de Sicó. Para além de se assegurar um património inestimável, a presença de elementos históricos no território denuncia a dimensão identitária que orienta premissas para salvaguardar o futuro das comunidades locais. Face ao exposto, segue-se uma reflexão onde a evolução histórica de Sicó encontra nos períodos romano e medieval marcas que se entrelaçam com a paisagem e que, ainda hoje, sustentam a identidade do território.



Fig. 37_ Dolina da N.^a Sra. Estrela na época de verão, aldeia de Poios (2025)



Fig.38_ Buracas do Casmilo, município de Condeixa-a-Nova, fotografia de Davino Martinho (2025)

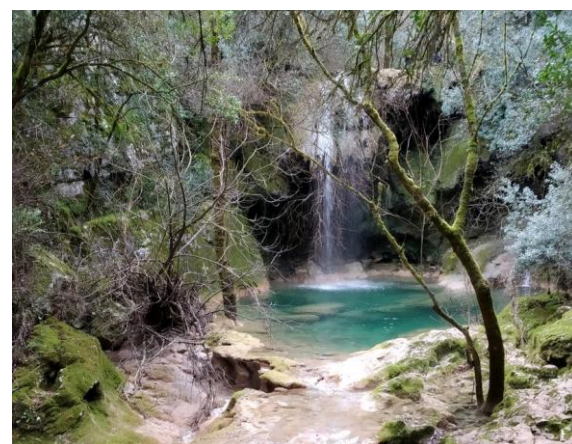


Fig. 39_ Cascata no Canhão do rio dos Mouros, município de Condeixa-a-Nova, fotografia de Miguel Eloi (2020)



Fig. 40_ Nascente de Anços conhecido como Olhos d'água, aldeia de Anços, freguesia de Redinha (2025)

II.I.III.I. Património cultural da romanização em Sicó

Para compreender o património romano em Sicó, na sua plenitude, é necessário atender às circunstâncias políticas, militares e temporais que marcaram a expansão deste povo na Península Ibérica. A presença deste povo no Mediterrâneo ocidental começou a manifestar-se em 218 a.C. (Silva, 2019, p. 85), com o desembarque das primeiras tropas na península. No primeiro momento, o objetivo não parecia residir na conquista territorial, mas sim enfraquecer os cartagineses pela retaguarda, desviando-os do território itálico durante a Segunda Guerra Púnica¹⁹. Contudo, a ambição de explorar os recursos naturais e humanos acabou por conduzir à progressiva consolidação da presença romana e, em consequência, à ocupação efetiva da Península Ibérica (Silva, 2019, pp. 85 e 86).

No território de Sicó, esta presença materializou-se sobretudo através das diversas *villae*, conhecidas como propriedades rurais que pertenciam a famílias abastadas. Embora se conheça um considerável número dessas estruturas no território, apenas as *Villa* do Rabaçal [Fig.41] e de Santiago da Guarda [Fig.42] foram suficientemente escavadas para permitir estudos aprofundados. No caso da *Villa* Romana do Rabaçal, situada no vale com o mesmo nome, os arqueólogos afirmam que terá sido construída durante o séc. IV d.C. (Gouveia, 2021, p. 94). Ainda se sabe que a sua edificação ocorreu num contexto de grande instabilidade, marcado pelas invasões dos povos bárbaros, o que levou a cidades, como Conímbriga, a erguerem muralhas defensivas. No que diz respeito à *Villa* de Santiago da Guarda, esta revela uma ocupação mais complexa, acreditando-se que tenha sido edificada sobre construções mais antigas, visto que apresenta sucessivas remodelações, repavimentações e adaptações estruturais ao longo do tempo (Gouveia, 2021, p. 94).

No plano urbano mais alargado destaca-se a cidade de Conímbriga, que denuncia um dos mais emblemáticos testemunhos da presença romana em Portugal. Conímbriga é, assim, erguida e transformada pelos povos romanos, tornando-se palco de sucessivos momentos de instabilidade, o que faz com que hoje seja identificada como um símbolo marcante da ascensão e do declínio da civilização romana. A sua redescoberta e a musealização ocorreu no séc. XX, no entanto pressupôs apenas uma escavação parcial onde foram identificados alguns dos elementos notáveis, tais como “*Casa de Repuxos* [Fig.43], a *Casa das Suásticas*, a *asa dos Esqueletos*, [...] a *Casa de Cantaber* [Fig.44], e as *ínsulas do aqueduto*” (Cardoso, 2023, p. 109). A cidade permite, assim, compreender os processos de transformação urbana e a sua resistência a períodos de grande adversidade, uma vez que a mesma sofreu um declínio gradual ao longo do séc. V, acabando por ser completamente abandonada (Gouveia, 2021, p. 94).

¹⁹ A Segunda Guerra Púnica consistiu num conflito entre os povos romanos e os cartagineses, estes provenientes do norte de África, travada no território Mediterrâneo, que ocorreu após um primeiro embate entre as duas potências. Neste período de confrontos verificou-se um marco profundo na história política e militar da época, uma vez que se ultrapassou os limites tradicionais da guerra entre nações. Disponível em https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/4183/1/ulflo96214_tm.pdf



Fig. 41 _ Vista aérea da *Villa do Rabaçal*, do município de Penela, fotografia de Flávio Simões (2021)



Fig. 42 _ Paço dos Vasconcelos, *villa* tardoromana, zona sul do grande corredor, fotografia de Rodrigo Marques (s.d.)



Fig. 43 _ Casa dos Repuxos, ruínas de Conímbriga, fotografia de Carlos Cruz (2011)



Fig. 44 _ O *peristilo* e o *ninfeu* da Casa de Cantaber, ruínas de Conímbriga, fotografia de Hugo Marques (2022)

II.I.III.II. Património cultural do Período Medieval em Sicó

O período medieval representou um contexto de intensas transições políticas e militares, traduzindo a transição do domínio romano para a afirmação de novas estruturas de poder. Com o declínio do Império Romano e as sucessivas invasões de povos germânicos, a Península Ibérica foi conduzida a um processo de reconfiguração territorial, marcado pelo surgimento de reinos cristãos medievais. Neste cenário, a arquitetura defensiva assumiu um papel fulcral na organização e controlo do território, tornando-se a expressão material de uma nova ordem política e militar.

Na Idade Média, o território de Sicó ficou marcado pelas construções de castelos e torres militares, que não só respondiam às necessidades urgentes de defesa da época, como também estabeleciam uma reorganização da paisagem de acordo com os interesses do poder. Esta época assumiu a influência da monarquia de D. Afonso Henriques, o que leva, em 1131 (Cardoso, 2023, p. 56), a estabelecer a cidade de Coimbra como a capital do Reino nacional. Em virtude disto, tornou-se imprescindível reforçar a linha defensiva do Mondego, com a projeção de novas fortificações e a expansão de fortalezas existentes, com o objetivo de articular uma rede de vigia e controlo, essencial para a projeção da capital e para a expansão de territórios a sul, em direção às atuais áreas de Santarém e Lisboa (Cardoso, 2023, p. 56).

Face ao exposto, afirma-se em Sicó, como um dos exemplares com mais destaque, o Castelo de Penela [Fig.45], cujo dados recolhidos referem a sua origem numa antiga torre militar romana construída para salvaguardar a proteção da via entre os territórios romanos de Mérida, Conímbriga e Bracara Augusta. Contudo, sabe-se ainda que este monumento só ganhou prestígio após a conquista definitiva de Coimbra, assumindo um papel estratégico na defesa da cidade. O seu posicionamento geográfico, que domina a paisagem envolvente, permite ilustrar a capacidade da arquitetura militar da época em articular a topografia com a função defensiva do edificado. Em acréscimo e com o intuito de fortalecer esta linha defensiva, D. Afonso Henriques ordenou, em 1142 (Gouveia, 2021, p. 96), a construção do Castelo de Germanelo [Fig.46], no município de Penela, e dos Castelos de Alvorge e Ansião, bem como a Torre de Ateanha, que contribuiu para a formação de um sistema defensivo coeso e escalonado (Gouveia, 2021, p. 96).

No município de Pombal, o seu castelo [Fig.47], edificado no séc. XII (Gouveia, 2021, p. 98), permitiu criar uma fortaleza românica medieval que materializava a consolidação do poder régio e distinguia-se, tal como nos restantes exemplares, pelo seu traçado robusto. O seu caráter arquitetónico revela um corpo edificado, concebido para resistir a longos cercos e ataques sucessivos, com a presença de torres de vigia, estrategicamente distribuídas para facilitar a comunicação visual. Ainda nesta linha defensiva do Mondego, salienta-se o Castelo de Soure [Fig.48] situado no ponto mais meridional da defesa, com uma posição junto a uma bifurcação estratégica de vias, permitindo, na época, controlar as movimentações muçulmanas. Esta localização justificou a sua relevância militar e cultural consagrada, atualmente, na classificação como Monumento Nacional (Gouveia, 2021, p. 98).



Fig. 45_ Castelo de Penela, fotografia de Rafael Lara (2017)



Fig. 46_ Castelo do Germanelo, pertencente ao município de Penela, fotografia publicada no Queijos do centro de Portugal (s.d.)



Fig. 47_ Castelo de Pombal, fotografia publicada no Município de Pombal (s.d.)



Fig. 48_ Ruínas do Castelo de Soure, no distrito de Coimbra, fotografia de Dias dos Reis (2013)

II.I.IV. Património construído não monumental em pedra solta

Embora o território de Sicó detenha grande destaque pelo seu património construído de carácter monumental, através da presença de edifícios religiosos, fortificações e, principalmente, pelos vestígios da época romana, analisados anteriormente, é importante investigar o vasto conjunto distinto de construções rurais que conserva. Este património de carácter não monumental reflete a engenhosidade das comunidades locais que, ao longo das díspares gerações, souberam aproveitar os materiais disponíveis e desenvolver técnicas para garantir a subsistência em solos calcários de difícil cultivo. Tudo isto, permitiu ao geógrafo Carlos Silva afirmar que se trata de um património que merece um novo destaque, visto que poderá impulsionar o interesse tanto das populações presentes, como de possíveis medidas que salvaguardem uma maior projeção da região, com vista a fomentar um desenvolvimento económico e cultural sustentável (2019, p. 272).

No que concerne ao território em estudo, são exemplos deste património os extensos muros de pedra solta que ponteiavam a paisagem, utilizados não apenas na delimitação de terrenos, mas também noutras práticas rurais. Além disso, a presença abundante de pedra calcária nos terrenos cultivados, as eiras tradicionais, os peculiares moinhos de vento rotativos, os antigos sistemas de elevação de água e os métodos da captação da água da chuva, contribuíram para assegurar a sobrevivência destas comunidades. Tudo isto, analisado numa seguinte fase, demonstrará a resiliência do povo em aproveitar todas as condições naturais disponíveis, principalmente, pelas dificuldades de sobrevivência em meios de litologia cársica (Silva, 2022, p. 2).

II.I.IV.I A pedra

Conforme o apresentado, a pedra denuncia grande relevância na leitura da paisagem, uma vez que compõe a mesma e que, mesmo após a ocupação humana, houve um grande respeito para que a mesma detivesse o poder de se adaptar às suas necessidades. A pedra é conhecida pela sua capacidade de manipulação, pelo que permite a sua utilização em múltiplas escalas, desde utensílios de subsistência até à edificação de estruturas monumentais. Para além da sua utilidade prática, muitas vezes, adquiriu um significado simbólico e místico, conservando aspetos da história da humanidade no tempo e no espaço que perduram até aos dias de hoje. As transformações verificadas na paisagem ao longo da história são reflexos da interdependência entre todos os elementos que apesar da sua contínua alteração, moldada por cenários de montanhas, planícies, planaltos e depressões, constata-se um equilíbrio dinâmico entre as forças da natureza e o decorrer do tempo (Santos, 2020, p. 81).

A apropriação deste recurso pelo ser humano ocorreu de diversas formas atendendo às exigências de cada época histórica. Numa primeira fase da sua ocupação ao território, a pedra serviu de refúgio e suporte à expressão cultural. As cavernas e as grutas acolheram comunidades que, além de nelas habitarem, permitiram desenvolver competências na comunicação com os restantes membros, através do documentar de estratégias e ataques nas paredes de pedra, desenvolvendo, o que se chama hoje, pinturas e gravuras rupestres (Santos, 2020, p. 82). No território em análise, as grutas do Vale do Poio revelam esse testemunho, afirmando uma marca na sua identidade ancestral. Posteriormente, o mesmo recurso serviu de matéria para a construção de estruturas

megalíticas, conhecidas como *menires* e *dólmenes*, cujas funções simbólicas e sociais marcam de forma indelével o território. Nesta altura, onde a pedra se torna um elemento fundamental da identidade e das construções, assiste-se ao surgimento das primeiras sociedades, desenvolvimento, gradualmente, cidades e estados (Santos, 2020, p. 82).

No contexto de Sicó, a pedra calcária influenciou diretamente a arquitetura de caráter habitacional rural e as soluções construtivas vernaculares. As suas serras, ao longo dos anos, concentraram pequenos núcleos rurais que souberam apropriar-se do espaço e desenvolver mecanismos que salvaguardaram a sua sobrevivência e que, hoje, constam uma marca identitária na paisagem. As construções em pedra solta, conhecidas também por pedra seca, expressam a engenhosidade prática das épocas passadas, que aliava funcionalidade aos recursos existentes e, em simultâneo, integrava organicamente na paisagem. Assim, a própria volumetria das estruturas rurais, marcada pela solidez e pela horizontalidade [Fig.49], traduz a relação direta entre a geologia e a forma arquitetónica. Estas estruturas não se limitavam a responder somente às exigências práticas de sobrevivência, visto que, também, denunciavam um diálogo contínuo entre o território e as comunidades. Em virtude do referido sabe-se que a pedra, não é considerado apenas material construtivo, é, também, a linguagem, a identidade e a memória de Sicó, na qual a geologia se transforma em arquitetura e a paisagem em herança cultural.

“As pessoas revêem-se nas construções rurais de pedra seca como um Património Imemorial que foi mantido de gerações em gerações. Recordam também o trabalho árduo dos seus antepassados [...] que numa faina continuada ao longo das suas vidas, aumentaram, melhoraram e mantiveram estas estruturas rupestres” (cit. por Silva, 2022, p. 80).



Fig. 49_ Habitação em ruínas na aldeia de Ereiras, freguesia de Redinha (2025)

II.I.IV.II. Muros rurais de pedra seca

Além das construções em pedra solta, surge um sistema criado pelos povos serranos que traduz a capacidade de desenvolver soluções adaptativas, dado que, sendo a paisagem coberta por pedra calcária, era necessário proceder ao *despedregar*²⁰ para que os terrenos fossem férteis. Por outro lado, permite obter o planar do terreno para melhorar as condições produtivas, criando muros de suporte em socalcos. A paisagem serrana preenche-se, assim, por muros de pedra seca [Fig.50], erguidos sem argamassa e através de um meticuloso processo de sobreposição manual, constituindo um dos elementos mais emblemáticos do património vernacular de Sicó (Silva, 2022, p. 14).

Enquanto testemunho do esforço contínuo do ser humano para adaptar o ambiente às suas necessidades de sobrevivência, estes muros de pedra seca anunciam uma particular organização das malhas rurais. Desde que estas formações calcárias emergiram na paisagem nunca se deixaram de fraturar e fragmentar. Este fenómeno foi impulsionado não só pela atividade tectónica que as moldou ao longo do tempo, mas também pela própria composição estratificada da rocha, que favoreceu a sua degradação superficial. A ação dos agentes naturais, como a chuva, o vento, a neve e especialmente a água, desempenharam um papel crucial na erosão das camadas sedimentares que outrora cobriam o Maciço. Com a remoção desses sedimentos as superfícies calcárias ficaram expostas, dificultando o crescimento de vegetação de grande porte e acelerando ainda mais a degradação da camada superficial do solo (Silva, 2019, p. 273).

Face ao referido, sabe-se que a construção destes muros está intimamente associada às práticas de cultivo e pastorícia. Durante várias gerações, registou-se um trabalho árduo que permitiu a limpeza dos campos, com a remoção das pedras maiores, que foram aproveitadas para construir muros de pedra e delimitar as propriedades. Em certos pontos do maciço, esta técnica resultou na criação de uma paisagem de campos fechados, com o intuito de retirar as pedras da terra para que estes se tornassem cultiváveis. A construção de muros rústicos em pedra calcária define, assim, limites quer para salvaguardar a criação de gado, bovino e ovino [Fig.51], quer pela possibilidade de organizarem o território, permitindo que os animais se desloquem nessas estruturas livremente. Nas suas zonas de vales de Sicó, onde a acumulação destes elementos no solo era mais significativa, reforçavam a fronteira entre as parcelas agrícolas, enquanto nas encostas rochosas marcavam a resiliência das comunidades num meio natural árido (Silva, 2019, p. 273).

Com resultado, a paisagem serrana adquiriu uma fisionomia singular dominada por extensões pedregosas entrecortadas por linhas retilíneas de muros que conferem ordem e desenho ao território. Nos contextos onde a acumulação de solo era maior, surgiram parcelas agrícolas mais expressivas. Além disso, os muros foram frequentemente erguidos para demarcar as propriedades

²⁰ Este processo que diz respeito à apropriação da terra para fins agrícolas, tendo como principais objetivos limitar a mobilidade do gado e promover o crescimento herbáceo. Neste sentido, a “limpeza” dos seixos calcários do solo formalizava-se na presença de muros de pedra seca que, além de ordenar o território, criava as condições necessárias para a prática agrícola (Cardoso, 2023, p. 113).

e para suportar socalcos, permitindo o nivelamento das áreas cultiváveis e a melhoria da utilização da terra nas encostas mais inclinadas (Silva, 2019, p. 275).

Em consequência do referido, o processo de *despedregar* tornou-se não apenas uma prática agrícola, mas sobretudo uma estratégia de ordenamento do território, capaz de criar superfícies produtivas e, como tal, assegurar a subsistência comunitária (Silva, 2022, p. 14). Mais do que meros limites físicos, estes exemplares configuram uma paisagem cultural, dado que a pedra se converteu numa linguagem construtiva e, portanto, num elemento de identidade coletiva. Segundo o geógrafo Carlos Silva, estes muros de pedra constituem uma herança clara da resiliência dos povos passados, visto que reúnem condições para salvaguardar a sua sobrevivência, materializando, assim, uma técnica antiga adotada pelas sucessivas gerações (2019, p. 276).

Atualmente, sabe-se que o reconhecimento internacional reforça a importância comunitária destes muros não apenas como estruturas utilitárias, mas como símbolo de um saber ancestral, cuja preservação garante a continuidade de uma identidade profundamente enraizada na paisagem de Sicó. Por esta razão, este património encontra-se em processo de valorização, integrando a candidatura à lista de Património Mundial da UNESCO, num esforço liderado pela Associação Terras de Sicó (Gouveia, 2021, p. 16).



Fig. 50_ Campos agrícolas delimitado por muros de pedra solta, aldeia de Casimilho, município de Condeixa-a-Nova (2025)



Fig. 51_ Pastorícia em superfícies rochosas (campo de lúpias), município de Soure (s.d.)

II.I.IV.III. Os abrigos agrícolas ou de pastor

Se a presença dos muros de pedra seca, neste território, revelou a capacidade das comunidades em organizar a sua malha rural em prol de um território mais produtivo, as construções, associadas a esta mesma lógica de adaptação, ampliam ainda mais a leitura da paisagem vernacular de Sicó. Deste modo, entre as várias soluções em análise salientam-se os recursos a pequenos abrigos que testemunham a preocupação da sua comunidade em criar espaços que assegurem a sua mínima proteção e as suas práticas quotidianas.

Deste modo, os abrigos agrícolas ou de pastor [Fig.52], conhecidos localmente por *casinas*, constituem um complemento singular à dinâmica de organização das parcelas agrícolas das zonas. Com as oportunidades adquiridas aliadas às construções de muros em pedra calcária, as populações serranas perceberam que conseguiriam criar abrigos rurais que serviriam de apoio agrícola ou para a sua própria proteção. Estas construções, com reduzidas dimensões, localizavam-se, geralmente, num dos cantos formados pelo cruzamento de muros de pedra e formalizam-se com a aplicação de algumas lajes finas de calcário servindo de cobertura. Por vezes, esta *casinas* tinham de assegurar, nas estações mais frias do ano, um espaço de pernoita para pastores, protegendo-se das intempéries e criando uma pequena fogueira no seu interior para, também, aquecer os seus alimentos e proceder à sua refeição (Silva, 2022, pp. 44 à 54).

Do ponto de vista arquitetónico, averigua-se uma lógica que não residia no valor estético ou monumental, mas sim numa resposta direta às necessidades diárias, usando os materiais locais e as técnicas rudimentares. Todavia, enquanto se testemunha a resiliência vernacular de tempos passados, expõe-se, com estes exemplares, a sua vulnerabilidade. Sem uma manutenção contínua e dada a sua simplicidade construtiva analisa-se, atualmente, o desaparecimento destes abrigos que colocam em causa a identidade cultural (Silva, 2022, p.54). Em prol do referido, o progressivo dismantelar destas estruturas, resultantes do abandono agrícola, coloca em risco a memória de uma forma de habitar e organizar o espaço que traduz a síntese entre a paisagem, as técnicas e a cultura de Sicó.



Fig. 52_ *Casina* comunitária, atualmente abandonada, na serra de Sicó (2025)

II.I.IV.IV. Os *moroços* ou *morouços*

Os *moroços* ou *morouços* [Fig.53] representam uma outra forma de apropriação da pedra calcária, que vem salvaguardar as necessidades da comunidade. Embora não representem a dimensão de proteção que os abrigos agrícolas desempenhavam na paisagem, estas estruturas emergiram como resultado da acumulação deste recurso nas parcelas produtivas. Neste duplo registo, referente às *casinas* e aos *moroços*, percebe-se que a paisagem serrana foi moldada, ao longo dos tempos, por soluções distintas, mas complementares, que respondem simultaneamente à sobrevivência humana e ao desenho do seu tecido rural.

Mais do que simples depósitos resultantes da técnica do *despedregar*, os *moroços* assumem-se no interior da parcela e com uma volumetria cilíndrica ou piramidal, com um diâmetro e uma altura variável (Silva, 2022, p. 60). A sua presença traduz uma prática construtiva de caráter utilitário, mas também, uma capacidade de transformar o excedente em forma, conferindo ordem a um território fragmentado. Diante do referido, estes *moroços* contribuíam para a organização visual e estrutural da parcela, formalizando-se a partir da acumulação das restantes pedras calcárias da parcela. Após preencherem os muros em redor do terreno e estes atingirem a sua altura máxima, criavam-se estes amontoados, geralmente, num dos seus cantos. Por conseguinte, nos terrenos com grande presença de pedras calcárias eram criados mais do que um exemplar de *moroços*, colocados de forma estratégica para que, em alguns casos, auxiliassem a estabilidade dos muros criados (Silva, 2022, pp. 62 e 70).

Hoje, estes exemplares denunciam uma grave degradação, proveniente do sucessivo abandono agrícola, no entanto a sua presença, mesmo em ruína, reforça a leitura de uma arquitetura vernacular que soube transformar a adversidade do terreno em recurso. Em simultâneo, privilegia-se uma população que soube intervir na paisagem natural, respeitando e mantendo os seus elementos de ordem, ao mesmo tempo introduziu marcas duradoras na sua adaptação.



Fig. 53_ Presença de *moroços*, conhecidos, também, como *morouços*, no terreno, aldeia do Outeiro, município de Ansião (2025)

II.I.IV.V. As eiras rupestres

As eiras rurais [Fig.54] são exemplares milenares que as populações desenvolveram para dar resposta à produção de cereais, desde as espigas de milho, trigo, centeio, cevada à aveia, através do processo de secagem. Estas estruturas materializavam, numa segunda fase, o espaço destinado à fase de desfolhada e separação dos seus grãos (Medeiros, 2009, p. 23). Após as debulhadas do grão, estes eram colocados em arcas ou tulhas e as folhas juntamente com os carolos da espiga ficavam resguardados num palheiro para que servissem de alimento aos animais (Medeiros, 2009, p. 53).

Na paisagem de Sicó, proveniente das notáveis dificuldades da população, foram desenvolvidos, na sua maioria, exemplares coletivos com dimensões maiores que serviam a comunidade, concentrando práticas de trabalho partilhado e reforçando o espírito de união. Com uma menor expressão, registavam-se eiras que diziam respeito somente a um proprietário, geralmente implantadas em locais mais afastados da povoação. O mesmo introduzia um pequeno anexo que servia de abrigo para os sacos de cereais aquando as condições climatéricas não permitiam a secagem dos mesmos (Silva, 2022, p. 78 e 80).

Do ponto de vista construtivo, estas eiras possuíam soluções de notável eficácia, levando ao autor Carlos Silva a valorizar as estruturas enquanto soluções que assentavam sobre uma “[...] laje calcária *in situ* [...]” (2022, p. 76) e delimitadas por esteiros que formavam a chamada “[...] cercadura [...]” (2022, p. 76). No que diz respeito ao seu formato, os vestígios presentes revelavam eiras, maioritariamente, circulares, justificadas pelo facto dos animais andarem ao seu redor para a debulha, e com um piso que poderia ser em terra ou em pedra calcária, dado a sua abundância nesta paisagem (Medeiros, 2009, p. 23). Excecionalmente, verificam-se exemplares em formato quadrado, retangular ou, ainda, sem forma precisa, fruto da acentuada inclinação do terreno. Neste sentido, registam-se eiras construídas segundo o mesmo processo dos muros de pedra, não apresentando quaisquer cimentações de ligação e inseridas nas áreas mais baixas (Silva, 2022, p. 76).

Ainda que se registre a presença de inúmeros exemplares na paisagem em estudo, observa-se, paralelamente, uma tendência de renovação que desmaterializa as antigas técnicas construtivas, substituindo-as por soluções alheias à tradição local. Neste sentido, torna-se urgente sensibilizar os proprietários para a importância do devido respeito por estes testemunhos, salvaguardando a continuidade da identidade cultural e arquitetónica da paisagem.



Fig. 54_ Eira rupestre identificada no trilho PR1 - Rota do Paleolítico, zona do Poio Velho, fotografia de João Fernandes (2022)

II.I.IV.VI. Moinhos de Vento Rotativos

Os moinhos de vento [Fig.55] do maciço de Sicó representam um legado mais recente, mas não menos relevante, na história desta região e das comunidades serranas. A sua presença na paisagem de Sicó remota ao séc. XIV (Silva, 2019, p. 282), assumindo-se como um corpo cilíndrico de pedra calcária e madeira, com uma altura média de 4 ou 6 m, rematado por uma cúpula cônica de madeira. Apesar de existirem vários tipos de moinhos de vento na paisagem, sabe-se que predomina os que permitiam que a estrutura total girasse e se orientasse na vertente do vento (Medeiros, 2009, pp. 68 e 69).

Neste sentido, estas construções localizavam-se em pontos estratégicos da paisagem, próximos das comunidades agrícolas, assumindo um papel fulcral no processamento de cereais provenientes dos vales férteis e convertendo-os em farinha, através de um sistema que articulava o engenho humano com a força natural do vento. Os cereais cultivados eram recolhidos e transportados com o auxílio de animais, como burros, mulas e cavalos até ao moinho (Silva, 2019, p. 282).

A título de curiosidade, ao longo da história, os moinhos incorporaram também uma dimensão social, uma vez que a figura do moleiro assumia grande prestígio no seio comunitário, estabelecendo laços de confiança que se perpetuavam nas diversas gerações. No entanto, com a chegada de novas tecnologias no séc. XX, o uso destas estruturas entrou em declínio e, progressivamente, foram abandonadas e expostas às intempéries, onde muitas acabaram por se degradar. Porém, a partir das últimas décadas desse século, verificou-se uma recuperação e reconversão de algumas destas construções, como alojamentos turísticos ou espaços dedicados à preservação e ensino das antigas técnicas de moagem de cereais (Silva, 2019, p. 282).

Face ao referido, acresce ainda uma preocupação pessoal no que respeita à substituição de técnicas vernaculares por soluções contemporâneas que podem colocar em causa a desmaterialização do valor construtivo original. Assim, o desafio arquitetónico consiste no equilíbrio da preservação da materialidade e da identidade destes exemplares com a sua interpretação funcional, garantindo que continuem a ser testemunhos vivos da memória cultural de Sicó.



Fig. 55 Moinhos de Vento Rotativos, em Outeiro, Ansião, fotografia de Maria Paula (2020)

II.I.IV.VII. Captação de águas pluviais

A leitura do património construído não monumental não se esgota na presença de muros, de abrigos ou de eiras, elementos anteriormente referidos. A par desta identidade, direcionada para o elemento da pedra, surgem, também, os engenhos ligados à gestão da água, que revelam a resiliência e adaptação às adversidades naturais da comunidade. Deste modo, as serras calcárias do Maciço de Sicó revelam adversidades no que diz respeito aos seus recursos hídricos, visto que a litologia permeável levou as comunidades a desenvolverem soluções engenhosas de captação e armazenamento.

Neste cenário paisagístico, durante a primavera, os pastores impermeabilizavam algumas dolinas com argila, para que se conservasse a presença de água nas mesmas e, mais tarde, servissem de bebedouros para os rebanhos. Para além disso, nestas povoações era comum construir reservatórios no interior das habitações, salvaguardando um papel fundamental no armazenamento da água das chuvas e garantindo a autonomia dos habitantes numa época em que ainda não existia uma rede pública de abastecimento. Durante os meses de calor intenso, essas reservas eram indispensáveis para o consumo doméstico e para os animais, tornando viável a sobrevivência no ambiente rigoroso das serras (Silva, 2019, p. 292).

A necessidade de assegurar o abastecimento de água era uma preocupação constante e, neste sentido, a população juntou-se de modo a unir esforços para criar soluções eficazes na captação e armazenamento de água pluvial, que constituía a única fonte pública disponível. Inicialmente, optou-se por impermeabilizar certas encostas com lajes de calcário polido, permitindo que a água da chuva escorresse e fosse canalizada para estes reservatórios comunitários. Assim, os grandes lajeados, que durante séculos garantiram o fornecimento de água às comunidades serranas, foram gradualmente abandonados após a perda da sua função prática. Apesar destes exemplares continuarem a representar um testemunho valioso da evolução das técnicas de captação de água a céu aberto para abastecimento das populações, importa referir que muitos foram destruídos e os restantes encontram-se em avançado estado de degradação, devido à ausência de manutenção (Silva, 2019, pp. 292 e 293).

Diante do referido, os lajeados de Sicó, com a sua importância patrimonial e histórica, revelam-se elementos essenciais para compreender a adaptação das comunidades às adversidades do meio. Além do seu interesse pedagógico e didático, apresentam, do ponto de vista arquitetónico, um potencial turístico, despertando a curiosidade de visitantes para o interesse em reativar o património rural, enquanto legado cultural.

II.I.IV.VIII. Técnicas e mecanismos tradicionais e elevação de água

Além do sistema de captação de água pluvial anteriormente descrito, os escassos recursos hidrológicos na paisagem serrana de Sicó levaram a que a população que aqui viva desenvolvesse técnicas para garantir a captação de água, proveniente da sua recolha em rios e ribeiras, presentes no território, e introduzisse sistemas de elevação dos cursos de água subterrânea (Silva, 2019, p. 293).

O primeiro sistema desenvolvido pelo ser humano resultou na criação de um engenho simples, denominado por *picota* [Fig.56], construído para facilitar a extração de água proveniente de poços agrícolas. Numa primeira fase, este engenho assumia um tronco vertical, inserido no solo, de modo a deter resistência e estabilidade neste processo. Posteriormente, nos anos 50 foi substituído por pilares de pedra ou cimento pela sua maior resistência. Em todos os seus exemplares constata-se uma vara comprida, fixada praticamente a meio do tronco, que facilita o movimento da mesma após a colocação de uma outra vara vertical ou de uma corda que serve de suporte ao balde. (Silva, 2019, p. 294). Apesar deste engenho presentear todo o território português, em Sicó encontra-se sobretudo em zonas planas e de vales, visto que a presença de água nestes poços ocorre durante todo o ano. A facilidade da sua construção e a pouca necessidade de manutenção gerou bastantes exemplares por toda a paisagem em análise, que são utilizados diariamente pela população para a execução das suas tarefas.

Posteriormente, emerge na paisagem um outro sistema conhecido por bombas de volante circular ou de roda, contruídas em formatos circulares de ferro e inseridas sobre uma estrutura em cimento que cobre o cimo do poço. “A roda aciona um êmbolo vertical que através de uma válvula cria sucção da água que depois é expelida pelo movimento repentino do êmbolo” (cit. por Silva, 2019, p. 298). Este engenho evidencia, assim, grande eficiência e facilidade de manobra, pateando a evolução das técnicas de irrigação na paisagem de Sicó, proveniente da procura incessante do povo em melhorar as suas condições de vida (Silva, 2019, p. 298).

Por fim, destaca-se na paisagem o sistema conhecido por *nora* [Fig.57] presente nas nascentes de Sicó, ao longo das margens dos principais rios. A presença destes cursos de água, ainda com fluxos variáveis ao longo do ano, permitia circundar as áreas de produção, capacitando a população em apropriar-se destes engenhos para o sistema de regadio. Estruturalmente, este engenho definia-se por uma roda de dimensões consideráveis, colocada verticalmente sobre o caudal do rio, e, utilizando o termo definido pelo autor Carlos Silva, com os seus “[...] “copos” que se enchiam [...] com a água [...] por efeito da força cinética do líquido em movimento, faziam girar a roda [...] Os “copos” à medida que rodavam cheios de água e se aproximavam da horizontal, despejavam-na para um “caneiro” que a conduzia para um tanque da margem e partir daí ele circulava por gravidade, irrigando as culturas” (cit. por Silva, 2019, pp. 298 à 300).

Com base no pensamento do autor Simon Schama, a solução para preservar e resgatar o que outrora permitiu estruturar a paisagem rural atual poderá resultar numa nova forma de perceber todas as marcas e tradições que, de facto, se perderam. No entanto, ao invés de as lamentar, procura-se uma nova forma de as reinterpretar para que estabeleçam de novo uma relação entre o ser humano e a natureza (Santos, 2020, p. 38). Neste sentido, os antigos moinhos são restaurados, os muros reerguidos e os sistemas de captação de água recuperados, não pela sua utilidade prática, mas pelo seu valor inestimável, enquanto testemunhos da identidade de Sicó. Além de promoverem um património cultural de relevância regional, salvaguardam o seu reconhecimento nacional (Silva, 2019, p. 272).



Fig. 56_ *Picota* na aldeia de Salgueiro, município de Ansião, fotografia de Sérgio Medeiros (2008), (Medeiros, 2009, p. 46)



Fig. 57_ *Nora* na aldeia Chão de Couce, Ansião, fotografia de Eduardo Medeiros (2008), (Medeiros, 2009, p. 48)

II.II. Identidade rural: Construção de uma comunidade

A identidade do lugar rural abrange diversos conceitos e elementos presentes na sua formação, expondo premissas que denunciam possibilidades de atuar no território de forma consciente. A anterior análise de comparação de diferentes teorias sobre a construção inicial dessa identidade rural permitiu compreender a sua importância nos processos individuais e coletivos. Deste modo, as relações estabelecidas ao longo do tempo revelam uma memória coletiva que, não havendo um cuidado em preservar, encontra-se, sistematicamente, em risco de ser esquecida. O estudo da identidade do lugar torna-se, então, crucial para perceber as culturas, os costumes e as comunidades de uma paisagem, interligando os conceitos de tempo, espaço e matéria (Santos, 2020, p. 110).

Segundo o pensamento da psicóloga Ecléa Bosi que, apesar de centrar a sua obra *Memória da cidade: lembranças paulistanas* em torno de um contexto urbano, revela princípios que são transportados para a leitura da paisagem rural. Quando se fala em memória percebe-se o papel que a mesma desempenha enquanto mediadora da cultura adquirida ao longo de gerações. Neste sentido, o espaço físico influencia a memória, uma vez que ao afastar as pessoas e fragmentar os laços comunitários, enfraquece-se esse vínculo, tornando a coletividade fundamental para a preservação das lembranças. A identidade do lugar é, então, um processo adquirido ao longo do tempo, que reflete uma trajetória semelhante à de um organismo vivo, com fases de crescimento e de transformação. Recuperar a dimensão humana dos espaços coletivos é um desafio político urgente, pois a continuidade de uma comunidade está profundamente ligada à configuração do espaço (Bosi, 2003, p. 200 à 206).

Na procura de compreender o que se manifesta no espaço e na comunidade rural torna-se crucial denotar os hábitos adquiridos, as memórias individuais e as influências culturais que moldam a paisagem. De acordo com a autora referida, a única forma de interpretar a memória associada a um acontecimento é através do olhar e do relato do outro. Acrescenta ainda, tendo por base o pensamento de Simone Weil, a necessidade de estar atento ao que é sutil, silencioso e quase imperceptível, permitindo entender a identidade local e os fatores que a moldam, sem a subjugar a regras externas, reconhecendo os limites da sua universalidade (Ecléa Bosi, 2003, cit. por Santos, 2020, p. 110).

Diante do referido, este momento de pesquisa direciona-se para a procura em entender de que forma a materialidade da paisagem e das práticas subjacentes aos espaços de comunidade se convertem em instrumentos de afirmação identitária, traduzindo-se numa arquitetura que não é apenas física, mas também social e simbólica. Ao observar o modo como o território rural de Sicó se organizou, torna-se claro que em cada gesto comunitário, seja através de um muro de pedra, um terreno agrícola ou uma eira comunitária, atua com um arquivo vivo de memória coletiva, transpondo para o quotidiano as experiências passadas. Assim, mais do que estruturas utilitárias, estes espaços revelam-se como dispositivos de coesão social e de continuidade cultural, convocando a arquitetura a assumir o papel de mediadora entre a permanência e a transformação.

II.II.I. Posicionamento das áreas populacionais no Maciço de Sicó

A interpretação da arquitetura vernacular em Sicó não pode ser dissociada das condições naturais e sociais que a originaram. Para compreender a identidade local a partir da observação do outro, é essencial analisar o contexto onde esses fenómenos ocorrem e de que modo condicionam a sua perceção. Desta maneira, torna-se necessário refletir sobre o desenvolvimento do seu meio social, uma vez que este molda a dinâmica comunitária e, conseqüentemente, influencia a memória individual e coletiva.

Como percecionado anteriormente, as condições agrestes, que as formas geomorfológicas revelam nesta paisagem, levaram ao desenvolvimento de sistemas construtivos que possibilitaram o progresso de povos ao seu redor. Desde os muros de pedra calcárias até às estruturas defensivas e habitacionais, estes sistemas revelaram a adaptação da comunidade a um território rigoroso, onde a pedra foi simultaneamente um obstáculo e um recurso. Este processo de apropriação material resume-se a uma arquitetura que não é apenas técnica, mas cultural, uma vez que inscreve na paisagem os modos de sobrevivência, de organização social e de pertença.

Face ao referido, a agricultura concentrou-se, sobretudo, nos fundos dos vales, junto do posicionamento das áreas populacionais [Fig.58], dado que os solos nos picos serranos detinham menor espessura de terra fértil e capacidade de retenção de água. Verifica-se, assim, uma paisagem rural marcada por limitações de propriedades, devido à necessidade de proceder ao *despedregar* da terra para assegurar o desenvolvimento da comunidade (Silva, 2022, p. 6 à 12). Neste sentido, a relação direta entre natureza e cultura confere à paisagem em estudo um caráter identitário próprio. Assim, cada eira, olival [Fig. 59] ou abrigo pastoril deve ser lido como parte de uma rede identitária, na qual a construção popular se afirma enquanto resposta arquitetónica enraizada no lugar e projetada a partir dele.



Fig. 58_ Paisagem de Sicó segundo o aglomerado populacional da aldeia de Pousadas Vedras (2025)



Fig. 59_ Terrenos de produção de oliveiras, Freguesia de Redinha (2025)

II.II.I.I. Arquitetura Vernacular em Sicó

Se a paisagem agreste e os recursos limitados moldaram as estratégias comunitárias de sobrevivência analisadas no subcapítulo anterior, foi na edificação que essas práticas ganharam expressão material e simbólica. Assim, as construções vernacular, funcionais e identitárias, afirmam a paisagem rural de Sicó e testemunham a capacidade da comunidade em transformar a pedra em matéria de proteção, de abrigo e, como tal, de afirmação cultural.

No território português tem-se verificado um crescente reconhecimento do valor do património edificado, abrangendo, de forma mais ampla, as construções vernáculas. Estas estruturas conservam um testemunho do passado, narrando a história das comunidades e a sua relação com o espaço que habitam. Deste modo, ao refletirem as particularidades, desde o clima até aos materiais disponíveis, é possível interpretar os desafios e constrangimentos impostos pelo território (Cardoso, 2023, p. 58). No entanto, sabe-se que a paisagem rural, não dispondo de um levantamento oficial da sua arquitetura tradicional, apresenta elementos marcantes que contribuem para a identidade local (Ribeiro, 2022, p. 91).

Face ao referido, ao longo das diversas épocas é possível identificar algumas habitações erguidas segundo os materiais da região, destacando-se as paredes estruturais de alvenaria de calcário com uma espessura significativa, geralmente caiadas²¹ tanto no interior quanto no exterior, garantindo proteção contra as condições climáticas [Fig.60]. Na sua maioria identifica-se uma planta arquitetónica assente num formato retangular ou quadrangular, segundo um ou dois pisos habitacionais. Por conseguinte, as edificações que possuíam dois andares destinavam, geralmente, o rés-do-chão a funções de currais ou então zonas de armazenamento agrícola, permitindo que o andar superior assumisse os cargos de habitação. Neste sentido, o acesso ao piso superior era feito por escadas exteriores em pedra [Fig.61], terminando num patim, frequentemente alpendrado, que poderia servir, por vezes, de local de sequeiro de cereais. Em acréscimo, era ainda comum a presença de anexos em pedra à vista, enquanto que as divisórias internas, muitas vezes em tabique ou madeira, não atingiam o pé-direito (Ribeiro, 2022, p. 93).

Ao nível da fachada verifica-se um trabalho oriundo da abundância de calcário, possibilitando a sua presença nos frisos dos beirais e nas molduras das portas e das janelas [Fig.62]. Em consequência desta estrutura formalizavam-se coberturas que, geralmente, assumiam duas ou quatro águas, assegurando a proteção contra intempéries e favorecendo a ventilação, bem como a retenção de calor. Inicialmente cobertas por telha capa e canudo foram, gradualmente, substituídos pela telha marselha, mais duradoura e resistente. Na casa tradicional é, ainda, identificada a presença de uma cisterna para recolha de águas pluviais no rés-do-chão (Ribeiro, 2022, p. 95).

²¹ A técnica do caiado consiste em aplicar, sobre as paredes, um reboco de cal branca que uniformiza a superfície, protege a alvenaria e confere um acabamento característico, associado tanto a funções estéticas como de conservação (Ribeiro, 2022, p. 93).



Fig. 60_ Pequena habitação na aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)



Fig. 61_ Pequena habitação em ruína com acesso ao piso superior por escadas em pedra, aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)



a. Moldura de porta em pedra calcária



b. Moldura de janela em pedra calcária

Fig. 62_ Molduras em pedra calcária de portas e janelas de habitações na aldeia de Jagardo (2025)

A organização interior da habitação engloba uma área de cozinha que, em escassos casos, situava-se no piso inferior, sendo comum a presença de um forno, destinado à cozedura do pão, e de uma lareira [Fig.63], projetando uma chaminé no centro do telhado “[...] no sentido perpendicular ao cume [...]” (Oliveira e Galhano, 1992, p.235, cit. por Ribeiro, 2022, p. 93). A lareira ficava ligeiramente elevada em relação à cota do piso, com bancos laterais, e o forno, localizado num anexo ou no exterior. É, também, frequentemente identificado nestas estruturas habitacionais, a presença de duas cozinhas, uma principal, também utilizada como sala de costura ou de trabalho com propósito de receber visitas, e uma secundária, mais rústica, geralmente com um pavimento em terra batida, madeira ou ladrilho, para as atividades diárias. Tudo isto articulava uma disposição interna funcional segundo a disposição da cozinha como ponto central da convivência familiar, seguindo-se uma sala reservada para ocasiões formais e os quartos ou alcovas simples, apenas com o essencial para o descanso. Estes últimos, geralmente com soalhados e com tetos forrados, situavam-se próximos da cozinha para aproveitar o calor gerado pelo forno. Já a sala principal distinguia-se pela decoração mais elaborada, podendo incluir tetos pintados (Ribeiro, 2022, p. 93 à 97).

Face ao referido, esta lógica doméstica prolongava-se à escala comunitária. As diversas manchas populacionais que ponteiam o território de Sicó integram-se, deste modo, de forma orgânica na paisagem, fruto da construção em pedra que reforça a harmonia entre o edificado e o lugar. Além disso, apesar da reduzida densidade populacional, procurou-se sempre respeitar o sentido de comunidade, através do desenvolvimento de infraestruturas comunitárias como fornos, eiras, lagares, cisternas e poços, essenciais para a vida coletiva. Ainda na estrutura rural, é comum encontrar capelas e igrejas de tonalidade branca [Fig.64], muitas vezes com um adro e, em alguns casos, um alpendre na entrada, assemelhando-se às habitações locais (Ribeiro, 2022, p. 97 e 109).

Em virtude do referido, a arquitetura deve equilibrar tradição e modernidade, preservando o património autêntico e espontâneo que desempenha um papel essencial na identidade cultural e no fortalecimento do espírito comunitário, tão relevante no dia a dia das aldeias. Sabe-se, deste modo, que a inovação é bem-vinda, mas deve afastar-se de propostas desequilibradas, respeitando a escala local e os materiais característicos da região, como a madeira e a pedra. Para que haja uma continuidade de um modo de habitar tão próprio é necessário salvaguardar os valores dos laços comunitários.



Fig. 63_ Zona de lareira destinada a cozedura do pão e de alimentos, na aldeia de Jagardo (2020)



Fig. 64_Capela revestida por cal branca na aldeia de Jagardo, freguesia de Redinha (2025)

II.II.II. Classificação das áreas populacionais de Sicó

As áreas rurais, durante a evolução histórica, estruturavam-se com base em três aspetos dimensões essenciais. Em primeiro lugar, assumiam-se como espaços vocacionados para a produção de alimentos, uma vez que a agricultura representava a principal atividade económica, sendo o pilar da sustentabilidade local. No plano social, destacava-se o papel central da família camponesa, que preservava modos de vida, valores e tradições próprios. Por fim, a paisagem rural refletia o equilíbrio alcançado entre as condições naturais e as atividades humanas que ali se desenvolviam (Ferrão, 2000, p. 46).

Com o tempo, porém, esta definição tornou-se mais complexa, fruto da crescente interdependência entre o rural e o urbano. Face ao pensamento do autor João Ferrão, expresso na sua obra *Relações entre mundo rural e mundo urbano*, entende-se que este conceito atribuído na definição de rural deixou de ser tão linear, com o evoluir dos tempos, começando a interligar-se com as relações ao meio urbano. Neste cenário, verificou-se uma segmentação das zonas rurais com base na sua proximidade não apenas geográfica, mas também funcional e socioeconómica, em relação aos principais centros urbanos. Por conseguinte, levou à classificação de territórios rurais segundo a sua distinção entre centrais, periféricos e marginais, bem como a categoria de rural profundo, segundo o seu nível de desenvolvimento e de conectividade. Tudo isto porque, enquanto as áreas rurais mais próximas das cidades mantêm um certo grau de interdependência, ainda que num contexto desigual, as zonas mais isoladas veem essa ligação esbater-se progressivamente (Ferrão, 2000, p. 47).

Perante o enunciado, a paisagem de Sicó aproxima-se do conceito rural profundo, proveniente do enfraquecimento das suas ligações com os centros urbanos, devido à escassez de recursos e à diminuição da população residente (Bailão, 2022, p. 31). Em resultado do referido, a realidade deste meio rural marcada tanto pelo envelhecimento populacional, como pela ausência de serviços e dinâmicas sociais, impede a renovação do tecido comunitário. Não obstante, verifica-se um impacto direto na arquitetura e no espaço construído das malhas rurais, constituindo uma

urgente necessidade de valorizar o edificado que se apresenta em risco de degradação, em resposta do seu potencial enquanto recurso identitário.

II.II.II.I. Demografia e Empregabilidade

À semelhança do que se constata noutras regiões rurais do país, a paisagem de Sicó tem enfrentado sérios desafios de natureza sociodemográfica, visíveis no despovoamento acentuado no envelhecimento progressivo da população, na desmotivação das comunidades locais e na escassez de investimentos. Ao invés de promover a criação de emprego e incentivar a fixação de habitantes, a fim de colmatar a deprimida situação económica sentida, Sicó caracteriza-se pelo seu acentuado despovoamento, consequência das condições adversas e da escassez de indústria local, originando núcleos rurais enfraquecidos e isolados. Mesmo que se reconheça uma perda populacional a ritmos distintos, verifica-se um contraste entre a abundância de património edificado e a escassez de habitantes que dele cuidam (Ribeiro, 2022, p. 99).

A forte queda populacional iniciada nas décadas de 60 e 70 (Cardoso, 2023, p. 47) marcou, na paisagem de Sicó, o início de um ciclo de êxodo rural para os seus centros urbanos de pequena e média dimensão, como Pombal, Ansião e Condeixa. Estes fatores ilustraram a desigualdade dos investimentos entre o meio rural e o urbano, contribuindo para o empobrecimento das aldeias e a transformação do mundo rural. Este fenómeno, para além de se afirmar quando se analisa o contraste entre o número reduzido de habitantes com as construções existentes, percebe-se, também, que a população local, envelhecida e com baixos níveis de escolaridade, manteve-se sobretudo ligada ao setor primário (Ribeiro, 2022, p. 103).

O envelhecimento demográfico constitui um outro fator determinante, ultrapassando significativamente os índices da região Centro e do país, visto que desde o início da década de 90 (Cavaco, 2008, p. 6) o saldo natural tem sido negativo em todos os municípios (Cavaco, 2008, p. 6). Tudo isto, e em simultâneo com os outros aspetos, impacta diretamente na afirmação da rede comunitária que sustenta os espaços coletivos. Em prol do referido, a transformação demográfica não é apenas um fenómeno numérico, mas representa uma alteração profunda da paisagem e do património, exigindo novas estratégias de valorização e reinterpretação do edificado existente.

II.II.II.II. Serviços Essenciais que servem a população e ajudam no dinamismo de Sicó

Neste momento importa analisar a oferta de serviços essenciais, como a educação, a saúde e o comércio, junto com a sua resposta, de forma geral, às exigências da população. Ainda que não se registre equipamentos públicos de grande relevância nalgumas áreas rurais do maciço, em regra geral certifica-se uma boa resposta de redes de equipamentos de serviços acessíveis nas localidades (Ribeiro, 2022, p. 87).

No campo do ensino, a região é bem representada ao nível do primeiro ciclo e do ensino básico, dado que asseguram as necessidades deste território. Enquanto as escolas secundárias e profissionais, apesar de existirem, estão em menor número, mas garantem um bom suporte à comunidade. A inserção destes equipamentos escolares, ainda que se possa discutir a forma como

estão implementados no território, têm afirmado uma resposta positiva na formação da população. Em contrapartida, pode acentuar o isolamento do espaço rural, pelo facto dos mesmos se encontrarem em centros mais urbanos. No que respeita às instalações de ensino superior, estas localizam-se nos polos distritais mais próximos, como Coimbra, com a Universidade, a Escola Agrária e o Instituto Politécnico, e Leiria, com o Instituto Politécnico, levando, frequentemente, os estudantes universitários destas aldeias a deslocarem-se para estes polos (Ribeiro, 2022, p. 89).

No setor da saúde, a rede de hospitais, centros de saúde, unidades de cuidados continuados e farmácias concentra-se, sobretudo, nos distritos e concelhos, oferecendo assistência a toda a população. Nalgumas localidades menores, existem extensões de saúde que procuram garantir um serviço mais próximo das populações idosas, ainda que, com a grande instabilidade associada às unidades de saúde. Neste contexto, na área da ação social, Sicó dispõe de um número significativo de instituições dedicadas ao apoio à terceira idade, tais como lares e centros de dia, desempenhando um papel essencial na manutenção do tecido comunitário e na ocupação do edificado (Ribeiro, 2022, p. 89).

Em paralelo, a presença de creches, jardins de infância e pequenos estabelecimentos comerciais, muitas vezes sob forma de cafés ou mercearias, contribui para a vitalidade local (Ribeiro, 2022, p. 89). Estes espaços estabelecem-se como pontos de encontro e sociabilidade, reforçando a centralidade comunitária das aldeias. Assim, a sua dimensão arquitetónica, ainda que modesta, projeta-se como suporte da vida coletiva, revelando que o quotidiano destas populações se baseia tanto na proximidade dos serviços, como na qualidade do espaço que os acolhe.

Todavia, a presença de serviços essenciais ainda operantes e de uma rede comunitária ativa demonstra que existem bases para reverter este quadro de baixa densidade. Diante deste cenário, atribui-se grande relevância à ação social e associativa, cuja intervenção é crucial para reforçar a coesão territorial e criar oportunidades de desenvolvimento cultural e social nos tecidos rurais.

II.II.III. Ação social para a promoção do reconhecimento

Num território fragilizado pela perda populacional e pela escassez de oportunidades é crucial fomentar uma coesão social e territorial que contribua para a melhoria de condições de vida, impulse a fixação populacional e conceba o desenvolvimento social, cultural e económico sustentável. Neste contexto, a ação associativa desempenha um papel estruturante, funcionando como motor de dinamização regional e de valorização patrimonial, centrando-se nas características distintas da paisagem de Sicó.

A criação da Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ), em 1988 (Cunha, 2003, p. 11), conhecida como uma das associações pioneiras de municípios do país, marcou o início de um esforço intermunicipal para inverter a tendência de despovoamento e estimular estratégias de desenvolvimento local. A par dos seus primeiros estudos direcionados para os seus produtos identitários, como o queijo do Rabaçal, os vinhos e o mel da região, realizados em parceria com a

Escola Superior Agrária de Coimbra e a Direção Regional de Agricultura, instala-se, em 1992 (Cavaco, 2008, p. 11), o programa europeu Ligação entre Ações de Desenvolvimento Rural (LEADER)²² como componente financeira (Cavaco, 2008, p. 11). Ao financiar os projetos centrados no turismo rural, na recuperação patrimonial e na criação de infraestruturas, geraram-se impactos duradouros na paisagem e na identidade local.

Posteriormente, em 1995, a ADSICÓ evoluiu para Terras de Sicó, uma associação privada sem fins lucrativos que passou a atuar na promoção do desenvolvimento regional, abrangendo as áreas dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure (Cavaco, 2008, p. 11). As suas atividades incluem a realização de estudos sobre a região, o apoio a iniciativas locais, a promoção de debates sobre desenvolvimento territorial e a implementação de projetos de formação profissional. Além disso, a associação procura valorizar o património cultural e ambiental, bem como os produtos endógenos, estabelecendo colaborações com outras organizações comunitárias dedicadas à preservação das tradições locais. Assim, entre as iniciativas de maior impacto, reconhece-se a participação desta entidade no Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER 2007-2013), trabalhando em cooperação com mais de 35 instituições representativas dos setores económicos, culturais e recreativos da região, com foco na valorização dos produtos locais, na diversidade económica e na cooperação territorial e transnacional (Bailão, 2022, pp. 69 à 71).

Este processo conduziu, igualmente, à certificação de produtos endógenos do território, levando a autora Cristina Cavaco a afirmar que a “[...] criação de uma imagem que passa em primeira instância por um trabalho de preservação e valorização dos produtos locais tradicionais. Organiza-se a produção, nascem agrupamentos de produtores e, finalmente, obtém-se a tão desejada certificação Denominação de Origem Protegida (DOP)²³ e Indicação Geográfica Protegida (IGP) de produtos como o queijo do Rabaçal, os vinhos, o mel e o azeite [...]” (2008, p. 11).

Além do trabalho anunciado pela Associação Terras de Sicó, existem outras entidades que têm contribuído para a dinamização regional, promovendo diferentes vertentes que valorizem o património e a paisagem presente em Sicó. Primeiramente, destaca-se a Liga de Amigos de Conímbriga (LAC), criada em 1992 e sediada no núcleo museológico de Conímbriga, que atua em áreas como formação, animação cultural e turismo, criação de emprego e difusão do

²² O programa criado em 1991 para impulsionar o desenvolvimento rural através de uma abordagem descentralizada, baseada na participação das comunidades e na valorização dos seus recursos, assente em sete princípios essenciais. Financiado pelos Fundos Estruturais Europeus, evoluiu segundo três fases (LEADER I, II e +), sendo integrado nos programas nacionais e regionais a partir de 2007, sob o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER). No período 2014-2020, passou a designar-se Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), com os fundos praticamente direcionados para os setores agrícola, agroalimentar e florestal. Disponível em <http://leader2020.minhaterra.pt/leader-pdr2020.T223.php>

²³ Trata-se de uma certificação atribuída a produtos cuja qualidade e características estão diretamente ligadas ao seu local de origem, considerando tanto fatores naturais, como o clima e o solo, quanto fatores humanos, como técnicas tradicionais de produção. Além disso, estes produtos contam todas as fases da produção na área geográfica delimitada. Disponível em <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/produutos-por-regime-de-qualidade/dop-denominacao-de-origem-prottegida>

conhecimento, através de parcerias editoriais, como a “Âncora e Areal e com a IGI Global” (Gouveia, 2021, p. 102). Destaca-se a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (ADCMMM) que se concentra na valorização da linha defensiva do território (Gouveia, 2021, p. 105).

Paralelamente, identifica-se outras associações, como a Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais do Concelho de Ansião (ADILCAN) e a Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal (ADILPOM), com uma política que promove o território em questão, tendo por base os produtos locais. Ainda com propósito semelhante, destaca-se a Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere (ADECA), com o intuito de atuar na valorização do turismo e da cultura do seu território. Por fim, no território de Penela, destaca-se o núcleo Smartes – Casa das Indústrias Criativas que, por sua vez, fomenta novas iniciativas empresariais no território (Gouveia, 2021, p. 104).

No setor produtivo identifica-se as associações como a Adepombal, Vinisicó, Olivisicó, Flopen, Sicógest e Sicolmeia que desempenham um papel essencial na organização e comercialização dos produtos endógenos, com iniciativas que convergem no objetivo comum de melhorar as condições de vida das comunidades locais, promovendo um desenvolvimento sustentável e incentivando a coesão social no território de Sicó (Gouveia, 2021, p. 106). A identidade de Sicó reflete-se, então, nas suas tradições e produtos autênticos, como a agricultura de sequeiro, a pastorícia e a extração de pedra. De muitos produtos endógenos destacam-se o queijo Rabaçal [Fig.65], o mel [Fig.66], o chicharo [Fig.67], o azeite [Fig.68], onde a maioria detém do certificado de DOP (Bailão, 2022, p.67). Como salienta Cristina Cavaco (2008), além de representarem a marca da região, estes produtos contribuem significativamente para a sua competitividade, impulsionando outras atividades como o turismo e o comércio, e influenciando positivamente a qualidade de vida da população (Cavaco, 2008, p. 7). Neste enquadramento, a valorização destes recursos deve ser entendida como parte integrante de uma estratégia que salvaguarda a leitura do tecido rural, criado através da paisagem, da arquitetura e das práticas culturais.

De reforçar ainda a forte presença do associativismo em Sicó, com a existência de 457 associações distribuídas pelos seis concelhos, predominantemente de caráter social, cultural, recreativo e desportivo, além de outras ligadas à música, estudos e núcleos comunitários. Estas entidades desempenham um papel fundamental na dinamização do território e no sucesso das iniciativas da Associação Terras de Sicó (Bailão, 2022, p. 69). Neste contexto, a diversidade de associações demonstra que, mesmo num cenário de grande fragilidade, reconhece-se uma grande aposta no desenvolvimento de corporações que apoiam diversos domínios e, como tal desempenham motores de regeneração territorial. Assim, o impacto do associativismo transcende a esfera social e produtiva, projetando-se na arquitetura e no desenho do território, onde a preservação da memória se alia à inovação como uma estratégia de continuidade cultural.



Fig. 65_ Queijo do Rabaçal, produzido em Sico, fotografia do site Rota do queijo do Rabaçal (2017)



Fig.66_ Mel produzido nas terras de Sico, fotografia do site Villa Sico (s.d.)



Fig.67_ Produção de Chicharo em Alvaiázere, fotografia do site Revista Comunidades (2029)



Fig. 68_ Azeite Galgas, produzido em Ansião, fotografia do site Azeite Galgas (s.d.)

II.II.III.I. Rotas Turísticas

Fruto da dinamização associativa e do reconhecimento dos recursos endógenos, o território de Sicó diversificou as suas atividades em torno da promoção do turismo e da natureza. Tanto pela introdução do agroturismo, que aproveita imóveis inseridos nas explorações agrícolas para proporcionar ao visitante a experiência direta das práticas do campo, permitindo-lhe participar em atividades quotidianas. Como pela promoção do turismo de natureza que abrange programas de desportos radicais, nomeadamente o Bicicleta de Todo-o-Terreno (BTT), o parapente, o pedestrianismo [Fig.69], o *trail*, a espeleologia e a escalada [Fig.70]. Para além da promoção destas atividades procura-se sensibilizar para uma apropriação sensível ao território, incentivando a preservação dos seus recursos (Ribeiro, 2022, p. 109).

Adicionalmente, salienta-se, como um dos projetos estruturantes neste âmbito, a rota pedestre conhecida por Grande Rota 26 (GR26) [Fig.71] oriunda da iniciativa da Associação Terras de Sicó, que conecta os seis municípios de Sicó. Proveniente de um percurso já original, com a configuração linear, esta rota desenvolve-se na paisagem de modo circular, com uma extensão aproximadamente de 200 quilómetros. Neste sentido, é constituída por nove percursos pedestres de Pequena Rota (PR), assumindo distâncias entre os 20 e os 30 quilómetros e segundo temáticas próprias. O primeiro percurso é, então, conhecido como PR 1, assumindo a Rota do Paleolítico, que liga Pombal à Redinha [Fig.62], e, seguidamente, a PR 2, que se formaliza entre Redinha e Degraças, nomeada de Rota da Erva-de-Santa-Maria. Já o percurso PR 3, anunciado como a Rota de Lapiás, alberga o trajeto de Degraças e Condeixa, seguindo-se do PR 4, que dispõem do caminho de Condeixa ao Rabaçal, afirmando a Rota do Vinho Terras de Sicó. A rota PR 5, conhecida como Rota da Talismã, liga Penela a Taliscas, prosseguindo-se a PR 6, denominada por Rota do Queijo Rabaçal, cruzando o caminho de Taliscas a Ansião. Por fim, a rota PR 7, conhecida como Rota do Carvalho-Cerquinho, une o caminho de Ansião a Pousaflores, seguindo-se a rota PR 8, Rota do Azeite, que liga Pousaflores a Almoester, e, por último, a PR 9, denominada por Rota da Tauromaquia, procedente de Almoester ao Vale (Cavaco, 2008, p. 12).

A criação desta GR26 surge, assim, como resposta ao elevado potencial turístico da região e à necessidade de fomentar atividades recreativas e desportivas em harmonia com a preservação ambiental. Inserida na Rede Natura 2000, esta iniciativa valoriza o património natural, e em simultâneo, recupera trilhos ancestrais, contribuindo para a identidade local e para o orgulho das comunidades. Além disso, incentiva a educação ambiental e promove o ecoturismo, enquadrando-se numa estratégia de desenvolvimento rural sustentável (Cavaco, 2008, p. 12).

Em nota final, compreender a identidade rural do maciço de Sicó implicou reconhecer que a memória coletiva, nos hábitos enraizados e nas práticas espaciais, não só moldou o território, mas, também, a continuidade da comunidade. A compreensão da paisagem ultrapassa a dimensão física, assumindo-se como expressão cultural e social que se encontra na arquitetura vernacular, nos espaços partilhados e nas estruturas da relação do quotidiano. Tudo isto reúne a base para analisar os espaços comunitários, onde se projetam, de forma concreta, as dinâmicas identitárias analisadas. Portanto, será na articulação entre a memória, o espaço construído e a vivência coletiva que fundamenta a reflexão do último capítulo, especificando o estudo de duas aldeias.



Fig. 69_Caminhadas em grupo, trilho do Poio Velho, freguesia de Redinha (2023)

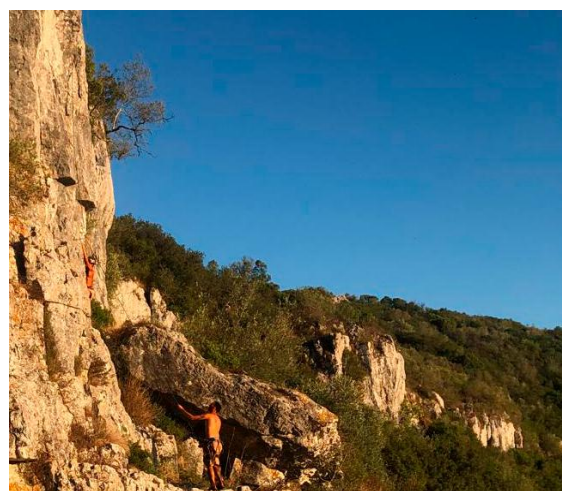


Fig. 70_Escalada na encosta da N. Sra. da Estrela, freguesia de Redinha, Gabriela Gomes (2025)



Fig. 71_ Grande Rota 26, ponto de informação, fotografia de Miguel Eloi (2023)

Fig.72_ Mapeamento da freguesia de Redinha, identificação das aldeias em estudo



III. Espaços de comunidade com valor identitário

Nesta investigação final procura-se detalhar o estudo do tecido rural de duas aldeias da freguesia de Redinha, com o intuito de fundamentar a sua relevância na construção de um modelo de intervenção que respeita, acima de tudo, a identidade própria e valorize as dinâmicas territoriais. Desta forma, atenta-se às premissas que sustentam a resiliência das comunidades rurais, compreendendo que a paisagem e os espaços sociais são elementos dinâmicos que traduzem a relação contínua do ser humano ao seu meio. Tudo isto reflete-se na identificação do património cultural e social que, durante vários anos, foi moldado por fatores ambientais, históricos e políticos.

Numa primeira instância, torna-se necessário analisar a leitura do território da freguesia de Redinha, percebendo que esta deteve várias camadas históricas que refletiram tensões quer por períodos de centralidade, quer por fases de declínio demográfico. Este cenário de oscilações originou uma influência direta nas estruturas rurais que compõem a freguesia, nomeadamente as aldeias de Ezeiras e de Poios. Neste sentido, as análises destas duas estruturas permitem compreender os processos sociais que revelaram grande resiliência por parte da comunidade, bem como identificar os desafios colocados pelo gradual despovoamento e, por conseguinte, pela degradação do património edificado.

Perante estes desafios, desdobra-se a análise em dois subcapítulos onde, num primeiro momento procede-se à comparação da paisagem de duas aldeias e, numa segunda fase, aprofunda-se a importância de espaços de comunidade enquanto polos de sociabilidade que estabelecem a vida coletiva destes meios rurais. O primeiro subcapítulo é, deste modo, intitulado de *Tecido rural de duas aldeias*, onde a vulnerabilidade extraída do tecido da aldeia de Ezeira contrasta com as dinâmicas de promoção turística e de investimento comunitário do meio rural de Poios. Não obstante, perceber-se-á que ambas as estruturas rurais são selecionadas, diante das restantes, pela presença de elementos do património de Sicó, já mencionados anteriormente. Nesta sequência, no segundo momento, denominado de *Valorização territorial pelos espaços comunitários*, atende à necessidade de recolher o testemunho da comunidade local, através de uma metodologia híbrida que atenta nas diferenças geracionais. As reflexões recolhidas revelam dois pontos de vista que assentam numa tensão entre a permanência e a mudança.

A abordagem que aqui se propõem decorre da análise das condições ambientais e históricas que moldaram a paisagem de Sicó, para depois compreender a arquitetura vernacular enquanto reflexo material dessa relação entre território e comunidade. Dizer que o estudo das aldeias de Ezeiras e Poios constitui a aplicação concreta desse enquadramento, permitindo não só aprofundar a leitura do tecido rural, mas também oferecer premissas para um modelo de ação que, ancorado no património identitário, possa orientar a regeneração das aldeias em contexto de fragilidade demográfica e social.

III.I. Tecido rural de duas aldeias

Em consonância com os conhecimentos adquiridos ao longo desta investigação torna-se evidente sublinhar a necessidade de analisar o meio rural a partir das suas especificidades. Qualquer proposta de intervenção em meios rurais pressupõe uma leitura territorial e social que vai além da observação imediata da estrutura construída, permitindo compreender as camadas históricas, culturais e construtivas que moldam o contexto geral. Esta leitura constitui, então, o primeiro passo para garantir que as estratégias de reativação preservem os seus valores identitários que sustentam a vida comunitária e moldam a paisagem rural.

Diante do referido, a análise que se segue das aldeias de Ereiras e Poios deve ser antecedida pela contextualização da freguesia de Redinha, entendida como o quadro territorial que organiza e condiciona a vida das suas comunidades. Ao situar as aldeias no contexto mais amplo da freguesia é possível perceber não apenas a lógica do assentamento humano e a distribuição dos recursos da paisagem, mas também os fatores históricos, sociais e ambientais que influenciam o desenvolvimento local.

Em virtude do exposto, percebe-se o olhar do arquiteto sobre as duas aldeias, percebendo que além do seu exercício de descrição formal do edificado ou da paisagem, ele deve ser capaz de se articular com a interpretação das relações entre espaço e comunidade. Só assim será possível identificar as fragilidades sociais e estruturais, com vista ao reconhecimento de oportunidades para a valorização territorial de um lugar. Além deste processo, é-lhe exigido uma certa sensibilidade para que consiga perceber as potencialidades locais com criatividade, propondo soluções que respeitam, simultaneamente, a identidade do lugar e as práticas sustentáveis.

Em última instância, a abordagem comparativa das duas aldeias permitirá refletir sobre possíveis estratégias de intervenção adaptáveis a contextos rurais semelhantes. Tudo isto denuncia a urgência de reativar a identidade própria de cada lugar, valorizando os espaços comunitários para além de integrar o conhecimento e o testemunho da população local, acreditando que só assim é possível captar com maior precisão as necessidades e os valores da comunidade.

III.I.I. Enquadramento da freguesia de Redinha

A freguesia de Redinha, pertencente ao município de Pombal [Fig.73], assume-se a nordeste no distrito de Leiria, circunscrita numa área territorial com cerca de 42 km², na confluência dos concelhos de Soure e de Ansião. Fruto de um processo evolutivo, ainda que por via de registos orais, regista-se uma possível evolução do topónimo da freguesia. Embora careça de confirmação por meio de fontes oficiais, a evolução etimológica de “Roda”, seguindo-se “Rodinha” até à sua atual denominação de “Redinha”, revela a continuidade de práticas e narrativas que atravessam séculos de ocupação humana nesta área geográfica.

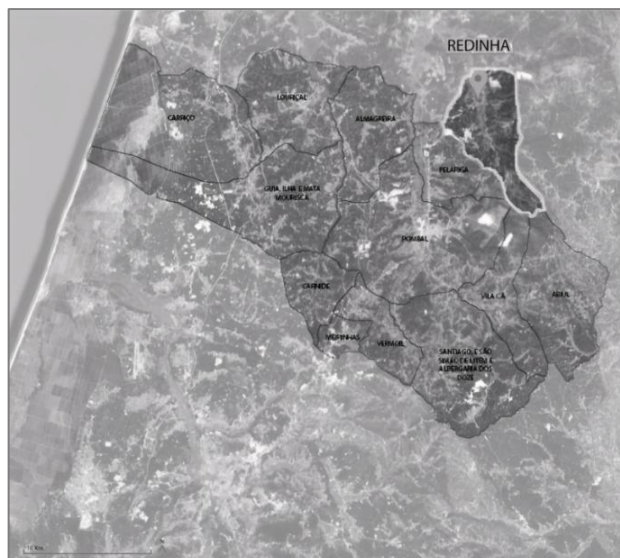


Fig. 73_ Mapeamento geográfico das freguesias que compõem o município de Pombal

No que respeita a sua trajetória histórica, a freguesia afirma-se com algumas oscilações, acima de tudo, provocadas pelos sucessivos ciclos de ocupação, de reorganização administrativa e de valorização patrimonial. A sua origem remota ao período da romanização, como indicam os vestígios arqueológicos, destacando-se a ponte romana da aldeia [Fig.74], que sugere, ainda que sem provas concretas, uma possível antiga cidade romana. Assim, a longa ocupação humana refletiu-se de forma direta na configuração da sua malha territorial, moldada por núcleos habitacionais resilientes. Tudo isto consolidou uma paisagem de identidade singular que se afirma pela capacidade de se adaptar às condições geográficas anteriormente referidas.

Do ponto de vista administrativo, esta freguesia assumiu desde cedo um papel central, com a atribuição do seu primeiro foral em 1159 (Freguesia de Redinha, 2024) por parte do mestre da Ordem dos Templários D. Gualdim Pais²⁴. Da mesma forma, a sede de freguesia, conhecida hoje como uma aldeia, desempenhou, entre 1159 e 1842 (Freguesia de Redinha, 2024), um papel central na administração territorial, uma vez que para além de ser considerada uma vila, era a sede do concelho. Nesta altura, apesar de assumir somente duas freguesias, a de Redinha e de Tapéus, apresentava num total de 1848 habitantes, no ano de 1801 (Rosa, s.d.). Mais tarde, seguiu-se a aprovação de novo foral por D. Manuel I²⁵, rei de Portugal, a 16 de maio de 1513 (Rosa, s.d.),

²⁴ Gualdim Pais (1118-1195) foi nomeado mestre da Ordem do Templo no ano de 1157, mantendo-se nesse cargo até 1195. Durante o seu magistério reforçou substancialmente a presença da Ordem do Templo em Portugal, promovendo a construção de castelos estratégicos como os de Pombal (1156) e de Tomar (1160). Paralelamente destacou-se na administração territorial ao conceder forais que incentivaram o povoamento e consolidaram o controlo templário. Disponível em <https://www.cm-pombal.pt/visitar/o-que-visitatar/percursos-e-rotas/rotas/roteiro-das-figuras-com-historia/gualdim-pais#faq-o>

²⁵ D. Manuel I (1469-1521), rei de Portugal durante o período renascentista, expandiu o império ultramarino a nível global e acompanhou a política europeia, destacando-se pelo seu espírito jovem e gosto pelas artes, arquitetura e reformas urbanísticas. Disponível em https://www.nationalgeographic.pt/historia/domanuel-i-chronica-um-reinado-inesquecivel_2448

que marcou o início de um período de crescimento e dinamismo local. Durante estes anos, Redinha dispunha de infraestruturas essenciais ao funcionamento do concelho, apresentando, nomeadamente, um edifício camarário, uma cadeia e um pelourinho assente num escadório poligonal de cinco degraus [Fig.75], este último ainda presente no território e indicador do estatuto da época.

No entanto, com a chegada das Invasões Francesas [Fig.76], referentes ao ano de 1811 (Rosa, s.d.), registou-se um abalo significativo na estabilidade político-administrativa pelo abandono destas estruturas. Em consequência destes conflitos referentes à época napoleónica, a administração local deslocou-se para a vila de Pombal, ditando o fim da sua autonomia em 1842 (Rosa, s.d.). Ainda que, posteriormente, a freguesia tenha sido entregue ao concelho de Soure, em 1895 (Rosa, s.d.), esta regressou definitivamente ao município de Pombal no ano 1898 (Rosa, s.d.), na sequência da vontade expressa pela população. Mais do que estas mudanças administrativas, revelou-se um percurso marcado pela persistência de uma identidade territorial consolidada ao longo dos tempos.

A paisagem trazida do passado afirma uma leitura, que chega aos dias atuais, constituída por 50 aldeias, distribuídas de forma a integrar uma malha rural densa, alternada por zonas serranas, florestais e agrícolas. Esta diversidade assume uma continuidade evolutiva da ocupação, em que a estrutura do território reflete as adaptações às condições naturais e às dinâmicas locais. De acordo com os dados obtidos nos censos de 2021, publicados no Instituto Nacional de Estatística (INE), a população da freguesia ascende os 1869 habitantes, nos quais se regista um maior número de residentes na faixa etária compreendida entre os 25 aos 64 anos, com um total de 887. Em acréscimo, os censos de 2021 anunciam uma estrutura económica direcionada para o setor terciário, sendo esta a principal fonte de emprego local, quer isto dizer que, dos 760 indivíduos com atividade profissional registada, apenas 449 exercem funções no setor dos serviços, correspondendo a, aproximadamente, 59% da população ativa. Contudo, importa sublinhar que esta predominância revela uma atividade fora dos seus limites territoriais, nomeadamente em centros urbanos próximos, sublinhando a dependência externa e os desafios inerentes à dinamização económica interna da freguesia. Esta realidade exige a implementação de políticas que reforcem a atratividade económica e social da freguesia, promovendo a fixação de população e a dinamização do tecido produtivo local.

Por conseguinte, Redinha encontra-se bem servida em termos de acessibilidades, devido à proximidade a importantes vias rodoviárias e ferroviárias, garantindo uma acessibilidade eficiente. Com boas redes viárias destaca-se o itinerário complementar (IC)2 e a A1 que atravessam o território da freguesia e, ainda, a IC8 e IC1, situadas nas proximidades, permitindo, assim, uma deslocação facilitada. Estes fatores asseguram uma deslocação a grandes centros urbanos como Coimbra, Figueira da Foz e Leiria e, numa escala menor, aceder aos principais municípios que compõem o maciço de Sicó. Além disso, a presença da linha ferroviária do Norte, com estações e apeadeiros em Pombal e Soure, reforça a conectividade da região ao restante território nacional.



Fig. 74_ Ponte romana de Redinha sobre o rio de Anços, na perspetiva frontal da rua da Lâmpada, pertencente ao município de Pombal, fotografia de Jorge Bastos (s.d.)



Fig. 75_ Pelourinho assente no fuste de secção octogonal rematado com uma cruz de Cristo, em Redinha (2025)



Fig. 76_ Encenação histórica anual e caricata das invasões francesas no território de Redinha (2025)

Apesar destas condições de acessibilidade, a freguesia tem registado um decréscimo demográfico fruto, em grande parte, do encerramento de infraestruturas sociais educativas, descaracterizando a dinâmica territorial e comprometendo a fixação da população. Atualmente, ainda que subsista uma rede escolar que assegura o ensino primário, a oferta educativa tornou-se significativamente reduzida com o encerramento de centros que, anteriormente, abrangiam os restantes níveis de ensino obrigatório. Ainda assim, é possível identificar neste território alguns serviços, nomeadamente, de prestação de cuidados de saúde, como um posto de farmácia e de um centro de saúde. Este território assume, também, a sede de junta de freguesia, serviços de correios e uma agência bancária, Caixa Agrícola. A nível comercial soma-se a presença de estabelecimentos de vendas de produtos, como minimercados, cafés, lojas de utensílios, produtos para animais e floristas, os quais asseguram, ainda que de modo limitado, alguma oferta local. O território mantém, neste sentido, uma forte coesão sociocultural, evidenciada pelos laços de solidariedade entre vizinhos e pela transmissão geracional de saberes, reforçada pelo património arquitetónico e religioso, marcado pela presença de igrejas [Fig.77] e capelas.

Em complementaridade, a leitura da paisagem rural da freguesia é enaltecida por uma rica oferta natural obtida pelas encostas das serras do maciço de Sicó. Toda esta lógica adaptada à topografia e aos recursos híbridos contribuiu para a configuração de uma malha territorial organizada segundo três níveis diferenciados. Numa primeira zona, onde se regista encostas mais íngremes, preserva-se as suas características naturais, servindo de palco diversas grutas e percursos pedestres. Numa segunda área seguem-se zonas habitacionais ligeiramente mais planas, exibindo um padrão edificado compacto, com construções de dimensões reduzidas organizadas, maioritariamente, por dois pisos. Por fim, a ocupação dispersa ao longo do decurso de água proveniente da nascente do rio Anços, afluente do rio Arunca, que atravessa a grande maioria das aldeias que compõem a freguesia, facultando a disponibilidade deste recurso ao longo de todo o ano.

Durante muitos anos, o rio Anços desempenhou um papel central nas práticas agrícolas locais, tendo sido ladeado por diversos moinhos [Fig.78] que ajudavam nas tarefas agrícolas, podendo, ainda hoje, observar-se alguns desses vestígios no território. Esta proximidade à linha de água favoreceu a formação de extensas manchas agrícolas [Fig.79], pontuadas por pequenos anexos em pedra e habitações isoladas. Estas áreas produtivas ainda marcam a paisagem, mesmo com pouca expressão, revelando uma identidade própria de uma população que soube aproveitar e ainda aproveita tudo que a paisagem oferece.



Fig. 77_ Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Redinha, fotografia do município de Pombal (s.d.)



Fig. 78_ Antigo moinho de água, nascente da aldeia de Estrada de Anços (2025)

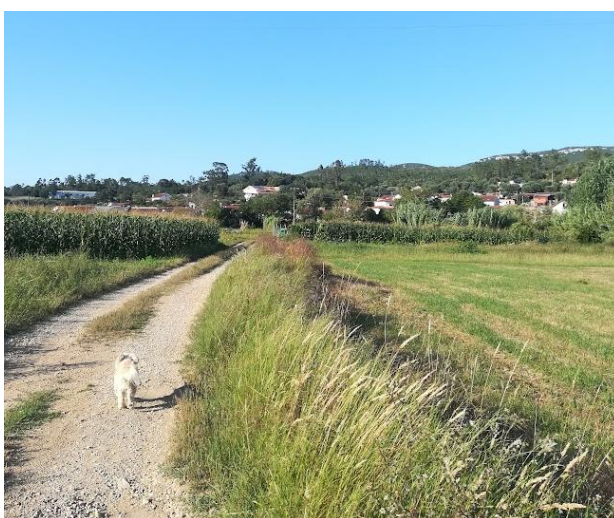


Fig. 79_ Campos agrícolas junto da linha de água do rio de Anços (2024)

III.I.I.I. Seleção e justificação das duas aldeias em estudo

Face à estrutura rural das aldeias que compõem a freguesia de Redinha, salientam-se as aldeias de Ereiras e de Poios, pelo facto de concentrarem o maior número de exemplares de elementos identitários característicos da paisagem serrana de Sicó. Como se poderá observar, a estrutura rural de Ereiras revela sobretudo a presença de muros de pedra solta [Fig.80], que evidenciam uma relação muito marcante com a prática agrícola. Enquanto a aldeia de Poios distingue-se pelo seu enquadramento natural, marcado por escarpas e cavidades cársticas que moldam uma organização rural própria [Fig.81].

Contrariamente às restantes estruturas rurais que compõem a freguesia, estas duas aldeias preservam ainda marcas culturais e paisagísticas muito tradicionalistas que permitem compreender tanto a herança rural de Sicó, como os principais desafios da sua preservação. Estas particularidades tornam ambas as aldeias exemplos privilegiados na compreensão da resiliência e adaptação das populações às condicionantes físicas e produtivas da região. Em virtude do referido, a escolha destas aldeias assenta na importância de atender a uma valorização da herança cultural de Sicó que, por sistemáticos períodos de instabilidade, encontra-se ameaçada e em risco de ser esquecida. Os tecidos rurais de Ereiras e Poios afirmam-se, então, como exemplos fundamentais na reflexão sobre a relação entre a identidade a conservar e o futuro das paisagens rurais.



Fig. 80_ Muro de pedra solta, na aldeia de Ereiras, (2025)



Fig. 81_ Paisagem serrana da perspetiva da aldeia de Poios (2025)

III.I.II. Paisagem rural de Ereiras - Contextualização territorial

A aldeia de Ereiras [Fig.82], estruturada numa parte serrana de Sicó, insere-se perto da localidade de Cova do Vale da Fonte, pertencente à freguesia de Pombal, e da aldeia Melriça, que diz respeito à freguesia de Santiago da Guarda. Apesar de se afirmar como marco identitário da freguesia, esta aldeia encontra-se, hoje, em esquecimento mediante o contínuo abandono reforçado pelo sistemático decréscimo populacional e pela acentuada comunidade envelhecida. Segundo a informação disponibilizada no site do INE, a aldeia assume, nos censos de 2011, 108 habitantes, sendo estes maioritariamente idosos, afirmando uma realidade com tendência para uma queda populacional acentuada. Para além do referido, a proximidade aos eixos viários apresentados anteriormente, não tem contribuído para reverter este cenário, evidenciando que a acessibilidade por si só, não assegura a fixação da população jovem nem a vitalidade comunitária.

Todavia, assumem-se dinâmicas locais que reforçam a coesão social, nomeadamente, pela existência de uma associação de moradores, conhecida como Associação Cultural e Recreativa de Ereiras (A.C.R.E.) [Fig.82], inserida no eixo principal. Enquanto polo principal de encontros [Fig.83] da comunidade, esta recebe a população todos os domingos à tarde e durante as épocas festivas, geralmente no início de agosto, em homenagem à N^a Sra. da Saúde. Além das atividades semanais que reúnem a população para momentos de convívio e partilha social, esta associação, promove eventos anuais, na estação da primavera, direcionados para percursos serranos que convidam a população a conhecer mais o património natural presente em Sicó. Para um maior alcance da comunidade das aldeias em redor, os eventos são anunciados através das redes sociais e da distribuição de prospectos pelas localidades vizinhas. Neste sentido, a associação facilita a convivência e aderência dos restantes habitantes.

Em consonância com a presença deste espaço comunitário, identifica-se a Capela de Ereiras [Fig.82], também situada no eixo viário principal, que permite acolher a população para a prática religiosa, somente em momento indicados, completando o eixo comunitário da aldeia. À semelhança do que se verifica nas localidades que compõem o maciço de Sicó, esta capela projeta-se segundo uma planta quadrangular, onde no seu interior reconhece-se apenas uma nave principal que serve de palco a momentos religiosos registados, essencialmente, nos eventos festivos e comemorativos. Por deter um aspeto singelo, as fachadas são preenchidas por tinta branca e revelam poucos e pequenos vazamentos, destacando-se apenas a presença do campanário que abriga o sino [Fig.84].

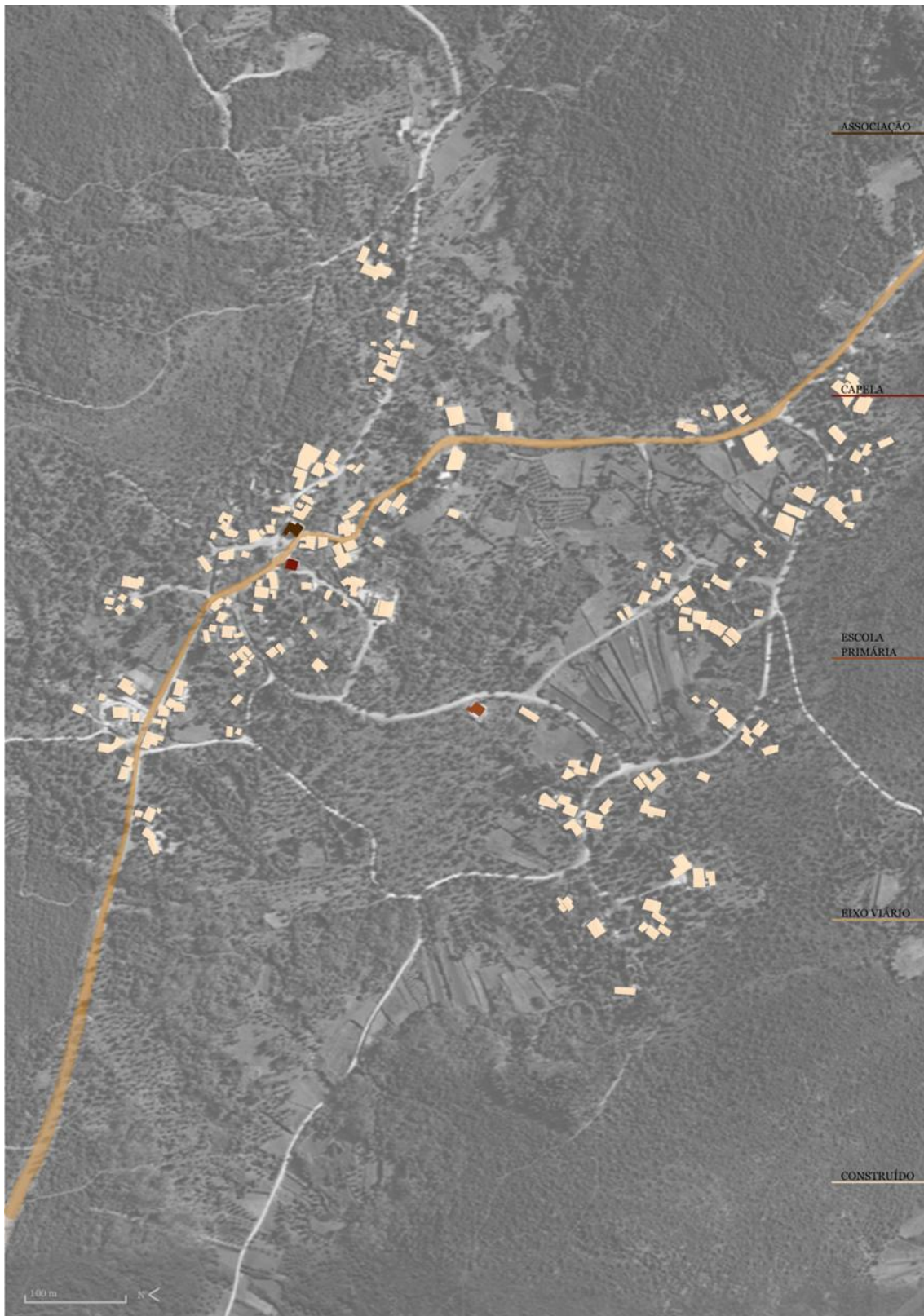


Fig. 82_ Mapeamento da aldeia de Ereiras, identificação dos elementos de cariz coletivo



Fig. 83_ Associação Cultural e Recreativa de Ereiras (A.C.R.E.) (2025)



Fig. 84_ Capela de Ereiras (2025)

A aldeia é, igualmente, suportada por uma estrutura escolar [Fig.82], que admite, também, características arquitetónicas semelhantes às restantes localidades de Sicó. As suas fachadas são preenchidas pela tonalidade de branco, onde a principal é vazada, segundo três aberturas, para salvaguardar a passagem de luz no interior do edificado [Fig.85]. Apesar de se encontrar inativa das suas funções como escola primária, é um espaço que foi adaptado às atividades do Grupo de Proteção Sicó (GPS)²⁶, desde 2014. Atualmente, é conhecida como Escolabrigo, englobando áreas

²⁶ Conhecida como uma organização não-governamental do ambiente, foi fundada em 1997, composta por um grupo de dez jovens entusiastas da espeleologia com o intuito de criar uma entidade dedicada à prática e promoção desta atividade na região de Pombal. Neste sentido, estabeleceu-se a missão de investigar e conservar as grutas e formações cársticas do Maciço Calcário Condeixa–Sicó–Alvaiázere. Atualmente, o GPS integra 85 membros, sendo que cerca de 25% estão ativos na prática de espeleologia e certificados pela Federação Portuguesa de Espeleologia (FPE). Até ao momento, o percurso do GPS tem sido marcado por importantes contribuições para o conhecimento do território cárstico nacional, incluindo a identificação de novas cavidades com valor espeleológico e arqueológico. Além disso têm promovido formações de espeleologia certificadas pela FPE, tanto de iniciação como de aprofundamento, e têm desempenhado um papel ativo na denúncia pública de situações de degradação ambiental neste maciço, recorrendo-se da comunicação social para sensibilizar a sociedade civil. Disponível em <https://www.gps-sico.org/>

de camaratas, zona de preparação de refeições, sanitários com cabines de higienização e um espaço de multiusos, na antiga sala de aula. A intervenção no edificado assumiu, desta forma, uma recuperação do espaço que se encontrava degradado e uma ampliação para salvaguardar as funções referidas, no entanto foi preservado a fachada original e alguns elementos, como o quadro de ardósia que tanto marca a antiga estrutura. Esta informação foi avançada pelo Jornal de Pombal, em 2016, onde o presidente do GPS, Hugo Neves, afirma, com grande entusiasmo, que a implementação deste espaço apresenta um impacto positivo quer para a aldeia, quer para a paisagem natural, sensibilizando a população local para o património natural cada vez mais ameaçado (Jornal de Pombal, 2016). Este processo reflete uma lógica de reutilização adaptativa, embora não tenha resultado, de forma direta, na escala sistemática da arquitetura vernacular da aldeia.

A leitura do tecido habitacional desta aldeia confirma a predominância da arquitetura vernacular serrana reforçada pela aplicação dos materiais locais, sem que se registe um autor principal, com a ajuda, maioritariamente, da cooperação da população, obedecendo somente às exigências a que vai ser sujeita e à sua proteção das intempéries. Tudo isto revela a simplicidade na escolha dos materiais, optando por preencher as fachadas com pedra calcária, marcante da região, e revestindo a cobertura com telha de canudo [Fig.86], geralmente disposta em duas águas. Em muitos casos é reconhecido um sistema de alvenaria que assume uma espessura significativa, com cerca de meio metro, dado que era comum aplicar um revestimento em cal, quer no interior como no exterior [Fig.87]. No que respeita à sua configuração, as habitações detinham dois tipos de planta, umas desenvolvidas quadrangularmente e outras de forma retangular, definindo a tipologia dominante.

Para além das habitações, muitas vezes as propriedades apresentavam anexos unidos ou, por vezes, separados, onde eram contruídos com menos acabamentos, visualizando apenas a pedra nua unida por argamassa. Estes anexos serviam, na sua maioria, de armazém aos utensílios agrícolas e de reservatórios de alimento para os animais ou produtos alimentares para consumo dos próprios proprietários. Quando pensados para assumir a conserva dos cereais, estes assumiam ao seu entorno uma eira [Fig.88] que ajudava nas funções agrícolas. Estas eiras [Fig.89], ainda que pouco expressivas atualmente na leitura do território, possuem uma marca muito própria na paisagem da serra de Sicó, como anteriormente referido. Neste sentido, a sua preservação deve deter grande relevância a fim de ser afirmada no seu território, para que sejam mantidas as suas características e os seus materiais iniciais, constituindo uma das marcas frágeis da memória produtiva de Sicó.



Fig. 85_ Antiga escola primária, aldeia de Ereiras (2025)



Fig. 86_ Telhas canudo em habitação abandonada, aldeia de Ereiras (2025)



Fig. 87_ Habitação abandonada com paredes Exteriores, revestidas por cal, aldeia de Ereiras (2025)



Fig. 88_ Eira privada que outrora servia de secagem de cereais, aldeia de Ereiras (2025)

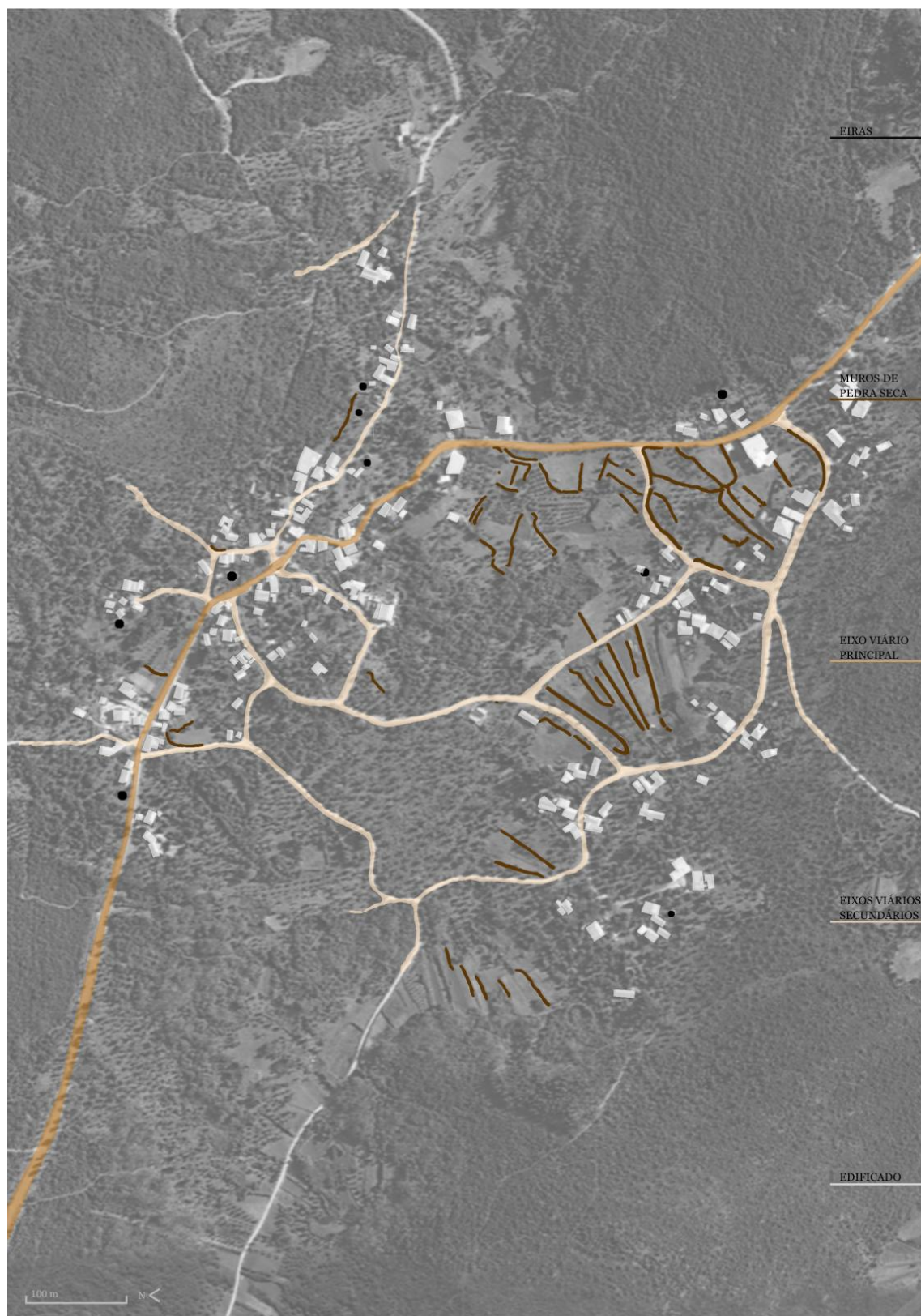


Fig. 89_ Mapeamento da aldeia de Ereiras, identificação dos elementos com valor identitário

Em virtude do referido, a dimensão agrícola da aldeia é, ainda mais, evidente nos tradicionais muros de pedra solta [Fig.89]. Os limites dos seus campos de cultivo são acompanhados pela formação de muros de pedra [Fig.90], registando, em certos casos, a presença de *moroços* [Fig.91] num dos seus extremos que salvaguardava a estabilidade dos mesmos. Este sistema, conforme o mencionado anteriormente, provinha do *despedregar* dos campos para que se criassem condições que salvaguardassem as práticas agrícolas ou, até em alguns casos, revelassem pastagem para alimentar o gado. Estas estruturas constituem uma matriz paisagística de grande valor, cuja preservação é essencial à leitura da identidade de Sicó.

Do ponto de vista da morfologia rural, Ereiras afirma uma organização estrutural que conta com um eixo viário principal, rua da Cavadinha, que se expande em três eixos secundários, sendo estes a rua do Valinho/rua das Malhadas, a rua da Escola/rua da Cruzinha e a rua do Serrado Afonso/rua da Ladeira [Fig.89] No entanto, esta configuração é marcada pela presença de estruturas habitacionais que, na sua maioria, se encontram devolutas ou degradadas, uma consequência direta do decréscimo populacional e do abandono progressivo. A organização espacial da aldeia é, assim, dispersa pelo lugar, realçando maior presença habitacional ao longo do eixo viário principal, que estrutura, somente, uma zona ao redor da capela de habitações devolutas que, por sua vez, afirma o centro habitacional antigo. No restante uso do solo denota-se que existe uma área direcionada para a prática de cultivo, ainda que revele menos intensidade.

Em consonância com o abordado, torna-se urgente avaliar o património natural e cultural presente, com vista a reunir uma rápida resposta que atenta nos elementos necessários para a reativação e desenvolvimento da aldeia. Em contrapartida, a estas características próprias soma-se um território que é palco de atividade desportivas, oferecidas por trilhos que elevam ao marco principal de Sicó, com destaque para a Rota do Paleolítico (PR1), que liga a cidade de Pombal à aldeia de Redinha, segundo num percurso preenchido por campos de lapiás. Além deste símbolo que torna a aldeia de Ereiras numa porta principal de Sicó, identifica-se o Algar da Ervilha como uma das principais cavidades naturais.



Fig. 90_ Muros de pedra solta numa zona de cultivo, aldeia de Ereiras (2025)



Fig. 91_ Moroços em áreas de cultivo, aldeia de Ereiras (2025)

III.I.III. Paisagem rural de Poios - Contextualização territorial

À semelhança da malha rural referida anteriormente, a aldeia de Poios [Fig.92] apresenta características que a distinguem, ainda que se relacione com a matriz identitária comum de Sicó. A paisagem rural de Poios [Fig.93], situada numa das encostas oeste da Serra de Sicó a norte do concelho de Pombal, inscreve-se num território de forte relevo, marcado por uma área natural de grande impacto visual. Neste local é, então, reconhecido uma grande presença de escapas, destacando-se das aldeias em seu redor, fruto das características geomorfológicas dos processos fluviocársico milenares. A falha da Senhora da Estrela, provocada pelas erosões mediante o percurso da água no interior do solo, apresenta-se como uma imponente parede natural [Fig.94], com uma escarpa quase vertical que atinge cerca de 200 m de altura. O seu valor singular no contexto morfológico local permite, também, uma ligação entre o Planalto de Degraças-Alvorge e a parte inferior do Vale do rio de Anços (Rocha, 2024, p. 111). Este cenário sustenta uma paisagem de elevado impacto visual e patrimonial, reconhecida pela oferta panorâmica e pela relação com a presença humana.

Este tecido reúne, então, grandes qualidades para que se preserve a estrutura rural que o caracteriza, com principal destaque para a presença da Capela da Nossa Senhora da Estrela²⁷ [Fig.95], (Rocha, 2024, p. 113). Os factos históricos apontam que, antes da configuração atual, este espaço afirmava um carácter divino já no séc. XVI (Rocha, 2024, p. 113), contudo, a sua estrutura só foi erguida nos meados dos finais do séc. XVII (Rocha, 2024, p. 113). Este monumento, inserido na falha da Sra. da Estrela, é construído de forma enquadrada na paisagem, provocando um forte destaque na leitura geral do Maciço de Sicó. Neste sentido, reconhece-se uma grande capacidade de apropriação da topografia e da materialidade calcária, reforçando o diálogo entre a arquitetura e a paisagem. Assim, ao nível arquitetónico, ainda que se encontre a cerca de 350 m de altitude, identifica-se uma estrutura modesta com poucas aberturas e segundo uma planta quadrangular com apenas uma nave principal. Diante disto, o volume apresenta uma escadaria materializada com pedra calcária [Fig.96] e formaliza-se com fachadas preenchidas pela tonalidade de branco, encerradas por uma cobertura de duas águas.

A simplicidade interior é vencida pelo destaque do seu altar, que prolonga a experiência arquitetónica até a uma das principais cavidades da escarpa. Esta experiência permite que o sujeito visualize as características naturais e toque na rugosidade criada pelos caminhos de água que ocorrem no interior da escarpa, com uma humidade constante deste fenómeno. Além disso, o seu valor singular, enquanto geossítio, e a sua função, como ponto de observação, garantem o seu reconhecimento integrado na zona Sicó/Alvaiázere, prestigiada pela Rede Natura 2000.

²⁷ Segundo a tradição popular presente na plataforma digital da freguesia, a capela de N^a Sra da Estrela terá origem numa lenda proveniente de uma promessa feita por um pescador. Certo dia, após ter enfrentado um forte temporal no mar e daí ter andado à deriva durante dias, este pescador implorou por salvação. Jurou erguer uma capela no local onde encontrasse terra firme, em honra de Nossa Senhora, foi então que apareceu uma estrela no céu, guiando o pescador até à costa. Após cumprir com a promessa, a capela assumiu o nome de capela de N^a Sra da Estrela. Disponível em <https://www.freguesiaderedinha.pt/conteudos/lendas-tradicoes>



Fig. 92_ Mapeamento da aldeia de Poios, identificação dos elementos de cariz coletivo

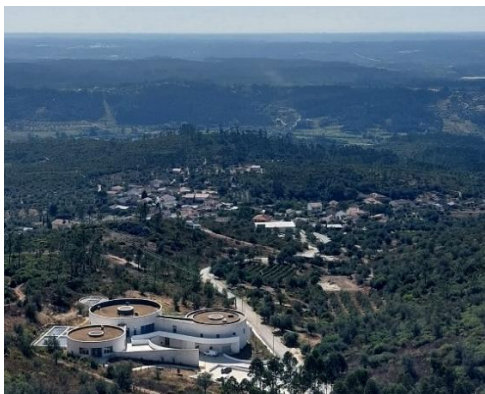


Fig. 93_ Perspetiva elevada sobre a aldeia de Poios (2025)



Fig. 94_ Falha natural de N^a Sra. da Estrela (2025)



Fig. 95_ Escarpa de N^a Sra. Estrela, fotografia de João Fernandes (2022)



Fig. 96_ Capela de N^a Sra da Estrela (2025)

Todas estas características naturais acrescentam um valor patrimonial paisagístico que revela um palco para atividades desportivas oferecidas por trilhos, com destaque para a Rota do Paleolítico PR1. Esta rota formaliza um percurso com início na aldeia de Poios, seguindo-se a passagem pelos canhões fluvio cárscicos, conhecidos como Poio Novo [Fig.97] e Poio Velho [Fig.98], do planalto de Degracias-Alvorge, que permitem a passagem de água até às várzeas do rio de Anços, e termina na Capela de N^a Sra. da Estrela. Importa ainda destacar que esta rota possui um carácter milenar, comprovado pela existência de painéis com vestígios de arte rupestre datados do período do Paleolítico, preservados nos diversos abrigos rochosos que integram o canhão do Vale do Poio Novo, (Rocha, 2024, p. 113). Para além deste percurso anunciado, existe outro itinerário, que integra a Grande Rota 26 (GR26), é conhecido como Rota da Erva de Santa Maria PR2.

A relação entre património natural e uso comunitário reúne, também, condições para a prática de escalada, principalmente na zona do Vale do Poio Novo, devido à sua significativa altura. Este desporto é fortemente realizado por indivíduos externos à freguesia, nomeadamente de nacionalidade estrangeira, revelando o interesse natural da região. Além deste, reconhece-se a prática semanal de BTT por pequenos grupos de pessoas que habitam nas localidades próximas, realizada um pouco por todo o ano. Em acréscimo, identifica-se, apenas nas estações quentes, a prática de paraquedismo numa zona de planalto junto do Vale do Poio Velho, geralmente por indivíduos singulares que possuem o conhecimento do desporto e detém do seu próprio equipamento.

Toda a oferta natural disposta ao redor desta aldeia molda a dinâmica presente na estrutura rural da mesma. Apesar da aldeia não se localizar num dos eixos principais que liga as restantes aldeias pertencentes à freguesia, esta regista um crescimento, ainda que moderado, da população, fruto da abertura dos próprios habitantes em receber novos membros na sua comunidade. Nos censos de 2021 verifica-se um total de 112 habitantes residentes, anunciando-se como uma das estruturas rurais da freguesia com maior crescimento populacional nas últimas décadas. Ainda que nestes dados haja um significativo número de residentes com idades compreendidas acima dos 65, regista-se uma considerável população jovem adulta disposta a participar em eventos sociais da aldeia e, por sua vez, a fortalecer a sua identidade própria, projetando-se num território mais alargado.

Em conformidade com o verificado no estudo da aldeia de Ereiras, Poios apresenta uma estrutura social enaltecida pelo espaço associativo [Fig.92] que reúne semanalmente os residentes, conhecida como Estrela Poiense, Associação Cultural e Recreativa (EPACR) [Fig.99]. Este espaço, além de servir a comunidade aos fins de semana, é palco de eventos anuais direcionados para a gastronomia regional, com destaque para os seus produtos próprios como o bacalhau à Poios e as tigeladas. A mesma é conhecida, também, pela promoção de caminhadas pela serra, mostrando à população o seu património natural. Estes eventos são, assim, desenvolvidos por membros da comunidade, com o intuito de criar maiores laços e dar-se a conhecer à população geral. Importa ainda referir que, contrariando o que se verifica em Ereiras, Poios regista grande afluência por parte da restante população aos seus eventos, contribuindo para reforçar o empenho da população local.



Fig. 97_ Poio Novo, perspectiva poente, fotografia de Milene Balula (2022)

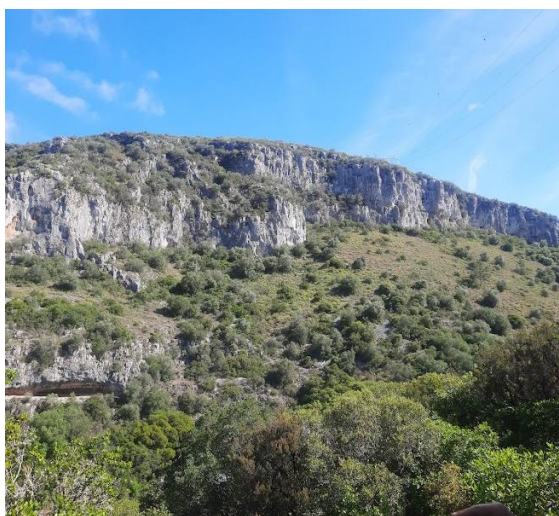


Fig. 98_ Poio Velho, perspectiva norte (2023)



Fig. 99_ Estrela Poiense, Associação Cultural e Recreativa, na aldeia de Poios (2025)

Para além das iniciativas organizadas pelos responsáveis da EPACR, a aldeia celebra anualmente uma festa em honra de São João, no final do mês de junho. Esta tradição remota a 1988, ano em que a própria comunidade ergueu uma pequena capela [Fig.101] dedicada ao santo, situada junto ao eixo viário principal da aldeia [Fig.92]. Ainda neste campo religioso reconhece-se um espaço em homenagem à N^a Sra. da Conceição, situado no cruzamento entre a estrada principal e uma secundária [Fig.100]. Uma vez mais, a população foi responsável pela implantação destas alminhas na década de 1960, com o intuito de reunir proteção divina num período controverso da época. Em complemento ao campo festivo, ainda que não pertença totalmente à aldeia, na Capela de N^a Sra. da Estrela ocorre anualmente uma celebração em sua homenagem, no último fim de semana do mês de maio. Em virtude do referido, estes eventos têm contribuído para promover os produtos regionais e atrair cada vez mais população à aldeia.

Ainda a nível da componente social identifica-se uma estrutura escolar [Fig.92] que assume dimensões modestas, com apenas uma sala de aulas, um átrio principal e uma zona de sanitários, tal como acontece nas restantes escolas primárias das localidades ao seu entorno. A simplicidade no interior é trazida, também, na formalização das fachadas, onde somente a principal assume três vãos [Fig.102]. Apesar desta estrutura não desempenhar as suas funções principais, atualmente encontra-se reconvertida num espaço que salvaguarda as condições mínimas para habitar. Este espaço era, antes da pandemia do COVID 19, uma casa social que se mantém até à atualidade, o que de certo modo, cria uma barreira na leitura de um espaço social presenteado para servir a população da aldeia.

Com o exposto, sabe-se que este tecido rural assume uma forte componente tradicional na sua organização estrutural. Próximo de bons eixos viários, Poios desenvolve-se em torno do eixo principal, rua de N^a Sra. da Estrela, ramificando-se por eixos secundários, como a rua do sobreiro/rua do Poço e a rua da Alzinhaga/rua do Casal, assumindo uma malha rural modesta e semelhante à aldeia descrita anteriormente [Fig.100]. Em acréscimo, sabe-se que o seu eixo principal permite a ligação da freguesia de Redinha, do concelho de Pombal, com a freguesia de Degraças e Pombalinho, pertencentes ao concelho de Soure. Assim, do ponto de vista arquitetónico, apesar do registo de habitações devolutas, é percecionado uma matriz vernacular capaz de refletir os costumes e tradições passadas, que carregam grande significado para a população residente.

Ao longo do tempo, sobretudo com o avanço da industrialização no setor da construção, o calcário foi gradualmente deixado de lado em favor de materiais mais modernos, como o tijolo e o betão armado. Esta mudança, refletida nas novas estruturas e soluções construtivas, resultou numa alteração profunda da identidade arquitetónica da aldeia. Ainda assim, ressalta-se um património onde o uso da pedra calcária e da telha de canudo se aliam às paredes espessas de alvenaria caiada [Fig. 103], mantendo uma malha rural que reflete uma tensão entre tradição e modernidade. Mais do que salvaguardar uma intervenção consciente das estruturas devolutas [Fig.104], espera-se que haja cada vez mais a consciencialização para implementar projetos novos que não ameassem a identidade arquitetónica deste tecido rural.



Fig. 100 _ Mapeamento da aldeia de Poios, identificação dos elementos com valor identitário



Fig. 101_ Capela de São João, amplificada pelo povo em 1988, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 102_ Antiga escola primária de Poios, reconvertida numa habitação social, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 103_ Elementos da arquitetura vernacular, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 104_ Habitação reabilitada, preservando os seus elementos vernaculares, na aldeia de Poios (2025)

Para além das habitações características de Sicó identificadas neste território, a aldeia assume um dos maiores registos a nível de anexos que ajudavam na produção alimentar. Por toda a aldeia, ainda que possam estar abandonadas, há um pontilhado registo de 28 eiras [Fig.100] desenvolvidas com os materiais locais que asseguravam a tradicional secagem de cereais, quer para consumo direto, quer para o alimento dos animais. Diante o já afirmado, estas construções detêm uma marca muito própria na paisagem, assumindo-se geralmente em formato circular e auxiliadas por um anexo fechado. Devido às condições sociais que se faziam sentir em tempos remotos, as eiras muitas vezes serviam mais que uma família, onde até o próprio pasto poderia ser dividido para que houvesse espaço para todos. Sabe-se que, apesar de, atualmente, ainda se inscreverem em áreas privadas, as eiras [Fig.105] configuram um património de elevado valor cultural, anunciando uma crescente preocupação em sensibilizar a população para que preserve um dos elementos que tanto contribuiu para estimular a marca territorial de Sicó.

Não obstante, este território rural apresenta outros elementos que pertencem à marca de Sicó, nomeadamente a presença de muros de pedra solta [Fig.106]. De acordo com o já averiguado, estes muros eram erguidos, principalmente, para atender às condições necessárias para o desenvolvimento produtivo dos terrenos. A impossibilidade de praticar a agricultura nestes terrenos levaria ao abandono por parte da população, no entanto, é realçada a resiliência da mesma em adaptar-se ao território e criar condições para os tornar produtivos. Enquanto elementos de identidade territorial que assumem o seu valor de sustentabilidade, estes devem ser dados a conhecer à população pela importância acrescida que representam na sua paisagem e como forma de enaltecer o processo *despedregar* que outrora foi praticado pela comunidade.

A par disso, a aldeia íntegra, hoje, processos de reabilitação e de reinterpretação do seu património. À considerável reabilitação da estrutura habitacional, ainda que muitas não sejam de primeira habitação, soma-se a aposta de propostas municipais como o novo espaço museológico conhecido como Explore Sicó [Fig.107]. Em conversa com a responsável Ivânia Monteiro, pertencente ao setor de turismo da Câmara Municipal de Pombal e responsável pelo desenvolvimento deste projeto ainda que numa fase posterior, foi possível conhecer um pouco mais sobre as propostas pensadas para este novo espaço. Não podendo ainda ser divulgado porque se espera a sua abertura no final deste ano, constata-se um projeto que iniciou a sua construção no ano de 2009 e que esteve sujeito a várias fases. O seu impacto visual na paisagem, com dimensões consideráveis para a área implementada, e, principalmente, a falta de envolvimento da comunidade residente afirmam questões acerca do impacto paisagístico, da escala arquitetónica e da apropriação social. Tudo isto obrigou ao sistemático reformular de estratégias para que fossem criadas as condições que, acima de tudo, permitissem a vivência dos habitantes da aldeia de Poios.

A predisposição da população de Poios sentida ao longo dos últimos anos tem-se refletido na sua imagem destacável. O estatuto obtido tem não só atraído a população residente a investir na conservação de elementos marcantes da aldeia [Fig.108], como a salvaguardar o conhecimento e exploração por parte da restante. Assim, a leitura aqui investigada em diálogo com a realidade de

Ereiras permitirá, em seguida, aprofundar a reflexão sobre as diferentes formas de atuar sobre os desafios rurais e, acima de tudo, restabelecer laços comunitários.



Fig. 105_ Presença de eiras, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 106_ Presença de muros de pedra solta, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 107_ Perspetiva superior do novo museu Explore Sicó, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 108_ Reabilitação de habitações que preservam a imagem vernacular de Poios (2025)

III.II. Valorização territorial através de espaços coletivos

Ao longo desta pesquisa percebeu-se a necessidade de valorizar um património rural segundo a perspectiva de uma comunidade. O atual estado de degradação e de desvalorização da paisagem rural de Sicó aponta para a urgência de repensar a problemática subjacente a cada unidade territorial que a compõem. Por outras palavras, ao pensar e analisar aprofundadamente uma aldeia desta paisagem salvaguarda-se princípios capazes de desenvolver uma estratégia conjunta de coesão social. Contudo, a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento rural deve atender a diversas dimensões interligadas, nomeadamente arquitetónicas, sociais e culturais.

De acordo com as análises dos casos de estudo apresentados previamente, reforça-se esta percepção de processos integrados que consigam articular os aspetos sociais, culturais e territoriais de uma paisagem rural. Com a vila de Óbidos filtrou-se a necessidade de desenvolver uma marca territorial através do envolvimento da comunidade, contribuindo para a participação ativa dos residentes nos eventos comemorativos. Tudo isto permitiu dinamizar o território e enaltecer os valores de pertença, mostrando que a comunidade deve ser colocada à frente de todas as propostas pensadas para o seu território. No que respeita a aldeia de Piódão percebeu-se a necessidade de apoiar medidas de promoção turística na reativação de uma comunidade em rutura. Apesar das chamadas de atenção, esta aldeia mostrou, acima de tudo, que o turismo permite restabelecer o reconhecimento de um património, possibilitando, deste modo, conhecer uma estrutura própria preenchida por laços de comunidade interligados com as práticas culturais.

Face ao exposto, é fulcral reforçar a necessidade de adotar uma perspectiva abrangente, onde se assegure que os espaços construídos não se limitem a responder a necessidades imediatas, mas que possam contribuir ativamente para o fortalecimento das comunidades. Esta premissa é analisada no documento intitulado de *The architecture of resilience in rural towns* (2019), segundo o pensamento das autoras Dupré e Bischeri que propõem um desenho de estratégias para aldeias rurais definidas pelo envolvimento dos residentes, respeitando as suas prioridades e perspectivas. As soluções padronizadas raramente alcançam resultados satisfatórios, dado que ignoram a singularidade de cada território. Portanto, a revitalização de duas aldeias com características distintas deverá respeitar as suas identidades próprias, promovendo práticas construtivas que façam uso de recursos endógenos, tradições arquitetónicas e, principalmente, respeitem a memória coletiva das comunidades (2019).

Este documento é percebido segundo o ponto de vista do papel da arquitetura neste processo de delinear estratégias capazes de salvaguardar a reativação de uma comunidade. Assim, a arquitetura é, segundo o pensamento das autoras, um agente ativo neste processo de transformação, visto que cabe ao arquiteto envolver-se na comunidade filtrando todos os princípios que respeitam o dinamismo da comunidade. Neste sentido, o arquiteto deve deter a sensibilidade de identificar e procurar valorizar a identidade cultural de cada comunidade, transportando esses princípios para a identificação e/ou projeção de espaços de comunidade. Pressupõe-se, deste modo, que a reativação de uma estrutura rural ocorra, preferencialmente, pela análise dos espaços de comunidade, percebendo se estão de acordo com as necessidades

da sua população. A promoção de espaços comunitários deve, portanto, ser capaz de revelar um caráter multifuncional e adaptável às necessidades dos seus residentes, ou seja, devem ser articuladas práticas sociais com a projeção do espaço arquitetónico. Com esta abordagem, a resiliência ultrapassa o mero caráter reativo e transforma-se numa oportunidade de fortalecimento comunitário, potenciando a capacidade de adaptação, a autonomia e o bem-estar das populações rurais a longo prazo (Dupre & Bischeri, 2019, pp.10 à 12).

Desta forma, a estrutura rural deve desempenhar a capacidade de apresentar espaços de comunidade adaptados a múltiplos usos, assegurando diversas funções consoante as necessidades. Um espaço de comunidade é, então, aquele que reforça a coesão social e assegura os convívios entre os habitantes, os que experienciam pela primeira vez e os que o revêm diariamente. Além disso, quando pensado de forma inclusiva, este espaço revela os princípios estruturais e arquitetónicos refletidos na restante malha rural. A utilização de materiais locais e técnicas vernaculares reinterpretadas para responder às exigências contemporâneas contribui para a sustentabilidade ambiental e económica, ao mesmo tempo que fortalece a ligação entre arquitetura e território (Dupre & Bischeri, 2019, p. 12).

De acordo com os princípios enunciados e atendendo ao contexto específico das duas aldeias selecionadas, Ereiras e Poios, conclui-se que a definição de uma estratégia de valorização deve ser distinta, assumindo as suas particularidades próprias. No entanto, espera-se que consigam alicerçar-se a princípios comuns que revelem a mais-valia em dinamizar a paisagem de Sicó enquanto elemento de coesão territorial. Neste sentido, o trabalho de investigação aqui tratado assumiu o filtrar de duas áreas rurais, com vista a cruzar princípios comuns que possam salvaguardar a reestruturação além das suas fronteiras. Para tal, o plano de reativação de uma comunidade é estruturado de forma particular e específica, mas que assume princípios capazes de valorizar, consequencialmente, as restantes aldeias que compõem a freguesia. Perante o exposto, numa primeira fase de definição de estratégias para o território é percecionado o ponto de vista da comunidade de cada aldeia, indo ao encontro dos princípios apresentados, seguindo-se, num segundo momento, a construção de dinâmicas de coesão territorial que valorizam a identidade rural de Sicó em toda a sua extensão.

III.II.I. Processo de recolha da perspetiva da comunidade

III.II.I.I. Aldeia de Ereiras

O processo inicial pressupõe a identificação da leitura da aldeia de Ereiras, percecionando a oferta que esta área rural apresenta e destacando uma estrutura, ainda que, enaltecida por elementos próprios de Sicó, carece de uma valorização dos mesmos. O seu património encontra-se ameaçado pelo sistemático abandono populacional e, perante isso, num primeiro momento foi crucial proceder à compreensão da perspetiva dos residentes, desenvolvendo um questionário (Anexo I), onde se reuniu o testemunho dos próprios habitantes. Apesar de não ter sido possível comunicar com todos os residentes, procurou-se salvaguardar que era recolhido o testemunho de diferentes faixas etárias para facilitar as diversas perceções, dado que apresentam diferentes necessidades.

Por conseguinte, a caracterização dos seus habitantes, nomeadamente em termos de idade, género, tempo de residência e motivos de permanência, foram aspetos tidos em consideração por revelarem uma maior compreensão da perspetiva individual sobre as dinâmicas de enraizamento deste território. De acordo com o exposto, há uma procura em refletir sobre a perceção dos próprios residentes no que respeita ao seu parecer para as questões que incidem no futuro da aldeia. Como se assiste a uma perda constante da vitalidade social, económica e cultural da comunidade, nesta fase é importante interrogar o sujeito sobre a capacidade da aldeia conseguir um possível controlo da perda populacional ou se, tendencialmente, acredita no acentuar do declínio demográfico. A par disto soma-se a degradação estrutural e o abandono progressivo de determinadas práticas rurais, nomeadamente na manutenção de muros de pedra em áreas de cultivo, surgindo questões acerca da preservação da identidade territorial e dos riscos de perda de marcas patrimoniais que distinguem este lugar.

Neste contexto, torna-se pertinente abordar o sujeito para as razões que acredita que possam colmatar o decréscimo populacional através, por exemplo, de um investimento de promoção turística. A comunidade deve, portanto, responder se acredita que este investimento permitirá, a longo prazo, funcionar como estratégia de valorização, reforçando a imagem da aldeia e estimulando um maior sentimento de pertença entre os habitantes. Em simultâneo, é necessário entender se é possível interligar as práticas direcionadas para o turismo com a salvaguarda das tradições, o respeito por um património próprio e a identidade local.

Paralelamente, traça-se um outro eixo fundamental que se prende com o parecer dos residentes para os seus espaços de comunidade, defendendo que a existência ou a ausência destes lugares anuncia a qualidade de vida e o tecido social da aldeia. Importa, então, perceber se os espaços existentes satisfazem todas as necessidades ou se, pelo contrário, faltam equipamentos públicos e sociais capazes de melhorar o bem-estar dos residentes. Acresce, ainda, a necessidade de perceber as ideologias dos habitantes para a promoção de novos espaços comunitários capazes de respeitar a imagem da aldeia, integrando materiais e técnicas construtivas tradicionais, de forma a manter a coerência com o território. Por fim, a continuidade de vida em Ereiras dependerá, em grande medida, do envolvimento ativo dos seus habitantes no reconhecimento dos valores patrimoniais locais. A permanência na aldeia, acompanhada de uma participação comunitária consciente, pode transformar-se em motor de resiliência, assegurando que a memória coletiva e a identidade rural sejam transmitidas às gerações futuras.

III.II.I.II. Aldeia de Poios

Por deter de uma dinâmica rural díspar da aldeia de Ereiras, este processo de identificação da leitura da aldeia de Poios pressupõe uma análise da perspetiva dos residentes diferenciada. O testemunho da comunidade centrou-se, neste caso, para as questões da promoção turística que já se fazem sentir no território, percecionando a oferta que esta área rural apresenta e os impactos diretos e indiretos para a comunidade. Perante isso, desenvolveu-se um segundo questionário (Anexo II) com o intuito de filtrar um maior conhecimento sobre a aldeia. À semelhança de Ereiras não foi possível recolher todas as perspetivas dos seus habitantes, contudo procurou-se salvaguardar o testemunho dos diferentes grupos de idade. Neste sentido, este questionário

procurou abordar a dinâmica social e o futuro da aldeia de Poios, investigando a relação da comunidade com o seu sentimento de pertença e as suas perceções sobre as mudanças que o turismo tem trazido e que possa vir a revelar no seu território.

Novamente, o questionário começa de modo a identificar o perfil da sua comunidade, com vista a entender a preocupação fundamental da sustentabilidade demográfica. Ao questionar sobre o tempo de residência e os motivos que levam a comunidade a permanecer na aldeia pretende-se anunciar a marca territorial e o seu valor próprio que, por sua vez, revela o motivo que mantém viva a comunidade. Com isto, tenciona-se atingir o reconhecimento da comunidade nas suas dinâmicas de enraizamento ao território, aprofundando as questões que, em contrapartida, levam ao despovoamento. A sustentabilidade populacional depende, assim, da capacidade que a aldeia revela em manter ou aumentar o seu número de habitantes.

De acordo com o referido, importa referir a perceção da comunidade para o investimento turístico que já opera na aldeia, percebendo se esta forma de atuar no espaço salvaguarda a permanência dos residentes e atrai novos habitantes de modo sustentável com fluxos de visitantes que possam trazer mais-valias para a aldeia. Em complementaridade, direciona-se esta análise turística para questões de reabilitação das habitações presentes, onde, por vezes, provêm de espaços de alojamento temporário para visitantes. Neste sentido, torna-se fulcral compreender a perspetiva dos efeitos que este sistema acarreta, podendo ser positivos, com impactos diretos na economia, ou negativos, com efeitos imediatos na perda de habitações para residentes permanentes. Além disso, a preocupação com o respeito dos turistas pelo quotidiano dos habitantes e a potencial alteração da imagem da aldeia é, deste modo, tida em conta no desenvolvimento do questionário, com o intuito de perceber a qualidade de vida e a identidade cultural da comunidade.

Em acréscimo, há uma procura em percecionar a existência e importância de espaços de comunidade na aldeia, dado que se reconhece que estes se tornam vitais para aumentar a coesão social. A população é, então, interrogada sobre a existência destes espaços e a necessidade de novos que respeitem a imagem da aldeia, assim como dos seus materiais construtivos, pensados para aumentar tanto o sentido de comunidade, como a ligação dos habitantes ao seu património. Tudo isto convida os residentes a pensar no futuro da sua aldeia, finalizando o questionário com uma pergunta direcionada para a vontade individual de permanecer e de contribuir para a aldeia. Nesta fase, o ponto culminante direciona-se para o percecionar da resiliência e do sentimento de pertença que serão essenciais para garantir que a aldeia continue a ser um lugar habitado, com uma identidade própria e uma vida comunitária forte.

III.II.II. Dinamização dos espaços comunitários

III.II.II.I. Estratégias para os espaços coletivos da aldeia de Ereiras

De acordo com o referido, foi realizado um questionário que pressupôs uma análise da vitalidade dos habitantes de Ereiras segundo a perspetiva e envolvimento dos seus membros na construção de um projeto coletivo. Desta forma, pretende-se valorizar os recursos patrimoniais através da promoção de espaços de comunidade adequados às necessidades atuais, recorrendo ao testemunho dos residentes da aldeia. Acredita-se que, só assim, conseguir-se-á respeitar a identidade do lugar e salvaguardar uma paisagem rural própria, criando alicerces capazes de reforçar a resiliência comunitária desta aldeia e assegurar a continuidade da sua memória.

No processo de aplicação do questionário optou-se por adotar uma estratégia metodológica dual, ajustada às diferentes faixas etárias da população, obtendo resultados de habitantes com idades compreendidas entre os 24 e os 71 anos. Se por um lado foi importante privilegiar o contacto direto com os residentes que apresentam idades mais avançadas, até mesmo porque assumem uma maior presença no território, por outro lado foi, também, adotado a utilização de meios digitais para proceder à recolha dos testemunhos de idades mais novas. Deste modo, a combinação entre métodos presenciais e digitais não só assegurou uma maior abrangência geracional, como também permitiu captar diferentes formas de relação com o território. A comunidade com uma idade mais avançada privilegiou o contacto presencial, demonstrando maior abertura e conforto para partilhar a sua perspetiva e, principalmente, a memória da comunidade. As faixas etárias mais jovens revelaram maior agilidade na comunicação através das plataformas digitais devido, em grande medida, às suas rotinas laborais e à menor permanência em casa. Esta abordagem híbrida revelou-se, portanto, essencial para uma compreensão mais completa da realidade local e das expectativas que os diferentes grupos etários depositam no futuro da aldeia.

Face ao exposto, a leitura transversal dos inquéritos revelou um retrato plural sobre a aldeia e o seu futuro, onde as diferenças etárias desempenham um papel determinante nas perspetivas apresentadas. Entre os mais jovens observa-se uma preocupação marcada pelas condições socioeconómicas que dificultam a fixação num meio urbano, como os elevados custos de habitação, a instabilidade profissional e a escassez de oportunidades para constituir família. Nestes casos, muitos afirmaram que acabavam por, numa primeira fase de vida, permanecer em casa dos pais e ainda, mesmo que tencionem ficar pela aldeia, não reúnem condições económicas para ter numa habitação própria. Em contrapartida, os jovens adultos entrevistados manifestaram interesse em permanecer e investir na aldeia futuramente, perspetivando soluções inovadoras que passam sobretudo pela valorização turística da serra de Sicó. Esta visão enfatiza a necessidade de articular tradição e inovação, reforçando a identidade rural ao mesmo tempo que se promovem novas dinâmicas económicas.

Com uma perspetiva diferenciada é analisado o testemunho de habitantes com uma idade mais avançada, onde se percebe uma visão mais crítica face ao despovoamento e à degradação do património edificado. Muitos residentes confessaram que reconhecem que a desertificação

demográfica é inevitável nos próximos tempos, devido ao facto da população ser maioritariamente idosa. No entanto, acreditam que existem jovens adultos que tencionam permanecer no território e, com isso, consigam melhorar o dinamismo social da aldeia. Os mesmos sublinham, também, que os jovens adultos se preocupam com a importância de preservar a herança material e imaterial da aldeia, nomeadamente com a compra e a reabilitação de habitações, preservando a estrutura rural a longo prazo. Ainda que as práticas agrícolas e, por sua vez, a preservação dos muros de pedra [Fig.109] não respeitem a dinâmica que outrora operava no território, acredita-se que haja uma preocupação em preservar estes elementos. Para estes residentes, a continuidade das tradições agrícolas e a manutenção dos imóveis são vistas como condições essenciais para garantir a memória coletiva da comunidade.

Esta área de cultivo, descrita como uma zona de grande valor patrimonial da aldeia, revela o maior testemunho da presença de muros de pedra. Tudo isto verifica-se pela delimitação dos diversos campos agrícolas [Fig.100] que demonstram a resiliência da comunidade. Desta forma, a população no geral acredita que estes muros são preservados pelos donos dos terrenos de cultivo e, quando necessário, são reconstruídos. Não obstante, as pessoas que mantêm a agricultura como um hábito diário são mais idosas, o que coloca em risco a manutenção e o gradual abandono destes terrenos, aquando da partida dos mesmos. Face ao exposto, a intensificação do crescimento descontrolado da vegetação representa um risco iminente de esquecimento destes testemunhos no território.

Neste momento, as opiniões da comunidade dividem-se, afirmando dois pontos de vista que atendem às diferenças geracionais. Para contrariar este cenário, a geração mais nova sugere a adoção de medidas preventivas, ou seja, acredita que se houver uma consciencialização da importância destes elementos na sua geração haverá um maior interesse em preservar estes elementos. Numa primeira etapa defende-se a dinamização de workshops para incentivar os mais jovens a envolverem-se e a desenvolverem competências na área de agricultura e, posteriormente, introduzir a prática em áreas específicas, salvaguardando a continuidade das tradições. Neste momento, torna-se importante atender ao caso de estudo da aldeia de Piódão, expresso no primeiro capítulo, para as questões de encenações temáticas que descaracterizam o valor identitário da aldeia. Esta proposta para a aldeia de Ereiras deve ser analisada por diferentes campos de promoção e valorização territorial, para que não se converta num cenário idêntico ao da aldeia de Piódão.

Em contrapartida, a geração mais idosa afirma uma visão mais pessimista quanto ao envolvimento das novas gerações nas práticas agrícolas, argumentando que a falta de tempo, o cansaço do trabalho e a ausência de retorno financeiro tornam a agricultura uma atividade inviável para os mesmos. Esta geração defende, então, que a identidade rural da aldeia, marcada pelos muros de pedra e pelos campos cultivados, tende a desaparecer à medida que as tradições agrícolas se vão perdendo. Neste caso, une-se apenas uma perspetiva, comum entre ambas as gerações, direcionada para a implementação de políticas que assegurem a limpeza obrigatória destes terrenos e, deste modo, garantam a estabilidade destes muros de pedra. Ainda que numa

perspetiva futura se perca a prática agrícola [Fig.111], é importante que esta área não deixe de apresentar a paisagem da aldeia de Ereiras.



Fig. 109_ Muros de pedra solta, aldeia de Ereiras (2025)

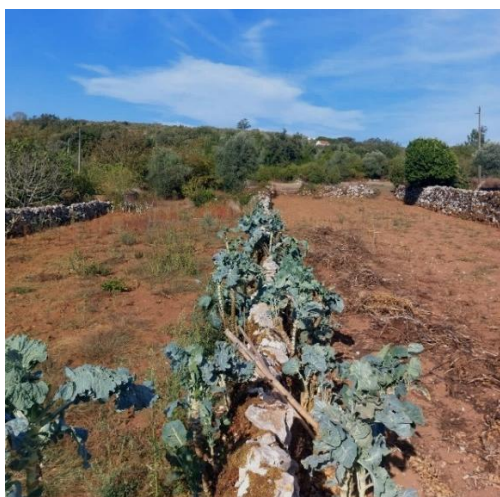


Fig. 110_ Parcelas agrícolas delimitadas por muros de pedra, aldeia de Ereiras (2025)



Fig. 111_ Campos de cultivo sem plantação, aldeia de Ereiras (2025)

De acordo com estes aspetos referidos, reúnem-se condições para abordar a temática principal que motivou a elaboração do inquérito. Neste sentido, questionou-se os habitantes sobre a presença de espaços de comunidade, onde emerge um consenso geracional direcionado para o principal polo social que é a associação A.C.R.E. Contudo, este espaço é considerado insuficiente para assegurar as necessidades dos residentes, visto que apenas promove o convívio esporadicamente. Enquanto os mais jovens sugerem, desta forma, que exista uma dinamização mais intensa e inclusiva, uma vez que defendem que este espaço é frequentado maioritariamente por pessoas com idades avançadas, os mais velhos tendem a valorizar o convívio que ainda existe, acreditando que este espaço serve para as suas necessidades.

Perante o enunciado, foi sugerido pelos jovens adultos que este espaço pudesse promover mais atividades relacionadas com a paisagem, reforçando os seus eventos de percursos pedestres [Fig.112] e desenvolvendo percursos diferenciados, nomeadamente inserindo provas de BTT e passeios de motas ou tratores, um pouco como se verifica noutras localidades da freguesia. Estes habitantes defendem que estas medidas ajudariam não só a valorizar o território da aldeia e, por sua vez, da serra, como a salvaguardar a limpeza de percursos pedestres que, pela falta de reconhecimento, acabam por ficar esquecidos e preenchidos por vegetação.

Neste local associativo é ainda contemplado um espaço exterior, onde decorre o evento festivo anual apresentado anteriormente, que arquitetonicamente desempenha as funções de uma praça [Fig.113]. Desta forma e absorvendo as análises obtidas pelos residentes tornou-se importante observar este espaço como uma praça que pudesse servir como um lugar que fosse mais valorizado pela comunidade. Assim, a sua localização na aldeia revela um momento que pode reunir facilmente a população e daí ser perspetivado, nesta primeira fase, como uma praça que pudesse servir de palco diário à troca e venda de alimentos entre a comunidade, uma vez que a prática agrícola ainda apresenta algum destaque na aldeia. Futuramente, este espaço poderia dar destaque a momentos de partilha e de ideias entre a população, a fim de desenvolver workshops de diversas temáticas ao ar livre, atividades desportivas, grupos de dança de diversas idades ou de grupos de exploração da serra, como caminhantes e ciclistas.

Em consonância com a associação, a população identificou a antiga escola primária [Fig.114] como espaço de comunidade, no entanto sabe-se que esta deixou de pertencer à população, abrigando as atividades do grupo de espeleologia GPS, apresentado anteriormente. Quando questionado sobre as dinâmicas que este grupo desempenha no território e, por sua vez, a interação dos seus membros com a comunidade, a população apresentou opiniões diversas. Na sua maioria, registou-se um desconhecimento e um envolvimento da comunidade ao GPS, criando uma barreira na valorização do património territorial. Conforme o abordado no segundo capítulo, a serra de Sicó apresenta, no seu subsolo, galerias de estalactites e estalagmites com dimensões consideráveis sendo, portanto, um fator identitário. Neste caso, quando se percebe que há uma desconexão significativa entre as atividades da entidade que promove a exploração destas galerias subterrâneas e a população, torna-se urgente promover uma maior união, através da participação da comunidade em alguns eventos deste grupo. Tudo isto contribuirá para trazer maior interesse em explorar e cativar a comunidade a conhecer melhor a paisagem subterrânea.



Fig. 112_ Caminhada pedestre organizada pela A.C.R.E., fotografia publicada na página de Ereiras Redinha (2024)

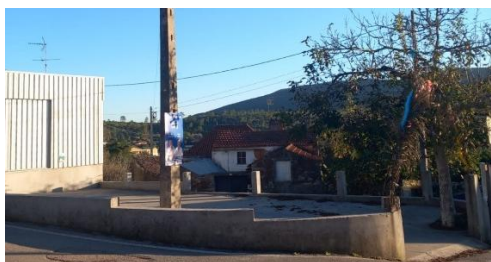


Fig. 113_ Espaço exterior com potencial para desempenhar funções de uma praça (2025)

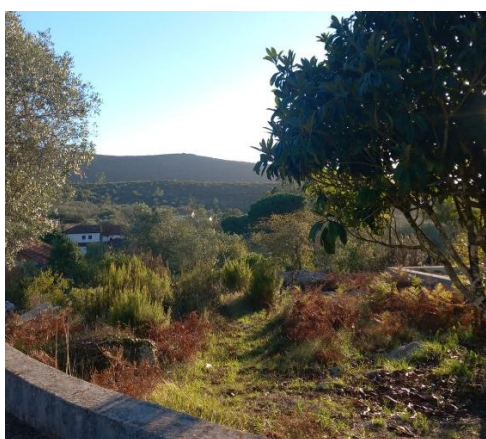


Fig. 114_ Zona verde junto à antiga Escola primária de Ereiras (2025)

Importa referir que os habitantes mesmo não participando nas atividades do GPS, alguns membros deste grupo procuram falar com estes, ainda que seja esporadicamente. Em acréscimo, alguns residentes referiram que este espaço não foi totalmente afastado da comunidade, podendo albergar algumas atividades, nomeadamente os preparativos para a festa da aldeia, direcionados para os enfeites e montagem do andor dos bolos. Tudo isto revela que a estratégia adotada para este espaço permitiu valorizá-lo e mantê-lo ativo, no entanto é necessário reajustá-lo para que seja possível relacionar-se com a comunidade e as suas necessidades.

Por fim, apesar das diferenças geracionais, ressalta-se um consenso em torno da importância de projetar novos espaços de comunidade que, para além de salvaguardar o convívio entre a população, consigam reativar a vida social, cultural e económica da aldeia. Não obstante, é clara uma diferença que projeta nas gerações mais jovens uma perspetiva direcionada para as dinâmicas inovadoras e, na população mais velha, um apelo para a continuidade comunitária e transmissão de conhecimentos. O testemunho dos jovens adultos entrevistados afirma a necessidade de criar espaços que projetem uma visão inovadora para a aldeia. Assim sendo, há uma maior abertura em receber e apoiar estratégias de promoção turística, afirmando, numa primeira instância, uma marca territorial que se relaciona com as características da paisagem [Fig.115]. Tudo isto incentiva o desenvolvimento de atrações turísticas de montanha, introduzindo as explorações de cavernas e de grutas referidas e, para além disso, multiplicando os eventos de caminhadas e de práticas de BTT. Com esta possível promoção turística na aldeia, esta geração acredita que haverá um crescimento populacional imposto pelo progressivo aumento na procura de habitações próprias que possam ser reabilitadas, contribuindo para o fortalecimento da estrutura rural.

Em complementaridade, a população com uma idade mais avançada sente falta de espaços que permitam estabelecer um diálogo com os mais jovens, reconhecendo-os como uma mais-valia na transmissão da identidade comunitária. Portanto, afirmam a projeção de espaços de jardins com a componente de parque de merendas e zona infantil, albergando um maior número de habitantes possível. Nesta faixa etária, que muitas vezes denuncia a falta de meios de transportes próprios, fala-se, também, na necessidade de projetar um espaço de mercearia, capaz de empregar pessoas da comunidade e, acima de tudo, potenciar um maior contacto diário entre a população. É neste enquadramento que a área de arquitetura se revela essencial, assumindo um papel de união entre a preservação da memória territorial e a resposta inovadora. Acima de tudo, é necessário garantir o respeito pela arquitetura vernacular e pelos sistemas construtivos aplicados [Fig.116] nesta estrutura rural. Em nota de síntese, para se concretizar este cenário, onde a promoção turística respeita a resiliência social, é preciso salvaguardar que os espaços de convivência coletiva sejam, principalmente, de componente multifuncional, capazes de respeitar quer as dinâmicas da população que chega, como da comunidade que habita na aldeia.



Fig. 115_ Estrutura rural de Ereiras inserida na paisagem de Sicó, fotografia publicada na página de Ereiras Redinha (2020)

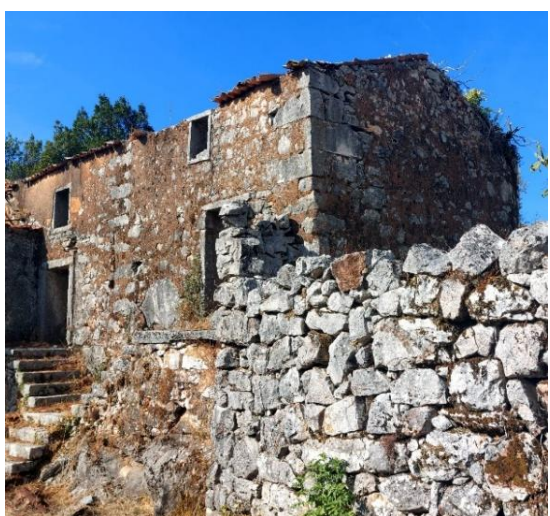


Fig. 116_ Sistema construtivo da arquitetura vernacular, na aldeia de Ereiras (2025)

III.II.II.II. Estratégias para os espaços coletivos da aldeia de Poios

Em conformidade com o processo de recolha de testemunhos da comunidade em relação à sua estrutura rural, também, a população da aldeia de Poios foi sujeita a um questionário, ainda que direcionando a análise sobretudo para a perceção da promoção turística que já existe na localidade. A tudo isto soma-se o reconhecimento de uma aldeia enquanto estrutura rural que, nas últimas décadas, registou grandes oscilações provenientes de períodos de emigração, do regresso da comunidade na idade da reforma, de perdas da população jovem, de valorização fruto da oferta natural da sua paisagem, da vinda de novos habitantes e da exploração do alojamento local na promoção turística. Desta forma e respeitando a unanimidade da população, é urgente valorizar e projetar espaços de comunidade que atentem nas necessidades atuais e salvaguardem a resiliência comunitária que já se faz sentir.

Neste processo de recolha do testemunho dos residentes da aldeia, a estratégia aplicada pressupôs, de novo, uma metodologia dual, assumindo o contacto direto com a população com uma idade mais avançada e através de meios digitais para obter o testemunho da geração mais nova. Na totalidade destes questionários assumiram-se resultados com uma diferença etária compreendida entre os 22 e os 86 anos, anunciando duas perspetivas em relação às dinâmicas sociais da aldeia. Se por um lado a faixa etária mais nova demonstrou algum descontentamento em relação à falta de espaços comunitários que satisfaçam as suas necessidades, por outro a geração com uma idade mais avançada relatou um maior conforto com as estruturas sociais e com as dinâmicas entre a população existentes. Esta abordagem mista permitiu, também, perceber as divergências geracionais que orientam as expectativas para o futuro da aldeia e, daí, recolher pontos de consenso que afirmem uma capacidade multifuncional, de modo a salvaguardar as necessidades de ambas as perspetivas.

Numa primeira fase, atendeu-se à perspetiva dos mais jovens em relação às condições socioeconómicas que a aldeia proporciona, onde se constatou grandes fragilidades perante a escassez de oportunidades profissionais. Esta estrutura rural é apresentada como um espaço de pertença, mas, ao mesmo tempo, afirma-se como um desafio mediante o fator económico. Enquanto esta geração reconhece as raízes familiares neste meio, que se unem a um ambiente tranquilo e com fortes ligações com a natureza, por sua vez salienta as dificuldades pela escassez de oportunidades profissionais, assim como a sua permanência efetiva. A procura pela segurança económica leva, inevitavelmente, muitos jovens a residir em centros urbanos, apesar dos custos elevados nestes meios. Neste sentido, a visão desta geração, ainda que manifeste interesse em permanecer na aldeia, prevê que haja um decréscimo populacional mediante este fator de empregabilidade. Ainda assim, estes jovens adultos demonstram um compromisso significativo na valorização do território, afirmando uma postura ativa na preservação da identidade local.

Todavia, entre o testemunho dos habitantes com uma idade mais avançada depara-se com uma perspetiva diferenciada, embora muito semelhante com a recolhida em Eireiras. Assim, esta geração afirma que o despovoamento é inevitável devido a uma grande parte da população idosa, no entanto confessa que existe um elevado número de população ativa e, por sua vez, os seus descendentes irão contribuir para salvaguardar a identidade do lugar. A paisagem rural da aldeia,

que outrora revelou práticas agrícolas próprias e ergueu estruturas segundo os materiais construtivos do território, adaptar-se-á, tendencialmente, às necessidades contemporâneas. Muitos destes residentes, que ao longo da vida viveram na aldeia, confessam que este património coletivo tem de ser respeitado, não obstante sabem que isso não significa que haja uma recriação fidedigna. Apesar destas práticas agrícolas deixarem de ser executadas pelas gerações mais novas, devido às novas dinâmicas do quotidiano, não significa que não haja um respeito salvaguardado pela preservação de espaços de cultivo, que mais não seja através de políticas que assegurem a sua limpeza. Para esta geração a presença marcante de exemplares de eiras [Fig.117] deve, ainda que muitas sejam de cariz privado, assegurar a sensibilização deste elemento patrimonial para afirmar a imagem da aldeia. Mais do que assegurar a sua preservação, é necessário identificá-la como portadora de técnicas construtivas vernaculares.

A reflexão sobre os fatores de permanência conduziu à análise para as questões de promoção turística presentes no território. Nos últimos anos, a comunidade local tem presenciado um crescimento da aldeia em favor do dinamismo associado ao setor do turismo, alimentado pelas ofertas naturais da paisagem, como a escalada, os passeios pedestres [Fig.118] e os desportos de bicicleta. Perante este cenário, questiona-se a comunidade sobre os benefícios que esta atividade turística revela no território e, principalmente, sobre o reconhecimento da sua convivência com a população, uma vez que tudo isto pode contribuir para que haja um crescimento económico a longo prazo. Apesar das duas vertentes geracionais sobre esta temática serem apreciadas de modo díspar, conclui-se que há um consenso a favor desta procura turística. Diante disto, reconhece-se uma satisfação generalizada com os resultados obtidos até ao momento deste setor, visto que contribuíram para unir a população e melhorar a imagem da aldeia, aumentando o sentimento de pertença. No entanto, é necessário averiguar as duas perspetivas geracionais separadamente para entender o modo como estas atividades turísticas se relacionam com os habitantes que apresentam ritmos, práticas e necessidades diversas, evitando o seccionar da comunidade por faixas etárias.

No que respeita a perspetiva das gerações mais novas, sabe-se que partilham a opinião de que o setor do turismo é uma mais-valia para promover a paisagem rural e reativar a sua comunidade, no entanto afirmam uma postura sobre a requalificação das habitações para alojamento temporário. Tudo isto não significa que se oponham a este crescimento, pelo contrário afirmam que é necessário esse investimento para salvaguardar as técnicas construtivas vernaculares que se encontram ameaçadas pelo abandono gradual. Não obstante, são muitos os residentes que sabem que este fator anunciado é uma das vantagens do processo turístico, representando o revitalizar do seu património, mas referem que este processo apresenta problemáticas que devem atender a um controlo por parte de entidades representativas que salvaguardem a imagem da aldeia.



Fig. 117_Eira privada, na aldeia de Poios (2025)



Fig. 118_Caminhada pedestre organizada pelos membros da E.P.A.C.R, fotografias da página da EPACR (2024)

A comunidade jovem adulta refere, ainda, a problemática do desfasamento de estruturas novas que destoam do enquadramento arquitetónico da aldeia, nomeadamente com o novo museu da aldeia, apresentado anteriormente. Com isto, a população apela à criação de uma entidade superior que controle os projetos futuros da aldeia para que não se comprometa, de novo, a leitura da estrutura rural e que, sempre que possível, possam relacionar-se com a coerência vernacular onde se integrem os elementos característicos da paisagem [Fig.119]. Ainda sobre a presença de uma entidade superior que salvguarde os valores da comunidade, é apresentado a necessidade de controlar o aumento turístico em detrimento do acesso da população local à habitação, para que não se registre um cenário idêntico ao caso de estudo da aldeia de Piódão, onde o valor das casas é inflacionado.

Em virtude da perspetiva da geração com uma idade avançada sobre a presença constante de comunidades exteriores, constatou-se que esta faixa etária relata pouca convivência. Muitos destes residentes afirmam que a presença de pessoas novas não interfere com o seu dia a dia, assegurando que há um respeito que é mantido e, por isso, é valorizado. No entanto, alguns destes membros revelam um sentimento de cautela em relação a esta nova procura não porque tenham sido registados acontecimentos desfavoráveis, mas porque, acima de tudo, sentem necessidade de salvguardar os seus pertences. Neste sentido, acreditam que este setor não revelará preocupações futuras e, como tal, será uma mais-valia como motor de valorização territorial, desde que continue a articular a participação da comunidade com as suas atividades. Apesar de, quando confrontados afirmarem que não detêm de uma participação ativa nas atividades turísticas, esta geração sabe que isso se deve ao seu estado de limitação motora, acabando por só participar quando há eventos gastronómicos ou festivos que respeitam as suas condições. Assim sendo, é avaliado de forma positiva e sem que se sintam excluídos, uma vez que sabem que a comunidade mais jovem da aldeia participa e dá grande importância a todos os eventos de promoção turística.

Com o intuito de explorar a perspetiva da população para a temática principal desta investigação, conduz-se esta análise final do questionário para a presença de espaços de comunidade. Num cenário de insuficiência, os habitantes aferiram, na sua unanimidade, que o único polo social presente na aldeia é a associação Estrela Poiense que, tal como se verificou na aldeia analisada anteriormente, não é suficiente para salvguardar todas as necessidades da comunidade. Por ser um polo que promove convívios aos domingos à tarde, acaba por reunir somente a população com uma idade mais avançada e, em muitos casos, estes não permanecem muito tempo. Assim, os mais jovens identificam a necessidade de promover mais eventos para além dos que pontualmente realizam durante o ano. Esta faixa etária reconhece que a presença da associação é um benefício nas dinâmicas sociais entre as pessoas com uma idade mais avançada que, tradicionalmente, reservam o domingo como o dia de descanso semanal. Todavia, reivindicam que esta estrutura deve criar mais laços comunitários entre as faixas etárias através de uma maior diversidade de eventos mensais, que relacionem as atividades ao ar livre com a promoção, por exemplo, de *workshops* de técnicas tradicionais.

Paralelamente às propostas que dinamizam a associação, as gerações mais novas propõem a criação de novos espaços capazes de salvaguardar a convivência diária entre todos os habitantes. Face ao exposto, é privilegiado o investimento num parque [Fig.120] que seja composto por espaços infantis, campos de desporto e zona de lazer. Para além de assegurar um maior dinamismo social entre a comunidade residente, espera-se que haja um maior contacto com as pessoas que visitam a aldeia. Assim, revela-se uma consciência clara de que a arquitetura detém de um papel mediador, capaz de unir tradição com inovação e de assegurar espaços de comunidade geradores de encontros e convivência social entre os seus habitantes. A aposta em soluções arquitetónicas que garantam uma articulação da identidade vernacular, integrando os materiais e técnicas construtivas locais com os novos usos sociais gerando um prestígio acrescido a esta área. Isto ocorre porque à área de arquitetura é atribuída a chave para a transformação da aldeia num espaço resiliente, resguardado pela valorização da memória coletiva e, por sua vez, pela vitalidade comunitária, segundo a criação de espaços sociais que não sejam apenas de resposta a usos imediatos.

Este sentimento é partilhado pela comunidade com uma idade mais avançada que sublinha, acima de tudo, a falta de convivência com as gerações mais novas. Para estes habitantes, a prioridade recai na proteção de espaços inclusivos, capazes de relacionar a convivência entre os residentes e os visitantes e, preferencialmente, entre jovens e idosos. Tudo isto porque consideram que esta proximidade geracional é essencial para assegurar a transmissão das premissas que sustentam a identidade própria da aldeia, acreditando que lhes cabe a responsabilidade de delegar o conhecimento associado à memória coletiva do lugar. Em acréscimo, esta faixa etária, que na sua maioria não detém de um transporte próprio, aponta, ainda, a necessidade de aumentar a rede de transportes públicos para que se facilite a deslocação entre as aldeias da restante freguesia e permita o fácil acesso aos centros urbanos.

Em síntese, enquanto com a aldeia de Ereiras percecionou-se uma acrescida prioridade sobre a revitalização de um tecido em risco de abandono, na leitura de Poios o desafio ressalta na gestão equilibrada do turismo com a vida quotidiana da comunidade. Em prol do referido, ambas as aldeias afirmam, deste modo, que o futuro da paisagem rural depende da articulação de estratégias que salvaguardem a continuidade da sua memória coletiva.



Fig. 119 _ Habitação reabilitada com os princípios vernaculares, na aldeia de Poios (2025)

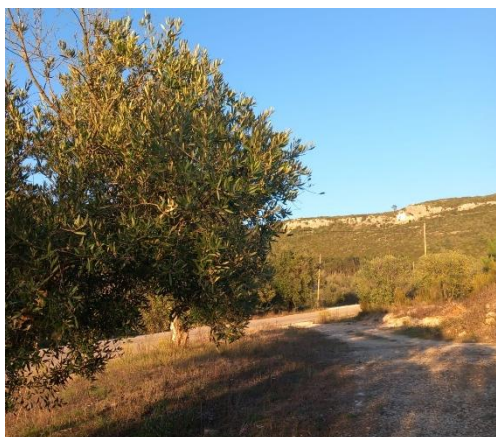


Fig. 120_ Espaço junto à E.P.A.C.R com potencial para criar um parque na aldeia de Poios (2025)

III.II.III. Dinâmicas transversais de coesão territorial

Com a análise das duas aldeias pretendeu-se reunir fundamentos que, apesar de deterem de especificidades próprias, encerram princípios que são transpostos para as restantes estruturas rurais da freguesia. Sabe-se que, a coesão territorial depende da capacidade de articular as dinâmicas particulares de cada aldeia numa rede de práticas que fortalecem a identidade coletiva e a valorização do território. Portanto, se a revitalização de uma comunidade pode originar efeitos positivos nas localidades vizinhas, torna-se possível projetar um modelo de desenvolvimento integrado.

No contexto específico desta análise, identifica-se este modelo através das questões de preservação das tradições agrícolas e do reforço de espaços multifuncionais de comunidade. Por um lado, a estrutura da aldeia de Ereiras revela a urgência em preservar a arquitetura vernacular e a memória comunitária, mediante a necessidade de reativar tradições e valorizar o património. Por outro, o meio rural de Poios demonstra que as iniciativas de promoção turística e o reforço da vida comunitária podem, facilmente, conciliar os recursos naturais e culturais com estratégias de desenvolvimento sustentável. Esta duas leituras complementares oferecem uma base sólida que assenta em premissas transversais ao restante território, uma vez que tanto a valorização patrimonial, como a dinamização social são instrumentos que garantem a revitalização da comunidade.

Diante do referido, a pesquisa aqui tratada reforça a importância de pensar as paisagens rurais além da sua realidade fragmentada, afirmando-se como contextos sujeitos a transformações contínuas. Assim, Sicó só poderá afirmar uma coesão territorial sólida se articular os seus recursos endógenos, quer sejam naturais, culturais ou sociais, com as novas estratégias de habitar. Tudo isto, revela, então, um exercício de arquitetura enquanto ferramenta crítica e assertiva capaz de projetar o futuro das comunidades rurais.

Considerações finais

As paisagens rurais portuguesas são, hoje, percecionadas como meios que apresentam problemáticas associadas ao acelerado despovoamento, que se reflete, em grande parte, no abandono agrícola e que, inevitavelmente, leva à perda de referências identitárias. Este fraco dinamismo traduz-se numa estrutura social composta, maioritariamente, por uma população envelhecida, dado que as oportunidades são escassas, contribuindo para o abandono das gerações mais novas em prol de melhores condições de vida. Deste modo, o presente estudo culminou nas particularidades do tecido rural que compõem a paisagem e identidade própria de Sicó, dispondo de premissas que orientem para as estratégias de reativação da comunidade.

Numa primeira fase importou direcionar a pesquisa para os impactos das transformações que marcaram o cenário rural nacional ao longo do séc. XX e que, desta forma, impactaram na leitura atual do mesmo. A progressiva perda de funções agrícolas enfraqueceu a identidade das comunidades rurais, mostrando, hoje, a urgência de redefinir os valores, os costumes e a memória coletiva destes meios. Para colmatar a sistemática perda da singularidade rural, explorou-se os conceitos de marca de identidade através de uma resposta de marketing pensada e integrada com as dinâmicas populacionais. Em paralelo, assumiram-se as reflexões do autor João Ferrão, com uma visão estruturada na problemática da ruralidade assente na construção social, e de Cristina Cavaco, que denuncia os efeitos do despovoamento e das perdas de funções tradicionais.

As sistemáticas oscilações sentidas no meio rural português permitiram, portanto, moldar um cenário eminente de uma agricultura de subsistência em oportunidades de reconfigurar o espaço como um polo multifuncional, permeável às dinâmicas geracionais e de turismo sustentável. Neste contexto, identificou-se a vila de Óbidos como um exemplo que denuncia oportunidades que emergem da valorização patrimonial e da construção de uma marca territorial consistente, sustentada na participação da comunidade e na integração a sua identidade própria. Em contrapartida, serviu de estudo o caso da aldeia de Piódão para identificar os riscos de uma intervenção desajustada proveniente da ausência do envolvimento da população residente na criação de planos de reativação, gerando e sujeitando a comunidade a vivenciar um cenário de artificialidade.

Na sequência da investigação, a fase seguinte permitiu percecionar melhor as estruturas rurais de Sicó, analisando, em profundidade, as dinâmicas sociais e os aspetos do seu património material e imaterial. Neste sentido, compreendeu-se que para uma completa análise, com base nos contributos do autor Henrique dos Santos, a perceção de paisagem rural resulta da interação contínua do ser humano com a estrutura natural. Em paralelo, introduz-se os autores Cordovil *et al.* que destacam a importância de revelar o património natural de cada estrutura rural nos processos de definição de identidade própria.

Face ao referido, a contextualização de Sicó fundamentou a relevância do âmbito desta dissertação com um pensamento detalhado de uma paisagem com uma leitura manifestada por diversas camadas de ocupação e de uso do solo, afirmando um valor identitário próprio moldado

pela resiliência da comunidade local e pelos desafios que esta paisagem esteve sujeita. Com este intuito, percebeu-se a paisagem natural não apenas como uma marca arqueológica, mas definida pelo desenvolvimento das comunidades que nela se estabeleceram ao longo dos anos. Neste setor identificou-se o património natural e cultural de Sicó, que reforçou a sua identidade própria, salvaguardando a percepção das marcas tangíveis do passado, oferecida pelo testemunho de estratégias de sobrevivência e organização espacial das comunidades.

Em complementaridade, no último capítulo comparou as aldeias de Ereiras e Poios que, embora detenham características rurais semelhantes, revelaram dinâmicas comunitárias contrastantes. Na estrutura rural de Ereiras identificou-se uma alarmante perda da vitalidade social proveniente do processo de envelhecimento demográfico e da perda de população em idade ativa. Em confronto, o cenário rural de Poios revelou uma dinamização no setor do turismo, com um reflexo positivo para a vivência da população, mas que ainda é necessário reforçar a estrutura social da aldeia. Estas duas perspetivas denunciaram a necessidade de atender às particulares da população, com vista a fortalecer os seus laços comunitários através dos seus espaços sociais. Ainda que, apresentem uma realidade diferente, ambos os meios revelaram a necessidade de apostar em estratégias de reativação através de um olhar atento para os espaços que promovam os laços e as tradições da sua comunidade. Perante esta necessidade, recorreu-se às perspetivas das autoras Dupré e Bischeri sobre as práticas comunitárias, acreditando que as dinâmicas locais, nomeadamente associativas, religiosas ou turísticas, revelam motores de coesão social e, acima de tudo, territorial.

Em virtude do referido definiu-se o problema central orientado para a percepção da arquitetura enquanto mediadora no processo de preservação da memória coletiva e de procura de novas dinâmicas que assegurem a fixação das faixas etárias juvenis nos meios rurais. Com base nesta inquietude, percebeu-se que a mesma possui capacidade de amplificar a escala do objeto construído para uma relação com os espaços, a comunidade e a memória. Assim, mais do que uma estruturação assente na evolução linear da paisagem rural, esta investigação procurou articular a leitura teórica com a análise das perspetivas individuais da comunidade que vivenciam a paisagem rural de Sicó. Portanto, a paisagem não se assume apenas como um cenário para a arquitetura, uma vez que esta assume um conceito fundamental e uma ferramenta que facilita a interpretação identitária de um lugar.

Ao desenhar um espaço de comunidade de uma aldeia não se tem apenas em conta a perspetiva de um único membro, mas que este seja adaptável às necessidades de todos, reforçando os vínculos sociais e projetando novas formas de habitar o rural. Neste sentido, quando se analisa pressupostos que atentem na dinamização de espaços comunitários, é necessário recolher o testemunho de todos. Embora para esta investigação se tenha procedido à recolha de testemunhos de alguns membros da comunidade de Ereiras e de Poios, procurou-se obter perspetivas de diferentes faixas etárias, criando pontos de vista distintos. As limitações provenientes das leituras destas aldeias revelaram dinâmicas muito próprias ao território, contudo a impossibilidade de um estudo detalhado e transversal à restante paisagem de Sicó exprime a expansão do tema. Espera-se, então, que a investigação crie alicerces que possibilitem pesquisas futuras, ampliando-se a

outras aldeias do maciço de Sicó ou até mesmo a territórios nacionais de baixa densidade, com o intuito de identificar padrões comuns.

As abordagens atuais para a paisagem rural concentram-se, em grande parte, no turismo e em atividades voltadas para a população urbana, causando grande detrimento das comunidades locais. Muitas propostas limitam-se ao setor turístico, introduzindo uma dinâmica desestabilizadora no espaço rural e, como resultado, os lucros gerados não são revertidos para estas áreas, nem para as populações que as habitam. A longo prazo, isso contribui para a criação de aldeias-museu, onde predominam espaços de cariz de alojamentos locais, desencorajando a permanência dos residentes e comprometendo a sustentabilidade das comunidades.

Paralelamente, procura-se fortalecer o conhecimento desta área rural, que após o desenvolvimento da investigação, constatou-se poucos documentos com base científica dentro desta temática, principalmente na área de arquitetura. Importa ainda, referir que, apesar de haver uma pequena variedade relacionada com o tema da serra de Sicó, a verdade é que só se verificou pequenos artigos científicos e alguns documentos literários já com idade avançada.

Com fundamento nesta reflexão é necessário, para projetos futuros, traçar objetivos principais a fim de desenvolver ações estratégicas que possam colmatar os aspetos identificados anteriormente. Num primeiro momento, importa desenvolver mapeamentos do património material, como arquitetura vernacular, espaços coletivos e caminhos rurais, e imaterial, tais como romarias, ofícios e práticas orais. Acresce ainda, promover programas educativos e de interpretação da paisagem e incentivar o uso de técnicas construtivas locais, com o intuito de atingir o objetivo de reforçar a autenticidade e a memória do território rural. Seguidamente, com o propósito de promover o envolvimento dos habitantes na gestão e no futuro das aldeias é fulcral projetar espaços de encontro, onde seja possível a partilha de ideias, contribuindo para a criação de um desenho coletivo unificador. Tudo isto, permitirá fomentar processos participativos de toda a comunidade, cruzando o saber tradicional com o novo conhecimento.

As novas formas de habitar o rural, como o teletrabalho, o *coworking* rural e os alojamentos de longa duração, aliadas ao reforço do negócio local, baseado em produtos endógenos, e ao apoio do turismo sustentável tornam-se ações estratégias eficazes na revitalização da economia e na atração de novas gerações. Com o objetivo de reforçar a coesão entre as aldeias e a sustentabilidade ambiental afirma-se, também, a necessidade de implementar planos, tanto de reabilitação como de mobilidade, e de fortalecer a ligação física e simbólica destas malhas. Sugere-se criar e/ou reativar redes de percursos pedonais, ecológicos e culturais, a fim de fomentar corredores verdes que assegurem a continuidade ambiental dos tecidos. Por último, mas não menos importante, todas as metas aqui mencionadas estão sujeitas à participação ativa de diversos agentes quer sejam órgãos oficiais, como associações, autarquias, universidades e escolas, quer sejam pequenos e médios empreendedores e, primordialmente, à comunidade local.

Em síntese, a revitalização de aldeias de Sicó demonstrou que não pode ser percecionada somente por um exercício de prevenção patrimonial, anunciando, assim, uma dinâmica de constante diálogo entre a permanência e a mudança. Tudo isto, afirma uma importância da área de

arquitetura na criação de espaços capazes de assegurarem a continuidade cultural e, em simultâneo, de responderem às exigências de sustentabilidade, salvaguardando a sua adaptabilidade às diferentes gerações. Diante do referido, entendeu-se que as experiências das duas aldeias confirmam que as estratégias locais, se articuladas em rede, transcendem os limites destas, contribuindo para a coesão territorial da freguesia. Assim sendo, esta reflexão escrita revelou a importância de repensar os modelos de intervenção arquitetónica no meio rural e denunciou pistas para o debate urgente de atuar nos restantes tecidos, a fim de salvaguardarem o seu património.

Bibliografia

- Bailão, I. (2022). *Aprender na aldeia. Casmilho: Uma comunidade de aprendizagem da cidade-região Sicó* [masterThesis, Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura]. Estudo Geral. Obtido a 9 de outubro de 2024, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/101796>
- Barracho, C., & Dias, M. (2010). *O Espaço e o Homem*. 217. Lisboa: Edições Sílabo. Obtido a 27 de novembro de 2024
- Bosi, E. (2003). *Memória da cidade: lembranças paulistanas. Estudos Avançados*, 17 (47), 73-92. São Paulo: Companhia das letras. Obtido a 26 de dezembro de 2024
- Cardoso, R. (2023). *Centro sénior de Pombalinho: Rejuvenescimento do estilo de vida sénior* [masterThesis, Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura]. Estudo Geral. Obtido a 23 de outubro de 2024, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/107962>
- Cavaco, C. (2008). *Território: Terras de Sicó. Pessoas e Lugares*, (53), 20. *Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +*. Obtido a 6 de outubro de 2024, de <https://www.minhaterra.pt/wst/files/JornalPL53.pdf>
- Cordovil, J., Hespanha, P., & Ferreira, A. (2013). *Guia de boas práticas de revitalização de aldeias. Cidadania em Portugal*. Obtido a 3 do outubro de 2024, de <https://cidadaniaemportugal.pt/wp-content/uploads/recursos/animar/Programa%20M%C3%ADnimo%20de%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20aldeia.pdf>
- Correia, J. B. (2009). *Turismo, património e desenvolvimento em ambientes de montanha: O exemplo do Piódão (Cordilheira Central)* [masterThesis, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras]. Estudo Geral. Obtido a 11 de junho de 2025, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13263>
- Correia, J., & Carvalho, P. (2009). *Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal. Cadernos de Geografia*, (28/29), 117–130. Obtido a 11 de junho de 2025, de https://www.uc.pt/site/assets/files/863391/12-jc_117-130_turismo_e_desenvolvimento_rural.pdf
- Cunha, L. (2003). *Maciço de Sicó. Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local*. Estudo Geral. Obtido a 9 de outubro de 2024, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/12120>
- D'Abreu, A., Correia, T., & Oliveira, R. (2004). *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental (Vol. IV)*. 272. Lisboa: Direção-Geral do território. Obtido a 22 de março de 2025, de https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/Vol_IV.pdf

- Domingues, Á. (2003). *Paisagens rurais em Portugal: Algumas razões da polémica*. Série I, (XIX), 111–117. Obtido a 23 de outubro de 2024, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/97249>
- Dupre, K., & Bischeri, C. (2019). *The architecture of resilience in rural towns*. ResearchGate. Obtido a 9 de julho de 2025, de <https://doi.org/10.1108/ARCH-07-2019-0178>
- Ferrão, J. (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. *EURE (Santiago)*, 26(78), 45-54. Obtido a 8 de novembro de 2024 de, <https://doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006>
- Gouveia, I. (2021). *Sicó: Património e desenvolvimento. Um laboratório, com sede em Pombalinho* [masterThesis, Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura]. Estudo Geral. Obtido a 23 de outubro de 2024, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/97249>
- Jornal de Pombal. (2016). *GPS inaugura Escolabrigo*. *Jornal de Pombal*. Obtido a 4 de julho de 2025, de <https://www.pombaljornal.pt/gps-inaugura-escolabrigo/>
- Medeiros, E. (2009). *Ciclo da broa e do pão, em Terras de Ansião e envolventes*. Câmara Municipal de Ansião. 216. Obtido a 10 de fevereiro de 2025.
- Migueis, I., Fernandes, F., & Ribeiro, R. (2017). *Place Branding - Óbidos e os eventos culturais: estudo de caso sobre Óbidos Vila Natal e Festival do Chocolate*. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, (27/28), 691–702. Obtido a 10 de junho de 2025, de <https://doi.org/10.34624/rtd.v1i27/28.8757>
- Natário, M., Melo, A., Biscaia, R., Rocha, P., Santos, C., Ferreira, A., Dias, D., Gomes, G., Azevedo, G., Duarte, R., & Marques, R. (2019). *O impacto do turismo das aldeias históricas de Portugal: Um quadro de análise*. *Finisterra*, 111(54), 21–36. Obtido a 11 de julho de 2025, de <https://doi.org/10.18055/Finis14861>
- Pedro, F. (2017). *Caso pedagógico: Óbidos, Lourinhã e o «place marketing»* [masterThesis, Instituto da Universidade de Lisboa]. Obtido a 9 de junho de 2025, de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15437>
- Reis, P. (2012). *Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: Uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva*. Obtido a 4 de novembro de 2024, de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4073>
- Ribeiro, C. (2022). *CRCD Casmilo: Um projeto de urbanidade para as aldeias de Sicó* [masterThesis, Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura]. Estudo Geral. Obtido a 3 de outubro de 2024, de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104777>
- Roca, Z., & Oliveira, J. (2005). *A paisagem como elemento da identidade e recurso para o*

desenvolvimento. CEGED – Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Obtido a 6 de fevereiro de 2025, de https://apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/019.pdf

Rocha, B. (2024). *Comunidade de aprendizagem de Poios: O ensino e a arquitetura como dinamizadores do meio rural* [masterThesis, Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura]. Estudo Geral. Obtido a 1 de julho de 2025 de, <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/115641>

Rosa, J. (s.d.). *Freguesia de Redinha*. Obtido a 20 de julho de 2025, de <https://www.freguesiaderedinha.pt>

Santos, A. (2020). *Paisagem e identidade rural* [masterThesis, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura]. Obtido a 18 de setembro de 2024, de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/20388>

Santos, H. (2017). *Portugal: Paisagem Rural*. 100. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido a 8 de outubro de 2024

Silva, C. (2019). *Sicó lugares notáveis do património cultural-Roteiros do património cultural e natural III*. 353. Terras de Sicó-Associação de Desenvolvimento. Obtido a 2 de fevereiro de 2025

Silva, C. (2022). *Construções rurais de pedra «seca» no Maciço de Sicó: Um património que urge preservar*. 86. Terras de Sicó-Associação de Desenvolvimento. Obtido a 8 de fevereiro de 2025

Smithson, A. (2021). *Álvaro Siza*. The Museum of Modern Art (MoMa). Obtido a 3 de setembro de 2025, de <https://www.moma.org/collection/artists/29732>

Terras de Sicó. (2022). *Sicó | A dimensão cultural de uma paisagem protegida de âmbito regional*. Câmara Municipal de Soure. Obtido a 7 de outubro de 2024, de https://www.cm-soure.pt/docs/regulamentos/20200820_2_Regulamento_GAPP.pdf

Bibliografia de fontes

Fig. 1 – Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 2 – Martins, H. (2020). *Memórias... e outras coisas... Bragança* [Fotografia retirada de uma publicação de 1826]. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://51-henrique.blogspot.com/2018/07/a-agricultura-em-braganca-no-seculo-xix.html>

Fig. 3 – Rádio Regional (2020). *Peso da Régua: barco rebelo candidatado a património mundial* [Fotografia]. Rádio Regional. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://radioregional.pt/wp-content/uploads/2020/07/peso-da-regua-barco-rebelo-candidado-a-patrimonio-mundial-2.jpg>

Fig. 4 – Silva, J. (s.d.). *Serra do Sicó, em Pombal* [Fotografia]. Caminhos de Portugal. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://caminhosdeportugal.com/wp-content/uploads/2020/10/sico-2.jpg>

Fig. 5 – Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 6 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 7 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 8 – Fotografia da própria autora, setembro de 2025

Fig. 9 – Malva, M. (2018). *Uma visita à Serra de Sicó, a casa de morcegos, orquídeas e carvalhos* [Fotografia]. Wilder. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://www.wilder.pt/wp-content/uploads/2018/05/5-1.jpg>

Fig. 10 - Malva, M. (2018). *Uma visita à Serra de Sicó, a casa de morcegos, orquídeas e carvalhos* [Fotografia]. Wilder. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://www.wilder.pt/wp-content/uploads/2018/05/4-1.jpg>

Fig. 11 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 12 – Quinta de S. João (s.d.). *Galeria Palheiro* [Fotografia]. Quinta de S. João. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://www.quintasaojoao.com.pt/galeria_palheiro.html

Fig. 13 – Discacciati, J. (2018). *O que fazer em Óbidos, Portugal? Confira o roteiro* [Fotografia]. Eurodicas Turismo. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://midias-turismo.eurodicas.com.br/wp-content/uploads/2025/02/obidos-portugal-1-2-1.jpg.webp>

Fig. 14 - Botelho, M. (2014). *Igreja S. Maria Óbidos* [Fotografia]. Wikimedia Commons. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/72/Igreja_S_Maria_%C3%93bidos_IMG_9418.JPG

Fig. 15 – Calestino, M. (s.d.). *Igreja da Santa Casa da Misericórdia Church of Óbidos* [Fotografia]. Portugal Travel. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://images.turismoenportugal.org/Igreja-da-Misericordia-Obidos.jpg>

Fig. 16 – Morgado, J. (2020). *Parque Tecnológico em Óbidos / Jorge Mealha* [Fotografia]. Archdaily. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://www.archdaily.com.br/br/762507/parque-tecnologico-em-bidos-jorge-mealha/54b73f25e58ecee5db00004c-jorge_mealha_pt05_p001-jpg?next_project=no (imagem a); https://www.archdaily.com.br/br/762507/parque-tecnologico-em-bidos-jorge-mealha/54b7415fe58e61b9000055-portada_jorge_mealha_pt05_p002-jpg (imagem b)

Fig. 17 – Leandro, V. (2024). *Óbidos terá muitas surpresas este ano na sua Vila Natal* [Fotografia]. Lisboa secreta. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://offloadmedia.feverup.com/lisboasecreta.co/wp-content/uploads/2024/11/07100838/obidos-vila-natal-%40obidosvilanatal-_22-1024x681.jpg

Fig. 18 - Fotografia da própria autora, agosto de 2024

Fig. 19 – Santos, F. (2022). *Aldeias históricas de Portugal, o que visitar? Roteiro de 5 dias* [Fotografia]. O ponto de Partida. Obtido a 20 de setembro de 2025, de <https://opontodepartida.com/wp-content/uploads/2022/01/Mapa-aldeias-historicas.png>

Fig. 20 – Campos, A. (2023). *Piódão, a aldeia que encantou Miguel Torga* [Fotografia]. National Geographic. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://content.nationalgeographic.pt/medio/import/attachment/edicoesespeciais/VIAGENS/Piodao/p1.jpg>

Fig. 21 - Vazão, A. (2007). *Piódão* [Fotografia]. Wikimedia Commons. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/47/Piod%C3%A3o.jpg>

Fig. 22 - Município de Arganil (2021). *Município cede instalações da antiga escola primária do Piódão à Junta de Freguesia* [Fotografia]. CM Arganil. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://www.cm-arganil.pt/wp-content/uploads/2022/06/20201030_104634-scaled-2.jpg

Fig. 23 – Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google Earth, agosto (2025)

Fig. 24 – Município de Condeixa (2017). *7 Maravilhas – Aldeias de Portugal – CASMILO* [Fotografia]. CM de Condeixa. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://cm-condeixa.pt/noticia/1830/>

Fig. 25 – Silva, C. (2022). *Construções rurais de pedra “seca” no Maciço de Sicó: Um património que urge preservar* [M. J. Morais de Oliveira, Fotografia]. Terras de Sicó – Associação de Desenvolvimento. [Capa de livro]. Obtido a 04 de agosto de 2025, de <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?2121470>

Fig. 26 – Medeiros, E. (2009). *Ciclo da Broa e do Pão, em terras de Ansião e envolventes* [Capa de livro]. (Câmara Municipal de Ansião). Obtido a 04 de agosto de 2025, de <https://terrasdaribeirinha.wordpress.com/category/eduardo-medeiros/>

Fig. 27 - D'Abreu, A. C., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Vol. III). Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/Vol_III.pdf

Fig. 28 - D'Abreu, A. C., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental* (Vol. IV). Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-paisagem/Vol_IV.pdf

Fig. 29 – Fotografias da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 30 – Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 31 – Município de Penela (s.d.). *Gruta do Soprador do Carvalho* [Fotografia]. Visite Penela. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://www.visitepenela.pt/fotos/foa1d454fdfcc712a37b8efc7b6257bb.JPG>

Fig. 32 – Roteiro das Terras de Sicó (s.d.). *Circuito 8: Alvaiázere – Ariques*, [Fotografia]. Terras Sicó. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://www.terrasico.pt/index.php?obj=front&action=parag_image_aff¶g_id=1076

Fig. 33 - Município de Pombal (s.d.). *Vale do Poio Novo e do Poio Velho* [Fotografia]. Câmara Municipal de Pombal. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://www.cm-pombal.pt/imgcrop/cmpombal/uploads/image_gallery_item/image/159/vale_poio_b445087f2d_1_600_600.jpg

Fig. 34 – Município de Pombal (s.d.). *Freguesia da Redinha* [Fotografia]. CM-Pombal. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://www.cm-pombal.pt/municipio/freguesias/poi-14/freguesia-da-redinha>

Fig. 35 - Fotografia da própria autora, agosto de 2024

Fig. 36 – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (s.d.). *Zonas de Proteção Especial (ZPE), Sítios de Importância Comunitária (SIC)* [retirado do Map Viewer]. ICNF. Obtido a 3 de setembro de 2025, de <https://sig.icnf.pt/portal/apps/mapviewer/index.html?layers=a158877a57eb4f5fbad767d36e261fab>

Fig. 37 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 38 – Martinho, D. (2025). *Casmilo - Buracas de Casmilo* [Fotografia]. All trails. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://www.alltrails.com/pt-pt/trilho/portugal/coimbra/casmilo-buracas-de-casmilo>

Fig. 39 - Eloi, M. (2020). *Canhão do Rio dos Mouros e Mata da Alfarda (Condeixa)* [Fotografia]. Wikiloc. Obtido a 19 de agosto de 2025, de https://s2.wklcdn.com/image_2/83821/62959124/41824856Master.jpg

Fig. 40 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 41 – Simões, F. (2021). «Villa» Romana do Rabaçal [Fotografia]. Coimbra Colectiva. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://coimbracolectiva.pt/historias/temas/passeios/villa-romana-do-rabacal/>

Fig. 42 – Marques, R. (s.d.). Villa Romana [Fotografia]. Complexo Monumental de Santiago da Guarda. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://complexosantiagodaguarda.pt/index.php?obj=front&action=rub_aff&rub_id=237

Fig. 43 – Cruz, C. (2011). Conímbriga, distrito de Coimbra, Portugal: Casa dos Repuxos [Fotografia]. Wikimedia Commons. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/45/Conimbriga_casa_dos_repuxos_%287%29.JPG

Fig. 44 – Marques, H. (2022). As sete vidas de Conímbriga [Fotografia]. National Geographic Portugal. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://content.nationalgeographic.pt/medio/import/attachment/revistas/220/Conimbriga/c3.jpg>

Fig. 45 – Lara, R. (2017). Torres, castillos y fortalezas – Castelo de Penela [Fotografia]. Miscastillos. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://miscastillos.blog/wp-content/uploads/2017/11/penela-1.jpg>

Fig. 46 – Queijos do centro de Portugal (s.d.). Castelo do Germanelo - Penela | Rabaçal [Fotografia]. Queijos do centro de Portugal. Obtido o a 18 de agosto de 2025, de <https://www.rotaqueijoscentrodeportugal.com/media/qv2hrt1a/germanelo-1.jpg>

Fig. 47 – Município de Pombal (s.d.). Castelo de Pombal [Fotografia]. Câmara Municipal de Pombal. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://www.cm-pombal.pt/thumbs/cmpombal/uploads/image_gallery_item/image/189/01_50_1_1920_1080.jpg

Fig. 48 – Reis, D. (2013). Património no Concelho de Soure - Castelo de Soure [Fotografia]. PBase. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://a4.pbase.com/t13/21/4921/4/150224155.edc2bof6.JPEG>

Fig. 49 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 50 – Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 51 – Município de Soure. (s.d.). Serra de Sico [Fotografia]. Soure Acontece. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://www.soureacontece.pt/visitar/uf-degracias-e-pombalinho/poi/serra-de-sico>

Fig. 52 – Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 53 – Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 54 - Fernandes, J. (2022). *PR8 SRE - Rota das Dolinas e Lagoas do Planalto de Sico* [Fotografia]. Wikiloc. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://pt.wikiloc.com/trilhas-trekking/pr8-sre-rota-das-dolinas-e-lagoas-do-planalto-de-sico-93415224/photo-61741059>

Fig. 55 - Paula, M. (2020). *Quinta do Sobral - Urjariça - Alvorge - Junqueira - Moinhos do Outeiro - Granja-Fazenda - Santiago da Guarda - Moita Santa* [Fotografia]. Wikiloc. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <https://pt.wikiloc.com/trilhas-caminhada/quinta-do-sobral-urjarica-alvorge-junqueira-moinhos-do-outeiro-granja-fazenda-santiago-da-guarda-mo-59162201/photo-39465479>

Fig. 56 - Medeiros, E. (2009). *Ciclo da broa e do pão, em terras de Ansião e envolventes* [Fotografia de Sérgio Medeiros, em 2008]. Câmara Municipal de Ansião. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1769312>

Fig. 57 - Medeiros, E. (2009). *Ciclo da broa e do pão, em terras de Ansião e envolventes* [Fotografia de Eduardo Medeiros, em 2008]. Câmara Municipal de Ansião. Obtido a 18 de agosto de 2025, de <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1769312>

Fig. 58 - Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 59 - Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 60 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 61 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 62 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 63 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 64 - Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 65 - Autor não identificado (2017). *Rota do queijo do Rabaçal. Os vários tipos de queijo do Rabaçal*. [Fotografia]. Rota do queijo do Rabaçal. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://rotaqueijorabacal.blogspot.com/2017/05/os-varios-tipos-de-queijo-do-rabacal.html>

Fig. 66 - Autor não identificado (s.d.). *Descobrir - Produtos Regionais, Mel Terras de Sico* [Fotografia]. Villa Sico. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://www.villasico.com/pic/info/galeria/Mel_1_86_4ffeb92168d52.jpg

Fig. 67 - Autor não identificado (2019). *Festival do chicharo de Alvaiázere em formato digital este ano* [Fotografia]. Revista Comunidades. Obtido a 20 de agosto de 2025, de <https://revistacomunidades.pt/wp-content/uploads/2020/11/chicharo1.jpg>

Fig. 68 - Azeite Galgas (s.d.). *Galheteiro completo* [Fotografia]. Azeite Galgas. Obtido a 20 de agosto de 2025, de https://www.azeitegalgas.com/wp-content/uploads/2020/11/IMG_2020119_145436.jpg

Fig. 69 - Fotografia da própria autora, abril de 2023

Fig. 70 - Gomes, G. - fotografia de uma colega minha, agosto de 2025

Fig. 71 - Eloi, M. (2020). *Canhão do Rio dos Mouros e Mata da Alfarda (Condeixa)* [Fotografia]. Wikiloc. Obtido a 19 de agosto de 2025, de https://s2.wklicdn.com/image_2/83821/131861995/84041834Master.jpg

Fig. 72 - Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 73 - Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 74 - Bastos, J. (s.d.). *Ponte Romana – Portugal. Freguesia: Redinha Concelho: Pombal Distrito: Leiria* [Fotografia]. Flickr. Obtido a 28 de setembro de 2025, de <https://www.flickr.com/photos/9480263@No2/2048408838/in/photostream/lightbox/>

Fig. 75 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 76 – Fotografia da própria autora, março de 2025

Fig. 77 – Município de Pombal (s.d.). *Freguesia da Redinha* [Fotografia]. Câmara Municipal de Pombal. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://www.cm-pombal.pt/thumbs/cmpombal/uploads/content_image/image/57/redinha_2_1_2500_2500.jpg

Fig. 78 – Fotografia da própria autora, fevereiro de 2025

Fig. 79 – Fotografia da própria autora, agosto de 2024

Fig. 80 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 81 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 82 – Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 83 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 84 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 85 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 86 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 87 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 88 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 89 – Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 90 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 91 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 92 – Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 93 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 94 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 95 – Fernandes, J. (2022). *PR8 SRE - Rota das Dolinas e Lagoas do Planalto de Sicó* [Fotografia]. Wikiloc. Obtido a 18 de agosto de 2025, de https://s2.wkln.com/image_29/882536/93415246/61739540Master.jpg

Fig. 96 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 97 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 98 – Fotografia da própria autora, abril de 2023

Fig. 99 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 100 – Fotomontagem através de uma imagem satélite obtida no Google *Earth*, agosto (2025)

Fig. 101 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 102 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 103 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 104 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 105 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 106 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 107 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 108 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 109 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 110 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 111 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 112 – Ereiras Redinha (2024). *Caminha a 22 de abril de 2024 de Ereiras (Perfil de Facebook)* [Fotografia]. Facebook. Obtido a 19 de agosto de 2025, de [https://scontent.flis8-](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-)

[6/487822708_2612647118934760_8771708149152896632_n.jpg?_nc_cat=103&ccb=1-](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-6/487822708_2612647118934760_8771708149152896632_n.jpg?_nc_cat=103&ccb=1-)

[7&_nc_sid=833d8c&_nc_ohc=kh055X_roqOQ7kNvwGD3qrl&_nc_oc=AdkYt1azd6Lifk5a9Q-](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-7&_nc_sid=833d8c&_nc_ohc=kh055X_roqOQ7kNvwGD3qrl&_nc_oc=AdkYt1azd6Lifk5a9Q-)

[8Fsa8aaZkNo5mg14P-](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-8Fsa8aaZkNo5mg14P-)

[A5vgR6aqH4Rd6Bg9BoE5Llyz9MjP1O6CM8hZPmrv2Sy1Xniix_D&_nc_zt=23&_nc_ht=sconte](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-8Fsa8aaZkNo5mg14P-A5vgR6aqH4Rd6Bg9BoE5Llyz9MjP1O6CM8hZPmrv2Sy1Xniix_D&_nc_zt=23&_nc_ht=scontent.flis8-1.fna&_nc_gid=kiXxu5aQ5P5-)

[nt.flis8-1.fna&_nc_gid=kiXxu5aQ5P5-](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-8Fsa8aaZkNo5mg14P-A5vgR6aqH4Rd6Bg9BoE5Llyz9MjP1O6CM8hZPmrv2Sy1Xniix_D&_nc_zt=23&_nc_ht=scontent.flis8-1.fna&_nc_gid=kiXxu5aQ5P5-H3bfbSdKGA&oh=00_AfeSNxbDIYnNrQRdwopm1LI2cMzJMjcpNb21cFDMepQJTg&oe=68E72608)

[H3bfbSdKGA&oh=00_AfeSNxbDIYnNrQRdwopm1LI2cMzJMjcpNb21cFDMepQJTg&oe=68E7](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-8Fsa8aaZkNo5mg14P-A5vgR6aqH4Rd6Bg9BoE5Llyz9MjP1O6CM8hZPmrv2Sy1Xniix_D&_nc_zt=23&_nc_ht=scontent.flis8-1.fna&_nc_gid=kiXxu5aQ5P5-H3bfbSdKGA&oh=00_AfeSNxbDIYnNrQRdwopm1LI2cMzJMjcpNb21cFDMepQJTg&oe=68E72608)

[2608](https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-8Fsa8aaZkNo5mg14P-A5vgR6aqH4Rd6Bg9BoE5Llyz9MjP1O6CM8hZPmrv2Sy1Xniix_D&_nc_zt=23&_nc_ht=scontent.flis8-1.fna&_nc_gid=kiXxu5aQ5P5-H3bfbSdKGA&oh=00_AfeSNxbDIYnNrQRdwopm1LI2cMzJMjcpNb21cFDMepQJTg&oe=68E72608)

Fig. 113 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 114 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 115 – Ereiras Redinha (2020). *Aldeia de Ereiras (Perfil de Facebook)* [Fotografia]. Facebook. Obtido a 19 de agosto de 2025, de <https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808->

6/490609957_2625086347690837_412128746727283355_n.jpg?_nc_cat=104&ccb=1-7&_nc_sid=cc71e4&_nc_ohc=znLAAaNCANEQ7kNvwHQ9BR_&_nc_oc=AdkPQYF_K2LIR1US82zn7zw7nlpUkFkO9g6iSdFKoLXTMkOFrQATVhjylC8PSa-YYq6qXeN72UTDerFSviimT5WL&_nc_zt=23&_nc_ht=scontent.flis8-1.fna&_nc_gid=XfwXDB-NiYh5Gq2YTaHfAg&oh=00_AffajswZY3DzmbgHGQBP1364SaUPGPT3iBVica1zegYQSw&oe=68E7229D

Fig. 116 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 117 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 118 – EPACR (2024). *Caminha a 7 de maio de Poios*, (*Perfil de Facebook*) [Fotografia]. Facebook. Obtido a 19 de agosto de 2025, de https://scontent.flis8-1.fna.fbcdn.net/v/t39.30808-6/486689052_1062132509291544_2448886123502186558_n.jpg?_nc_cat=109&ccb=1-7&_nc_sid=833d8c&_nc_ohc=MdlQXqGdeYsQ7kNvwFGj-mh&_nc_oc=Adlsbag7GeUK--ks7GELL9ASuvYMmyyTBWvCQsdNkXjreotkeSK6Jmxz8mhMvYS5-N-kbjlEAWk9NX3zYnq_ZXPC&_nc_zt=23&_nc_ht=scontent.flis8-1.fna&_nc_gid=fkwrBJ77Z66SiIqjHwybMQ&oh=00_Afcu9sy4Ivjwfd8mQT61fiXwRjA1l7QKScdAmRNxJZM6Gw&oe=68E718E6

Fig. 119 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Fig. 120 – Fotografia da própria autora, agosto de 2025

Anexos

Anexo I_ Questionário realizado à população da aldeia de Ereiras, freguesia de Redinha

Anexo II_ Questionário realizado à população da aldeia de Poios, freguesia de Redinha

Anexo I_ Questionário realizado à população da aldeia de Ereiras, freguesia de Redinha

A - Identificação da pessoa (nome, idade, sexo, atividade profissional)

B - Há quanto tempo é residente permanente na aldeia? E quais os motivos que o levaram a permanecer?

C - Acredita que a aldeia, no futuro consiga salvaguardar mais habitantes? Ou tendencialmente registará um decréscimo?

D – Nos últimos anos registou-se um decréscimo populacional e, por sua vez incidiu diretamente na degradação da estrutura habitacional. Acredita que a longo prazo continuar-se-á a registar este decréscimo?

E – Acredita que este decréscimo provém devido a que razões?

F – Defende que a procura e investimento turístico pode contribuir para melhorar a imagem da aldeia e por sua vez alimentar o sentimento de pretensa dos habitantes?

G – Ao analisar a estrutura rural da aldeia pode notar que apresentam um grande número de exemplares de muros de pedra numa área de cultivo, acredita que o sucessivo abandono desta prática possa colocar em risco esta marca territorial? O que acredita que possa ser feito para salvaguardar esta imagem?

H – Acredita que existam espaços de comunidade/ para a comunidade? Se sim, quais são?

I – Os espaços que mencionou salvaguardam todas as necessidades da aldeia? Ou acredita que faltam espaços públicos ou sociais que melhorem a qualidade de vida dos habitantes?

J – Os possíveis espaços para a comunidade devem respeitar a imagem da aldeia? Devem ser pensados tendo em conta os materiais presentes no território bem como as técnicas construtivas?

K – Procura continuar a viver na aldeia e a contribuir ativamente para que os valores patrimoniais sejam valorizados pela comunidade geral?

Anexo II_ Questionário realizado à população da aldeia de Poios, freguesia de Redinha

A - Identificação da pessoa (nome, idade, sexo, atividade profissional)

B - Há quanto tempo é residente permanente na aldeia? E quais os motivos que o levaram a permanecer?

C - Acredita que a aldeia, no futuro consiga salvaguardar mais habitantes? Ou tendencialmente registará um decréscimo?

D - Nos últimos anos registou-se um crescimento social na aldeia devido ao setor de turismo? Acredita que a longo prazo este investimento possa trazer benefícios para a aldeia e principalmente salvaguardar a permanência de residentes?

E - Defende que a procura turística contribuiu para melhorar a imagem da aldeia e por sua vez alimentar o sentimento de pertença dos habitantes?

F - É possível identificar uma requalificação de habitações em prol da procura de alojamento temporário? Sente que isso é uma mais-valia para os residentes permanentes ou, a longo prazo essa procura possa influenciar negativamente? (falar do caso de Piódão)

G - Acredita que as atividades turísticas respeitam os habitantes residentes?

H - Acredita que existam espaços de comunidade/ para a comunidade? Se sim, quais são?

I - Os espaços que mencionou salvaguardam todas as necessidades da aldeia? Ou acredita que faltam espaços públicos ou sociais que melhorem a qualidade de vida dos habitantes?

J - Os possíveis espaços para a comunidade devem respeitar a imagem da aldeia? Devem ser pensados tendo em conta os materiais presentes no território bem como as técnicas construtivas?

K - Procura continuar a viver na aldeia e a contribuir ativamente para que os valores patrimoniais sejam valorizados pela comunidade geral?